



Caderno de
Conteúdos GRI
2025



Índice

3	Conteúdos gerais
12	Materialidade
13	Segurança
21	Mudanças climáticas
30	Ética e integridade
34	Água e efluentes
43	Gestão ambiental
59	Gestão de talentos
65	Gestão dos ativos
68	Impacto socioeconômico
75	Direitos humanos
80	Sumário de conteúdo da GRI
87	Relatório de asseguração

Conteúdos gerais

GRI 2-1 | Detalhes da organização

A Brava Energia S.A. é uma das principais empresas independentes e integradas do setor de óleo e gás. A sede corporativa está instalada na cidade do Rio de Janeiro e o portfólio é formado por oito ativos produtores *onshore* e *offshore*, localizados em cinco estados brasileiros, sendo cinco deles operados pela Companhia (Complexo Potiguar, Complexo Recôncavo, Peroá, Papa-Terra e Atlanta) e três não operados (Pescada, Manati e Parque das Conchas). Além disso, operamos um ativo industrial (ATI), que abrange o Terminal Aquaviário de Guamaré, a Refinaria Clara Camarão e Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs). Somos uma companhia de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), segmento de listagem que possui os requisitos mais rigorosos de governança. Em 2025, nossas ações também passaram a ser negociadas na Bolsa de Nova York, com a implementação de um programa de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1. Cada ADR emitido no mercado norte-americano está lastreado em uma ação ordinária da Companhia.



GRI 2-2 | Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização

O escopo de relato é o mesmo que utilizamos para consolidação das demonstrações financeiras anuais, exceto as subsidiárias 3R Lux e Enauta Netherlands B.V., que foram consideradas imateriais por operar apenas transações administrativas no exterior. Os dados apresentados refletem 100% dos ativos sob controle operacional da Brava no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025. A lista de entidades consolidadas na Brava Energia S.A. está disponível nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras Consolidadas ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 2-3 | Período de relato, frequência e ponto de contato

O Relatório Integrado da Brava Energia é elaborado anualmente. A presente edição abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, mesmo escopo coberto pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Disponibilizamos o e-mail sustentabilidade@bravaenergia.com para o recebimento de dúvidas, comentários e sugestões sobre esta publicação.

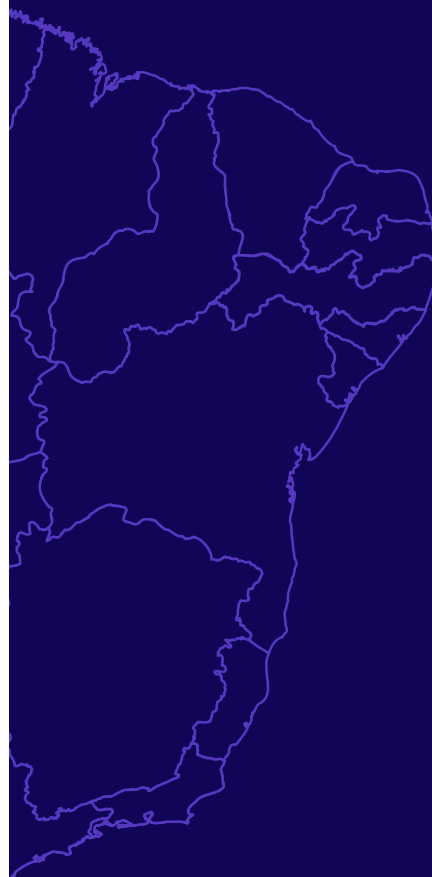
GRI 2-4 | Reformulações de informações

Os conteúdos GRI 302-1, 302-2, 302-3, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4 e 401-3 foram reapresentados, sem impacto material em relação aos dados divulgados em relatórios anteriores. Para mais informações, consulte as notas explicativas em cada um desses conteúdos GRI.

Nossos ativos produtores

Este mapa foi desenvolvido com interatividade.

Clique nos números para mais informações sobre nossos ativos. Para voltar à visualização da página inicial, **clique no botão Voltar ao início.**



■ Onshore
■ Offshore

GRI 2-5 | Verificação externa

O Relatório Integrado 2025 foi submetido a verificação externa independente. Para mais informações sobre o escopo de verificação, consulte o Relatório de Asseguração ao final deste documento.

GRI 2-6 | Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios

A diversificação do portfólio e a integração da cadeia de produção são duas das principais vantagens competitivas do nosso modelo de negócio. A operação de campos produtores em terra e no mar torna nossa Companhia mais resiliente às flutuações do preço do petróleo. A integração das atividades de produção (*upstream*), de escoamento e processamento (*midstream*) e de refino e comercialização (*downstream*) proporciona maior capacidade de agregar valor aos produtos, oportunidades de desenvolvimento de novos negócios e captura de sinergias operacionais e comerciais. Possuímos, adicionalmente, participações em blocos exploratórios, que representam oportunidades para o desenvolvimento futuro de novas operações. Essa frente do portfólio conta com 13 blocos *onshore* e 12 blocos *offshore*.

Para mais informações sobre a diversificação do portfólio, ativos produtores, modelo de negócio, estratégia e cadeia de valor da Brava Energia, consulte as páginas 3 a 5 e 12 a 22 do Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 2-7 | Empregados

Encerramos o ano de 2025 com 1.121 colaboradores em nosso quadro funcional, sendo 71% homens e 29% mulheres. Na segmentação por região, 60% do quadro funcional atua na região Nordeste, e 40% na região Sudeste. Quase a totalidade (98%) dos colaboradores possui contrato de trabalho por prazo indeterminado e jornada de trabalho integral. Não houve variação significativa desse quadro funcional em relação a 2024, tampouco flutuações relevantes ao longo do período.

Quadro de colaboradores por gênero, região e tipo de contrato¹

	2025			2024		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Nordeste						
Prazo indeterminado	545	115	660	544	116	660
Prazo determinado²	1	9	10	1	2	3
Subtotal Nordeste	546	124	670	545	118	663
Sudeste						
Prazo indeterminado	242	197	439	256	199	455
Prazo determinado²	4	8	12	6	2	8
Subtotal Sudeste	246	205	451	262	201	463
Consolidado						
Prazo indeterminado	787	312	1.099	800	315	1.115
Prazo determinado²	5	17	22	7	4	11
Total	792	329	1.121	807	319	1.126

Quadro de colaboradores por gênero, região e jornada de trabalho¹

	2025			2024		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Nordeste						
Jornada integral	545	115	660	544	116	660
Jornada parcial²	1	9	10	1	2	3
Subtotal Nordeste	546	124	670	545	118	663
Sudeste						
Jornada integral	246	197	443	262	197	459
Jornada parcial²	0	8	8	0	4	4
Subtotal Sudeste	246	205	451	262	201	463
Consolidado						
Jornada integral	791	312	1.103	806	313	1.119
Jornada parcial²	1	17	18	1	6	7
Total	792	329	1.121	807	319	1.126

1. Considera os profissionais com vínculo empregatício e ativos na data-base de 31/12 em cada período, conforme dados do sistema ADP. A categoria “empregados sem garantia de carga horária” não se aplica.
2. Abrange aprendizes, diretores estatutários e pessoas contratadas por prazo determinado e com jornada de 6 horas diárias de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

GRI 2-8 | Trabalhadores que não são empregados

Trabalhadores que não são empregados

	2025	2024
Estagiários¹	18	23
Terceiros²	7.345	9.770

1. Considera os estagiários ativos na data-base de 31/12 em cada período, conforme dados do sistema ADP. Esses profissionais são contratados via convênio com o CIEE e apoiam as diversas áreas administrativas da Brava.
2. Considera os terceiros cadastrados em nossos sistemas, conforme contratos de prestação de serviços firmados com nossos fornecedores. Os terceiros atuam em instalações operacionais e administrativas, principalmente para atividades de operação e manutenção.

GRI 2-9 | Estrutura de governança e sua composição

GRI 2-12 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos

O Conselho de Administração, cujos membros são eleitos em Assembleia Geral, tem a responsabilidade de estabelecer as diretrizes estratégicas e acompanhar a execução do plano de negócios, zelando pela manutenção da capacidade de gerar valor e de gerenciar riscos econômicos, sociais e ambientais

que possam impactar as operações. Formado por sete membros¹, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, nosso Conselho de Administração reúne profissionais com reconhecida experiência na indústria de óleo e gás. A atuação do Conselho de Administração é apoiada por quatro comitês de assessoramento: Comitê de Auditoria (estatutário); Comitê Financeiro; Comitê de Pessoas; Comitê de Exploração & Produção. Esses órgãos têm caráter exclusivamente consultivo, fornecendo recomendações e

análises robustas para a tomada de decisão. O funcionamento dessas instâncias também segue regimentos próprios, que estabelecem atribuições e responsabilidades específicas para a avaliação de temas e matérias pertinentes ao seu escopo de atuação. Para mais informações sobre a composição e o funcionamento das instâncias de governança, [clique aqui](#) e consulte o item 7 de nosso Formulário de Referência, disponível em nosso site de Relações com Investidores.

GRI 2-10 | Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança

As indicações dos membros que integram os órgãos de administração da Companhia seguem critérios e diretrizes definidos em nossa Política de Indicação, que prioriza o alinhamento aos valores e à cultura da Companhia, a diversidade de conhecimentos e competências compatíveis com nossas atividades operacionais. Esse processo atende aos requisitos do Novo Mercado, que exige pelo menos 30% do Conselho de Administração formado por membros independentes.

GRI 2-11 | Presidente do mais alto órgão de governança

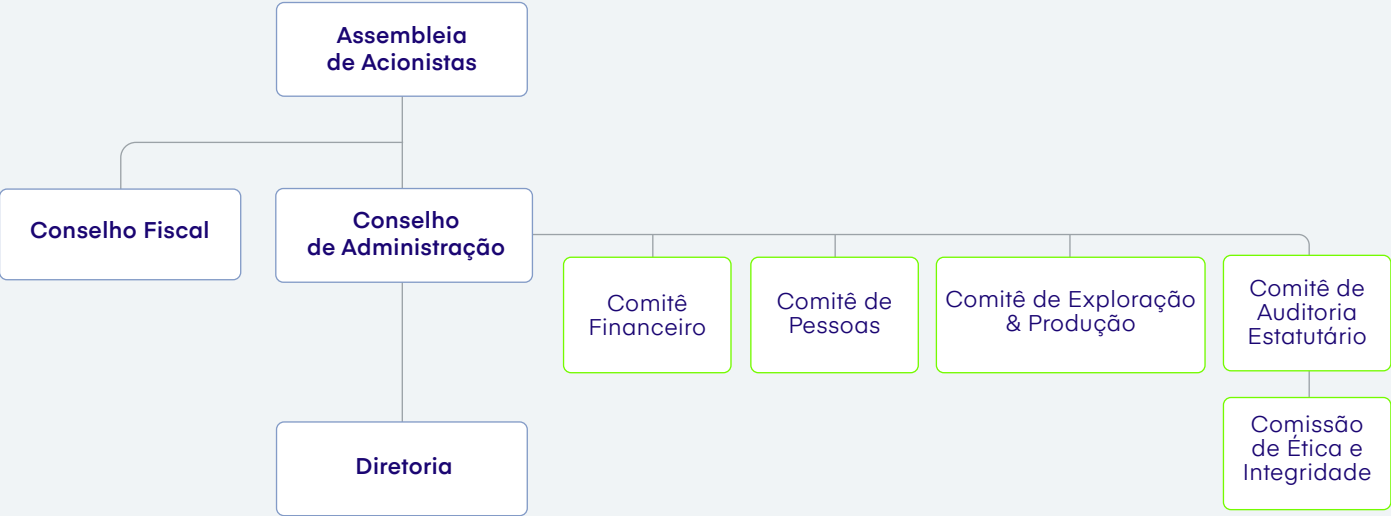
O presidente do Conselho de Administração não acumula função executiva na Companhia².

2. Em fevereiro de 2026 o então presidente do Conselho de Administração, Richard Kovacs, assumiu o cargo de CEO, permanecendo como membro do Conselho.

GRI 2-13 | Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos

A execução do plano de negócios, em linha com as diretrizes estratégicas, é liderada pela Diretoria Estatutária, colegiado formado por quatro executivos indicados pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. O Diretor-Presidente (CEO) e os demais diretores lideram as áreas administrativas e operacionais no desenvolvimento dos projetos e planos de ação configurados para o alcance de metas e objetivos estratégicos. O reporte à governança ocorre no mínimo mensalmente, por meio das reuniões do Conselho de Administração, ou quando há convocação extraordinária.

Estrutura de governança



1. Em 31/12/2025, o Conselho de Administração contava com seis membros independentes em sua formação. Em 2026, o órgão passou a contar com um novo membro independente e sua composição foi alterada.

GRI 2-14 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade

O Relatório Integrado é aprovado pela Diretoria da Brava Energia. O Conselho de Administração toma conhecimento da publicação e é envolvido na aprovação da Matriz de Materialidade, elaborada a partir do amplo engajamento de nossos *stakeholders* e da avaliação dos impactos, riscos e oportunidades associados ao nosso modelo de negócios e que norteia a definição dos conteúdos relatados neste documento.

GRI 2-15 | Conflitos de interesse

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses visa assegurar que todas as decisões sejam tomadas em atenção aos interesses da Brava e de nossos acionistas, sendo conduzidas dentro de condições de mercado, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa e com a devida transparência. Em relação especificamente aos membros do Conselho de Administração, há previsões

expressas em seu Regimento Interno sobre a necessidade de abstenção de discussões e deliberações nas quais sejam identificados tais conflitos de interesse – essas situações devem ser apontadas pelo próprio conselheiro conflitado ou demais conselheiros que identifiquem o caso. Além disso, adotamos o Padrão de Gestão de Conflito de Interesses, que define as diretrizes e esclarece o tema aos colaboradores. Para mais informações, [clique aqui](#) e consulte o item 11 de nosso Formulário de Referência, disponível em nosso site de Relações com Investidores.

GRI 2-16 | Comunicação de preocupações cruciais

Preocupações cruciais relacionadas a impactos negativos significativos ou desvios de conduta são comunicados ao Conselho de Administração pela área de Compliance, diretamente aos membros dessa instância ou por meio das reuniões do Comitê de Auditoria. Em 2025, não foram realizadas comunicações dessa natureza. Os conselheiros avaliaram os temas e realizaram as devidas tratativas e aplicação de medidas cabíveis.

GRI 2-17 | Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança

A apresentação de projetos e estudos para aprovação do Conselho de Administração é o principal mecanismo para aprofundarmos a discussão de tendências e o conhecimento dos conselheiros sobre os principais desafios no contexto da sustentabilidade empresarial. Em 2025, essa instância foi envolvida na aprovação da Matriz de Materialidade da Brava, elaborada a partir do amplo engajamento de nossos *stakeholders* e da avaliação dos impactos, riscos e oportunidades associados ao nosso modelo de negócios.

GRI 2-18 | Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança

O regimento interno do Conselho de Administração prevê processos de avaliação de desempenho, ao menos uma vez por ano, abrangendo o próprio colegiado, os Comitês de Assessoramento e a Diretoria Estatutária. No entanto, tal processo ainda não ocorre na Companhia. Como resultado da consolidação do processo de fusão que criou a Brava Energia, novos diretores passaram a

integrar nossa administração, bem como as áreas e equipes foram reorganizadas, reposicionadas e redimensionadas. Entre os anos de 2025 e início de 2026, nossa Companhia passou a contar com novos integrantes para os cargos de CEO, CFO e Diretor de Operações Offshore¹. Em virtude de todas as mudanças na administração, não foi possível conduzir o primeiro ciclo de avaliação que estava programado para 2025.

1. Em fevereiro de 2026 o então presidente do Conselho de Administração, Richard Kovacs, assumiu o cargo de CEO, permanecendo como membro do Conselho.

GRI 2-22 | Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável

As declarações de nosso Conselho de Administração e da Diretoria sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável da Brava integram o conteúdo do Relatório Integrado 2025.

*Nosso Conselho de Administração aprovou a **Matriz de Materialidade** da Brava e delega à Diretoria a revisão e aprovação do Relatório Integrado*



GRI 2-19 | Políticas de remuneração

Nossas práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são aplicadas em conformidade com nossa Política de Remuneração e com a Lei nº6.404/1976 (Lei das S.A.). A gestão desse tema visa três objetivos principais, conforme estabelecido pela Política de Remuneração: atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial. Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração mensal fixa, baseada na responsabilidade assumida para o desempenho de suas funções. Existe a possibilidade de remuneração na forma de incentivo de longo prazo para esse grupo (atualmente não praticada), desde que observados os regramentos aplicáveis e o limite de remuneração global dos administradores aprovado

anualmente pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. A participação de conselheiros nos Comitês de Assessoramento pode ter remuneração fixa adicional, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Os membros da Diretoria Estatutária recebem remuneração fixa mensal (a título de pró-labore) e remuneração variável atrelada ao desempenho individual e ao resultado operacional e financeiro da Companhia. Eles também são elegíveis a um pacote de benefícios equivalente ao que é aplicado para os demais colaboradores, que inclui planos de saúde, odontológico e de previdência privada. Além disso, os executivos podem aderir ao Plano de Incentivos Baseados em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/06/2024. Não há política formal definida em relação à aplicação de bônus de atração, devolução de bônus e incentivos (*clawback*) e outros pagamentos rescisórios, podendo ocorrer em casos excepcionais mediante aprovação do Conselho de Administração. Para mais informações sobre as políticas e práticas de remuneração aplicáveis aos administradores da Brava Energia, consulte o item 8 do Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores ([clique aqui](#)).

GRI 2-20 | Processo para determinação da remuneração

Nossas políticas e práticas relacionadas à remuneração de membros da administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) e dos demais colaboradores são embasadas por critérios transparentes e igualitários e supervisionadas pelo Comitê de Pessoas, estabelecido no âmbito do Conselho de Administração. Periodicamente, acessamos pesquisas salariais de mercado elaboradas por consultorias especializadas, com o objetivo de identificar parâmetros praticados pelo setor e por outras empresas. Essas informações servem de referência para a análise da remuneração fixa e total dos membros do Conselho de Administração e da

Diretoria Estatutária e da estrutura de cargos e salários da Companhia. Anualmente, a Assembleia Geral de Acionistas aprova o montante total de remuneração dos Administradores, e o Conselho de Administração delibera sobre a remuneração individual dos administradores. Em 24 abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas aprovou por maioria absoluta o montante de R\$ 107,97 milhões para a remuneração global anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2025. A proposta submetida para deliberação da assembleia foi aprovada por 140.622.998 votos (83,5% do total) e rejeitada por 27.662.492 votos (16,4%), e 154.473 dos participantes (0,1%) abstiveram-se de votar nessa matéria.

GRI 2-21 | Proporção da remuneração total anual

Proporção da remuneração anual e de seu aumento¹

	2025	2024
Proporção da remuneração do indivíduo com maior pagamento X mediana dos demais colaboradores ²	25,5	20,3
Proporção do aumento percentual da remuneração do indivíduo com maior pagamento X aumento percentual da mediana dos demais colaboradores	-0,4	na

1. Considera todas as parcelas de remuneração, inclusive benefícios. O indivíduo com maior pagamento é membro da Diretoria Estatutária da Companhia.
 2. O aumento de 25,6% na comparação anual reflete a redução da remuneração mediana dos demais colaboradores, em razão da renovação do quadro funcional, com salários menores para novas contratações em relação aos ocupantes anteriores dos respectivos cargos.

GRI 2-23 | Compromissos de política

Nossa Companhia possui um conjunto de políticas corporativas e normativos que formalizam o compromisso empresarial com a ética, a integridade, o respeito aos direitos humanos, a promoção da segurança e o cuidado com o meio ambiente. Esses regramentos estabelecem diretrizes para o desenvolvimento de programas de gestão, de controles internos e planos de auditoria para gerenciamento de riscos e de sistemáticas de devida diligência para avaliação de práticas em nossos negócios e na cadeia de valor. O Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, descreve os valores e princípios que norteiam a atuação da nossa Companhia e que devem ser praticados pelos administradores (diretores e membros do Conselho de Administração), colaboradores e terceiros que trabalham em nossas unidades ou representam a Companhia em relações com públicos externos. O documento expressa o compromisso com a ética, a transparência e o respeito às normas e à legislação em todas as atividades, prezando pelo cumprimento das responsabilidades e pelo respeito e cuidado com as pessoas e o meio ambiente.

O absoluto respeito aos direitos humanos é uma premissa do nosso Código de Ética e Conduta. A Política de Direitos Humanos, aprovada pelo Conselho de

Administração, reforça esse compromisso, considerando as orientações e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (OIT) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata).

A Política de Direitos Humanos explicita o foco na definição de uma estratégia para preservar colaboradores, terceiros e comunidades locais, identificando e mitigando riscos de:

- Trabalho Infantil e em condições análogas à escravidão ou trabalho forçado;
- Preconceito, discriminação e assédio moral ou sexual;
- Práticas inadequadas e desrespeitosas de segurança patrimonial;
- Condições inadequadas de trabalho;
- Desrespeito à livre associação sindical e ao direito de negociação coletiva;
- Desrespeito aos direitos territoriais e à livre determinação dos povos e comunidades tradicionais;
- Suborno e outras formas de corrupção.

A Política de Sustentabilidade formaliza nosso compromisso em promover, por meio das atividades e negócios, a prosperidade social e econômica, assim como a preservação ambiental. O documento estabelece diretrizes e critérios para monitorar e gerenciar potenciais impactos positivos e negativos, considerando o Princípio da Precaução sob as óticas ambiental, social e econômica.

A Política de Mudanças Climáticas tem o objetivo de formalizar nosso entendimento empresarial sobre os riscos e oportunidades associados à mudança do clima, bem como direcionar ações para gestão, mensuração, reporte, certificação, mitigação e redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE).

A Política do Sistema de Gestão Integrado tem como compromisso trabalhar, de forma transparente, responsável e segura, em projetos que gerem valor para os acionistas e benefícios para a sociedade. O documento formaliza nosso compromisso com princípios de desenvolvimento sustentável, prevenindo impactos, assegurando a conformidade legal, promovendo a saúde e segurança dos trabalhadores e agregando valor aos clientes e aos ativos da Companhia.

A Política Anticorrupção, elaborada em linha com leis, decretos, portarias e instruções brasileiras e internacionais, proíbe que colaboradores e terceiros deem, prometam ou ofereçam qualquer vantagem indevida, direta ou indiretamente, a agentes públicos, no Brasil ou no exterior, ou a terceiros relacionados. Os colaboradores também não podem, em nenhuma hipótese, aceitar ou receber vantagens indevidas e devem denunciar, por meio das ferramentas de gestão de *compliance*, qualquer caso ou suspeita dessa natureza. Entre outras referências, a Política foi elaborada com base na

Lei Anticorrupção do Brasil (2.846/13), na lei norte-americana contra prática de corrupção (FCPA) e contra à extorsão internacional (FEPA) e na lei antissuborno do Reino Unido (UKBA).

Aprovados pelo Conselho de Administração, o mais alto órgão de deliberação em nossa estrutura de governança corporativa, os documentos seguem uma estrutura-padrão que contempla, entre outros elementos, a definição de aplicação, abrangência e responsabilidades pela sua implementação, referenciando iniciativas e padrões externos, quando aplicável. Ademais, promovem a divulgação de seus processos, ferramentas de gestão de riscos e oportunidades associadas a aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa críticos na definição e execução da estratégia de investimentos e de seus negócios.

Acesse nossas diretrizes para uma conduta ética e sustentável

- ▶ [Código de Ética e Conduta](#)
- ▶ [Política de Direitos Humanos](#)
- ▶ [Política de Sustentabilidade](#)
- ▶ [Política de Mudanças Climáticas](#)
- ▶ [Política do Sistema de Gestão Integrado](#)
- ▶ [Política Anticorrupção](#)

GRI 2-24 | Incorporação de compromissos de política

As políticas, normas e códigos que formalizam os compromissos da nossa Companhia são amplamente divulgados e disponibilizados por meio de diferentes canais e sistemas, de forma a viabilizar e facilitar o acesso por colaboradores, parceiros de negócio, fornecedores, investidores e demais *stakeholders*. As políticas corporativas são disponibilizadas a todos os interessados no site de Relações com Investidores da Companhia. Além disso, os processos de homologação e monitoramento dos fornecedores incorporam esses compromissos (saiba mais na página 79). Os documentos internos encontram-se disponíveis aos colaboradores por meio de perfis de acesso ao sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), plataforma que integra o Sistema de Gestão Integrada (SGI). Adicionalmente, os documentos também estão disponíveis no Portal Compliance Cloud, com links para a Intranet da Companhia, o que amplia a transparência e o alcance das informações para públicos internos. As políticas definem áreas responsáveis por sua administração e implementação. A área de Sustentabilidade lidera projetos multidisciplinares visando à aderência da gestão às Políticas de Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos e está integrada à área de Relações com

Investidores, com reporte ao CFO. Já a área de Compliance é responsável por conduzir o Programa de Integridade, direcionado pelo Código de Ética e Conduta, pela Política Anticorrupção e por outros normativos de *compliance*, e reporta-se administrativamente ao CEO e funcionalmente ao Conselho de Administração. Os temas conduzidos por essas áreas são reportados às instâncias de governança da Companhia conforme sua natureza e relevância. A divulgação dos documentos é complementada por ações de comunicação interna, como publicações em canais corporativos e comunicados institucionais enviados a todos os colaboradores. Também enviamos comunicados externos, direcionados aos fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros de negócios, de acordo com o seu Plano Anual de Comunicação. Todos os colaboradores da Companhia devem, no momento de seu ingresso, realizar o aceite formal e são anualmente requeridos a cumprir com os treinamentos no Código de Ética e Conduta e na Política Anticorrupção (saiba mais na página 32). Outros treinamentos realizados periodicamente abordam aspectos de proteção aos direitos humanos, promoção da diversidade, equidade e inclusão e combate a assédio moral.

GRI 2-26 | Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações

O Canal de Denúncias, gerenciado por uma empresa externa e independente, é a principal forma para o recebimento de relatos de casos que desrespeitem nossas políticas, valores ou a legislação. Disponível via website (www.contatoseguro.com.br/bravaenergia) e por telefone (0800 810 8543), o canal é divulgado internamente em campanhas de comunicação aos colaboradores e terceiros e de forma pública nos sites institucional e de Relações com Investidores da Companhia. Todos os autores de relatos têm seus dados e informações pessoais preservadas, podendo inclusive optar pelo anonimato. Adicionalmente, proibimos e repudiamos qualquer tipo de retaliação contra os denunciante, sejam colaboradores ou terceiros. Após

serem registrados e protocolados, os casos são encaminhados para apuração interna, conduzida pela área de Compliance. Caso o relato verse sobre os colaboradores da área de Compliance, este é encaminhado apenas a membros designados da Comissão de Ética e Integridade da Brava. Os registros geram um número de protocolo, informado ao denunciante para acompanhamento da manifestação. A gestão do Canal de Denúncias e a evolução das apurações internas são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Para obter orientações de conduta, nossos colaboradores contam com o Portal de Compliance, disponível na intranet. Esse ambiente permite aos profissionais realizar consultas, como potenciais situações de conflito de interesses, registrar a oferta ou o recebimento de brindes ou presentes a fim de obter parecer da área de Compliance e formalizar interações com agentes públicos.

Manifestações recebidas pelo Canal de Denúncias

	2025	2024
Total de manifestações recebidas no período	261	349
Casos procedentes	22	39
Casos parcialmente procedentes	45	45
Casos improcedentes	23	66
Casos inconclusivos	26	71
Casos em investigação no fim do período	28	25
Casos fora do escopo	77	64
Casos com dados insuficientes para apuração	40	39

GRI 2-25 | Processos para reparar impactos negativos

O Fale com a Gente é o mecanismo para o recebimento de queixas e reclamações das comunidades que vivem no entorno de nossos ativos. O canal está acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de central telefônica gratuita (0800), WhatsApp e pelo e-mail sms@bravaenergia.com. Ações de divulgação ao longo do ano reforçam a disponibilidade desse canal e facilitam o acesso das comunidades para enviar demandas, queixas ou sugestões. Procedimentos internos formalizam as atividades desempenhadas por nossas equipes para registro e tratamento dessas manifestações.

GRI 2-27 | Conformidade com leis e regulamentos

Em 2025, não registramos nenhum caso significativo de não conformidade com leis e regulamentos em nossas atividades. O conceito de casos significativos abrange processos judiciais ou administrativos em que a Brava Energia é polo passivo, com decisão definitiva no período e que, individualmente ou agrupados para um mesmo contexto fático, representam perdas financeiras superiores a R\$ 10 milhões ou podem comprometer a continuidade das operações. No encerramento do período,

nossas contingências para processos judiciais e administrativos somavam R\$ 3,5 bilhões, relacionados a 44 casos. Desse total, 38 casos tinham prognóstico de perda remota (cujas contingências totalizaram R\$ 1,7 bilhão) e 6 casos foram considerados como perda possível (responsáveis por outro R\$ 1,8 bilhão em contingências).

GRI 2-28 | Participação em associações

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Óleo e Gás (ABPIP) e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) são as principais entidades setoriais com as quais nos engajamos. Por meio da participação em fóruns técnicos, comissões e grupos de trabalho, compartilhamos boas práticas com representantes de nossos pares de mercado e discutimos as principais tendências e regulações emergentes aplicáveis aos nossos negócios. A ABPIP tem ainda papel central na defesa coordenada dos interesses do setor e participação institucional ativa em assuntos de alta relevância para os produtores independentes de óleo e gás, como as discussões sobre preço de referência, incentivos a campos marginais e Reforma Tributária. Nossa contribuição nesse escopo é ainda mais direta por meio da participação de executivo da Brava como Diretor Titular da ABPIP.

GRI 2-29 | Abordagem para engajamento de stakeholders

O engajamento com nossos *stakeholders* é conduzido diariamente pelas nossas equipes, de maneira integrada e orgânica às atividades rotineiras das áreas. Para alguns grupos, como as comunidades locais e os investidores, disponibilizamos canais formais para o recebimento de demandas e manifestações. Outros públicos, como os fornecedores, clientes, órgãos reguladores e entidades licenciamento ambiental, são engajados por contatos via e-mail, telefone e reuniões, além da submissão

de documentos e contratos. Para os colaboradores e terceiros, o engajamento é fruto de interações em treinamentos, eventos, reuniões e contato direto com as equipes de Recursos Humanos. Essas abordagens visam manter o contínuo diálogo com nossos públicos, alinhando interesses e expectativas para a condução de nossas atividades de maneira responsável e sustentável. Como processo estruturado e dedicado de escuta e engajamento, destaca-se o estudo de materialidade conduzido em 2024 e revisado anualmente (saiba mais sobre essa iniciativa na página 12).

GRI 2-30 | Acordos de negociação coletiva

Colaboradores cobertos por acordos coletivos de trabalho¹

	2025	2024
Número total de colaboradores	1.121	1.126
Número de colaboradores cobertos por acordos coletivos de trabalho	1.117	1.121
Percentual de colaboradores cobertos por acordos coletivos de trabalho	99,6%	99,6%

1. Apenas os diretores estatutários não estão cobertos por acordos coletivos de trabalho. As condições de trabalho e os termos de emprego desse grupo são definidos individualmente, conforme descrito na página 8.

Materialidade

GRI 3-2 | Lista de temas materiais

AMBIENTAL	Mudanças climáticas	7	9	12	13
	Água e efluentes	6	12	14	15
	Gestão ambiental	3	6	12	14
SOCIAL	Segurança	3	8	11	14
	Gestão de talentos	4	5	8	10
	Impacto socioeconômico	8	10	11	17
GOVERNANÇA	Direitos humanos	5	8	16	
	Ética e integridade	12	16		
	Gestão dos ativos	8	9	11	12



GRI 3-1 | Processo de definição de temas materiais

A Matriz de Materialidade é um instrumento que permite identificar e priorizar os potenciais impactos, riscos e oportunidades associados aos temas da agenda ESG e que são inerentes ao nosso modelo de negócio. Esses temas materiais consideram tanto os efeitos das nossas atividades sobre os *stakeholders* quanto a influência de aspectos internos e externos sobre a capacidade de geração de valor, abrangendo o conceito de dupla materialidade (impacto e financeira). O primeiro estudo de materialidade da Brava, concluído em 2024, identificou nove temas materiais. O estudo contemplou etapas documentais e de engajamento direto dos *stakeholders*. Além das análises prévias de materialidade da 3R e da Enauta, avaliamos outras 13 empresas do setor de óleo e gás, *frameworks* de mercado (como índices e *ratings* ESG) e temáticas recorrentes na imprensa. Também foram incorporadas nas análises a Norma GRI 11: Setor de Petróleo e Gás 2021, as Normas SASB aplicáveis ao nosso modelo de negócios e o "Sustainability reporting guidance for the oil and gas industry" do Ipieca. Com foco principalmente na análise de materialidade financeira, foram considerados também a Matriz de Riscos

e as divulgações via site de Relações com Investidores da Companhia. O engajamento com *stakeholders* ocorreu por meio de 31 entrevistas individuais, sendo 18 delas com executivos da Brava e 13 com representantes de diferentes *stakeholders* em nosso negócio: comunidades, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores e entidades de licenciamento ambiental. A priorização dos temas considerou a recorrência deles nas diversas fontes de pesquisa, o nível de relevância atribuído pelos entrevistados e a profundidade com a qual os temas foram tratados nos documentos de mercado. Executivos e membros da governança da Brava contribuíram para as análises por meio de entrevistas individuais e aprovaram o resultado final da materialidade. Em 2025, com o objetivo de aprofundar o entendimento das demandas do setor financeiro, conduzimos entrevistas com especialistas do setor financeiro e do mercado de capitais (bancos e plataformas de *ratings* ESG). Esses insumos confirmaram a materialidade financeira dos temas materiais, reforçando a importância da gestão de riscos e oportunidades relacionados a questões de segurança operacional e mudança do clima. Não houve mudança na lista e no escopo dos temas materiais em relação ao estudo anterior.

Segurança

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

A gestão da segurança nos processos produtivos é um tema central para o modelo de negócio da Brava Energia, considerando o potencial impacto negativo de acidentes e vazamentos nos ativos produtores de óleo e gás *onshore* e *offshore* e nas operações Mid&Downstream. Dessa forma, este tema abrange práticas para prevenir a ocorrência de incidentes e a preparação para a resposta efetiva e ágil em caso de emergência. O tema também está relacionado à mitigação de riscos de acidentes com os trabalhadores (próprios e terceirizados) em todas as atividades. Nesse sentido, estão cobertos aspectos como a avaliação de riscos de saúde e segurança, a adoção de barreiras, o uso de equipamentos de proteção, a capacitação e conscientização dos trabalhadores e o monitoramento de indicadores proativos e reativos para subsidiar estratégias de gestão.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

Na Brava Energia, segurança é valor inegociável. A proteção das pessoas, a integridade dos ativos e a confiabilidade das operações orientam cada decisão que tomamos. Operar com segurança é a base para garantir continuidade operacional, reduzir riscos, aumentar eficiência e sustentar a geração de caixa. O Sistema de Gestão Integrado (SGI) abrange todos os nossos ativos produtores *onshore* e *offshore*, bases de apoio e escritórios administrativos e estabelece normas, procedimentos, sistemas e métricas, tendo como referencial os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), gestão ambiental (ISO 14001) e gestão de saúde e segurança ocupacional (ISO 45001) e regulamentos técnicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme a sua aplicabilidade. Além disso, os polos *onshore* dos complexos Potiguar e

Recôncavo possuem a certificação SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos). Por meio de sistemas e rotinas de auditoria estabelecidas nos processos que integram o SGI, controlamos diferentes indicadores que permitem o monitoramento contínuo das condições de segurança em nossas operações. Esses dados, reportados à administração da Companhia continuamente, subsidiam a definição de planos de ação e ciclos de melhoria contínua. Mensalmente, as Reuniões de Análise Crítica (RAC) envolvem lideranças da nossa Companhia e das empresas contratadas para a discussão de temas-chave nas operações, inclusive os indicadores-chave de segurança operacional e das pessoas. As auditorias internas do SGI reforçam o compromisso com o atendimento aos requisitos aplicáveis às nossas atividades.

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política do Sistema de Gestão Integrado

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade

▶▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 32 a 34).

GRI 11.8.3 | Relate o número total de eventos de segurança de processo Nível 1 e Nível 2, e discrimine esse total por atividade de negócio

Eventos de segurança de processo conforme parâmetros da International Association of Oil & Gas Producers (IOGP)

		2025		2024	
		Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
E&P Offshore	Ubarana	0	1	0	0
	Aratum	0	0		
	Peroá	0	0		
	Papa-Terra	0	1		
	Atlanta	1	0		
E&P Onshore	Complexo Potiguar	2	3	1	9
	Complexo Recôncavo	0	9		
Mid&Downstream	ATI	0	0	0	0
Consolidado Brava Energia		3	14	1	9

GRI 306-3 (2016) | Derramamentos significativos

Vazamentos significativos por unidade

	2025 ¹		2024 ²	
	Número de ocorrências	Volume vazado (m³)	Número de ocorrências	Volume vazado (m³)
Ubarana	2	0,0010	0	0,00
Aratum	3	0,1196	0	0,00
Peroá	0	0,0000	0	0,00
Papa-Terra	0	0,0000	0	0,00
Atlanta	2	4,4450	0	0,00
Total E&P Offshore	7	4,5656	0	0,00
Complexo Potiguar	2	5,21	nd	nd
Complexo Recôncavo	0	0,00	nd	nd
Total E&P Onshore	2	5,21	5	2,97
Mid&Downstream (ATI)	1	0,23	0	0,00

1. Em 2025, o conceito de vazamento significativo está orientado conforme a legislação aplicável para cada um dos segmentos de atuação. Nas operações onshore, são consideradas significativas as ocorrências classificadas como significantes ou maior pelo Manual de Comunicação de Incidentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nas quais o volume de óleo seja superior a 1 barril. Nas operações offshore, são considerados significativos todos os vazamentos para o meio ambiente, independentemente do volume vazado, em conformidade com as orientações do Conama 393/2007 e 398/2008. O volume informado considera o total vazado (água + óleo). Todos os derramamentos foram de hidrocarbonetos, e os impactos negativos de contaminação do solo e da água foram integralmente tratados. Nenhum derramamento foi informado nas demonstrações financeiras.

2. Em 2024, haviam sido considerados significativos os vazamentos cuja parcela de óleo superava 1 barril. O volume informado refere-se à parcela de óleo.

GRI 403-1 | Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

GRI 403-8 | Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

Todos os trabalhadores (colaboradores e terceiros) que atuam em unidades operacionais ou administrativas da Brava (1.121 e 7.345, respectivamente, no encerramento de 2025) estão

cobertos pelo nosso Sistema de Gestão Integrado (SGI). Esse sistema foi implementado com base nas principais normas de mercado, abrangendo aspectos de qualidade (ISO 9001), meio ambiente (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (ISO 45001), além de requisitos técnicos setoriais (Resoluções A NP nº 43/07, 2/10, 6/11, 41/15, 46/16).

GRI 403-2 | Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), conduzimos estudos de análise de risco e perigos que identificam e avaliam os riscos existentes em cada tipo de operação. Essas análises são realizadas por equipes multidisciplinares e incorporam metodologias reconhecidas pela indústria de petróleo e gás natural, como FMECA, HAZID, HAZOP, APP/APR e Bow-Tie. Os estudos de riscos também permitem identificar os Grandes Cenários Acidentais (MAH, na sigla em inglês), eventos de baixa frequência, mas com potencial de gerar consequências catastróficas para as pessoas, o meio ambiente e os ativos. A partir dessas avaliações, definimos os elementos críticos de segurança operacional e estabelecemos a hierarquia de controle para mitigação dos riscos ao patamar ALARP (sigla em inglês para tão baixo quanto razoavelmente possível). Considerando aspectos de saúde e segurança ocupacional, as medidas de gerenciamento dos riscos são consolidadas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e

no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), ambos estabelecidos no escopo do SGI e em conformidade com os requisitos legais aplicáveis. A melhoria contínua do sistema é assegurada pelas rotinas periódicas de análise crítica e aprimoramento de processos. A Política do Sistema de Gestão Integrado, disponível publicamente em nosso site de Relações com Investidores ([clique aqui](#) e acesse), formaliza o compromisso da Companhia com a segurança e estabelece a obrigatoriedade de interrupção de qualquer trabalho em condição insegura. De maneira complementar, adotamos as 9 Regras que Salvam Vidas, definidas pela International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), que orientam comportamentos para a prevenção de acidentes e a promoção da segurança das pessoas. Todos os trabalhadores são incentivados a comunicar situações que considerem inseguras, tanto para suas lideranças diretas quanto por meio dos canais e mecanismos internos da Companhia. Entre esses, destacam-se os cartões de observação (Cartão Observa e Safety Cards), as reuniões das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e

Assédio ou das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Assédio em Plataformas (CIPA/CIPLAT) e os processos de planejamento e revisão das Permissões de Trabalho e dos Estudos de Análise de Riscos. Em linha com o compromisso da Política do SGI e com a legislação brasileira, todos os colaboradores e terceiros têm assegurado o Direito de Recusa para interromper qualquer atividade caso identifique condição de risco grave e iminente à sua saúde ou à sua vida. Nenhuma forma de represália contra profissionais que alertem sobre riscos de segurança é admitida, em linha com nossos valores e as políticas e processos estabelecidos pela Companhia. Possíveis violações dessa premissa de conduta devem ser comunicadas por meio do Canal de Denúncias da Brava. O processo de investigação de incidentes é conduzido em conformidade com a Resolução nº 882/2022 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e inclui etapas de registro, classificação, comunicação, análise de causas e estabelecimento de ações corretivas e preventivas, além do compartilhamento de lições aprendidas. As equipes

locais de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) são responsáveis pela comunicação imediata de qualquer incidente internamente ou às autoridades competentes, conforme aplicável. A investigação das ocorrências inicia-se pela formação de uma comissão de investigação, reunindo especialistas em segurança, integrantes da CIPA e representantes da área onde ocorreu o incidente. Esse grupo apura e analisa as causas, emitindo um relatório formal com as conclusões da investigação e a recomendação de planos de ação. O relatório é apresentado na Reunião de Análise Crítica (RAC), que reúne mensalmente lideranças da Companhia e de empresas contratadas com alocação de terceiros nas operações. Os planos de ação são aprovados e cadastrados em sistema interno, com a atribuição de responsáveis e prazos para sua implementação. Com base nesses registros, nossas equipes de SMS emitem alertas para todas as unidades da Brava, viabilizando o acesso às informações e o aprendizado coletivo. Além disso, a sistematização desses registros permite a análise estatística de tendências e a priorização de medidas de gestão e campanhas de segurança.

GRI 403-3 | Serviços de saúde do trabalho

Nossas práticas de saúde ocupacional superam as exigências legais aplicáveis a esse tema. Além do controle de riscos à saúde ocupacional e do acompanhamento de exames médicos periódicos dos colaboradores, implementamos boas práticas para a promoção de um ambiente de trabalho saudável nos escritórios e unidades operacionais. Todos os colaboradores realizam exames complementares aos obrigatoriamente periódicos, e os gerentes da Brava realizam *check up* médico anual completo. Corporativamente, temos um médico do trabalho com jornada parcial e um enfermeiro em período integral, que atendem os colaboradores dos escritórios do Rio de Janeiro. Nas unidades de exploração & produção *onshore* e no Ativo Industrial de Guamaré (ATI), contamos com equipes de enfermagem e estrutura de socorro (condutor socorrista e ambulância), que atendem tanto colaboradores quanto terceiros. As unidades *offshore* contam com equipe de atendimento médico embarcada e serviço de evacuação médica em caso de emergência com

qualquer trabalhador a bordo. Em 2025, ampliamos a prática de *blitz* postural para todas as unidades administrativas, com orientações sobre postura e uso de equipamentos. Além disso, divulgamos campanhas corporativas sobre doenças cardiovasculares e saúde mental para toda a Companhia, estimulando os colaboradores a procurar nossas equipes de saúde para seus exames periódicos ou caso necessitem de orientação. Os terceiros são cobertos pelas campanhas de saúde que divulgamos internamente e são atendidos pelas equipes médicas nas unidades. Por meio do controle documental, exigimos das contratadas a comprovação de conformidade com os exames médicos periódicos dos trabalhadores alocados em nossas unidades, por meio dos atestados de saúde ocupacional e exames médicos periódicos.

GRI 403-4 | Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

O engajamento de colaboradores e terceiros ocorre por um conjunto de mecanismos implementados em

nossas operações, assegurando a participação desses trabalhadores em assuntos de saúde e segurança do trabalho (SST). Por meio dos canais internos de comunicação, workshops, reuniões e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), os colaboradores são continuamente consultados e podem sugerir ações de melhoria na gestão do tema. Além disso, todas as unidades contam com uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) ou Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio em Plataformas (CIPLAT), formada por representantes eleitos pelos colaboradores e outros indicados pela Companhia e que tem papel fundamental na definição de implementação de práticas de SST. As reuniões das CIPAs/CIPLATs são abertas à participação de todos os colaboradores e ocorrem mensalmente. Com essa mesma periodicidade, discutimos o desempenho em saúde e segurança e oportunidades de melhoria nas Reuniões de Análise Crítica (RAC) das unidades, que envolvem lideranças da Brava e as empresas contratadas com alocação de terceiros nas operações. Para os

fornecedores críticos em atividades operacionais, formalizamos as funções e responsabilidades para a correta execução das atividades e formas de comunicação e reporte por meio do documento de interface, denominado Documento Ponte.

GRI 403-5 | Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho

Nossa Matriz de Treinamentos define as formações básicas e requeridas por legislação, conforme cada cargo e atividade do trabalhador, indicando a periodicidade de capacitação, carga horária e conteúdo programático. A aplicação dessa matriz é realizada internamente por meio dos programas de treinamento e desenvolvimento e exigida dos fornecedores pelo Anexo de SMS que integra as cláusulas contratuais. O tema também é abordado nos Documentos Ponte firmados com os fornecedores críticos em atividades operacionais. O controle sobre a validade dos treinamentos de colaboradores e terceiros é realizado de forma documental, por meio dos certificados de conclusão dos cursos.

GRI 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios

GRI 416-1 | Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços

Em nosso modelo de negócios, a prevenção e a mitigação de impactos em saúde e segurança para além do escopo de operações próprias (colaboradores e

terceiros) está relacionada principalmente à divulgação de informações de segurança para os clientes do segmento Mid&Downstream e ao engajamento em iniciativas setoriais.

Os produtos beneficiados no Ativo Industrial de Guamaré (ATI) são acompanhados da Ficha com Dados de Segurança (FDS), que orienta os clientes sobre riscos de segurança e cuidados no manuseio dos produtos. Elaborada

conforme a Norma ABNT 14725:2023, a FDS contém informações detalhadas sobre os perigos associados às substâncias químicas, incluindo classificações de risco, medidas de prevenção, recomendações para manuseio seguro, controle de exposição e primeiros socorros. Dessa forma, 100% de nossos produtos estão cobertos por avaliações sobre potenciais impactos na saúde e segurança e por medidas para mitigar o risco de ocorrência desses impactos.

No âmbito setorial, nossa participação ocorre em eventos da indústria de óleo e gás e em grupos de trabalho de entidades do setor, como a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP) e o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Nesses fóruns, compartilhamos desafios e boas práticas com outras empresas da cadeia de valor, fomentando o amadurecimento da gestão e a cultura de segurança em toda a indústria.

GRI 403-9 | Acidentes de trabalho

Indicadores consolidados de saúde e segurança

	2025			2024		
	Colaboradores	Terceiros	Total	Colaboradores	Terceiros	Total
Número de horas-homem trabalhadas	2.587.759	16.902.409	19.490.168	2.580.893	19.432.710	22.013.603
Número de acidentes registráveis ¹	2	30	32	0	43	43
Taxa de frequência de acidentes registráveis ²	0,77	1,77	1,64	0,00	2,21	1,95
Número de acidentes de alta gravidade ³	0	3	3	0	4	4
Taxa de frequência de acidentes de alta gravidade ²	0,00	0,18	0,15	0,00	0,21	0,18
Número de acidentes fatais	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes fatais ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de dias perdidos ⁴	0	2.382	2.382	0	802	802
Taxa de gravidade ²	0,00	140,93	122,22	0,00	41,27	36,43

1. Considera o critério da International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), em que lesões registráveis incluem fatalidades, casos de dias de trabalho perdidos, casos de dias de trabalho restritos e casos de tratamento médico. Os principais tipos de acidentes com maior gravidade estão relacionados a manuseio de produtos químicos, quedas, cortes e prensamentos. Os perigos são mapeados nas avaliações de risco e tratados por meio do Sistema de Gestão Integrado (SGI). Para mais informações sobre a hierarquia de controles, consulte o conteúdo GRI 403-2 na página 16.
2. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.
3. Conforme definição de acidente grave da Resolução ANP nº 882/2022.
4. Os dias perdidos são contabilizados como dias corridos.

GRI 403-9 | Acidentes de trabalho (continuação)

Indicadores de saúde e segurança para colaboradores por unidade em 2025

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Número de horas-homem trabalhadas	42.968	0	13.280	25.920	12.096	627.308	201.823	555.444	1.108.920	2.587.759
Número de acidentes registráveis ¹	0	na	0	0	0	0	1	0	1	2
Taxa de frequência de acidentes registráveis ²	0,00	na	0,00	0,00	0,00	0,00	4,95	0,00	0,90	0,77
Número de acidentes de alta gravidade ³	0	na	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes de alta gravidade ²	0,00	na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de acidentes fatais	0	na	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes fatais ²	0,00	na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de dias perdidos ⁴	0	na	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de gravidade ²	0,00	na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Considera o critério da International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), em que lesões registráveis incluem fatalidades, casos de dias de trabalho perdidos, casos de dias de trabalho restritos e casos de tratamento médico.
2. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.
3. Conforme definição de acidente grave da Resolução ANP nº 882/2022.
4. Os dias perdidos são contabilizados como dias corridos.

Indicadores de saúde e segurança para terceiros por unidade em 2025

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Número de horas-homem trabalhadas	845.869	288.617	125.462	1.554.576	1.070.047	7.214.635	2.588.703	2.944.140	270.360	16.902.409
Número de acidentes registráveis ¹	1	0	0	6	2	10	5	6	0	30
Taxa de frequência de acidentes registráveis ²	1,18	0,00	0,00	3,86	1,87	1,39	1,93	2,04	0,00	1,77
Número de acidentes de alta gravidade ³	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Taxa de frequência de acidentes de alta gravidade ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,39	0,34	0,00	0,18
Número de acidentes fatais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes fatais ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de dias perdidos ⁴	0	0	0	0	0	502	45	1.835	0	2.382
Taxa de gravidade ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,58	17,38	623,27	0,00	140,93

1. Considera o critério da International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), em que lesões registráveis incluem fatalidades, casos de dias de trabalho perdidos, casos de dias de trabalho restritos e casos de tratamento médico.
2. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.
3. Conforme definição de acidente grave da Resolução ANP nº 882/2022.
4. Os dias perdidos são contabilizados como dias corridos.

GRI 403-9 | Acidentes de trabalho (continuação)

Indicadores de saúde e segurança consolidados (colaboradores + terceiros) por unidade em 2025

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Número de horas-homem trabalhadas	888.837	288.617	138.742	1.580.496	1.082.143	7.841.943	2.790.526	3.499.584	1.379.280	19.490.168
Número de acidentes registráveis ¹	1	0	0	6	2	10	6	6	1	32
Taxa de frequência de acidentes registráveis ²	1,13	0,00	0,00	3,80	1,85	1,28	2,15	1,71	0,73	1,64
Número de acidentes de alta gravidade ³	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Taxa de frequência de acidentes de alta gravidade ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,36	0,29	0,00	0,15
Número de acidentes fatais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes fatais ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de dias perdidos ⁴	0	0	0	0	0	502	45	1.835	0	2.382
Taxa de gravidade ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,01	16,13	524,35	0,00	122,22

1. Considera o critério da International Association of Oil & Gas Producers (IOGP), em que lesões registráveis incluem fatalidades, casos de dias de trabalho perdidos, casos de dias de trabalho restritos e casos de tratamento médico. Os principais tipos de acidentes com maior gravidade estão relacionados a manuseio de produtos químicos, quedas, cortes e prensamentos. Os perigos são mapeados nas avaliações de risco e tratados por meio do Sistema de Gestão Integrado (SGI). Para mais informações sobre a hierarquia de controles, consulte o conteúdo GRI 403-2 na página 16.

2. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.

3. Conforme definição de acidente grave da Resolução ANP nº 882/2022.

4. Os dias perdidos são contabilizados como dias corridos.

GRI 403-10 | Doenças profissionais

Assim como em 2024, não registramos nenhum caso de doença ocupacional envolvendo colaboradores ou terceiros em nossas operações. Todos os riscos nesse tema são mapeados no âmbito do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e avaliados pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), ambos estabelecidos conforme requisitos da legislação brasileira. Os principais riscos estão relacionados à exposição a ruído e às atividades críticas (espaço confinado e trabalho em altura). As principais medidas para gerenciar esses riscos estão descritas nas páginas 16 e 17.

Mudanças climáticas

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema está centrado nos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas para o modelo de negócio, a estratégia corporativa e a capacidade de geração de valor da Companhia. As fontes fósseis para geração de energia são um dos principais causadores de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a pressão global para conter o aumento da temperatura média tem influência direta e relevante sobre toda a indústria de óleo e gás. O tema também abrange a evidenciação de que a manutenção da oferta de óleo e gás natural como um fator essencial para a

segurança energética em conjunto com a continuidade da transição para uma matriz energética global apoiada em fontes renováveis. O tema também abrange as iniciativas para a redução das emissões de GEE, por meio de iniciativas de eficiência energética e diminuição da pegada de carbono. Nessa frente, estão cobertos os sistemas e ferramentas para contabilização das suas emissões diretas de GEE e os projetos para otimização energética e substituição de combustíveis fósseis nos processos produtivos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

A produção de óleo e gás natural e as atividades de refino desses recursos naturais para a geração de combustíveis e outros derivados são essenciais para fornecer fontes energéticas seguras e confiáveis – indispensáveis para o funcionamento e desenvolvimento de praticamente todas as cadeias produtivas. Nossa atuação direcionada para a extensão da vida útil de campos maduros e maximização da geração de valor dos ativos *onshore* e *offshore* vai ao encontro da demanda global por um processo de transformação energética, com a substituição gradual dos combustíveis fósseis por substitutos renováveis, a fim de mitigar os impactos negativos decorrentes das mudanças climáticas.

Em nossa visão estratégica, buscamos conciliar a continuidade da produção em nossos ativos a uma atuação cada vez mais eficiente sob a perspectiva de aproveitamento energético. Por isso, trabalhamos em projetos e iniciativas voltadas para redução do consumo de combustíveis, reaproveitamento de gás natural e diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Mudanças Climáticas

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade

▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 53 a 56).

GRI 11.2.4 | Descreva a abordagem da organização para o desenvolvimento de políticas públicas e lobby sobre mudanças climáticas

No âmbito setorial e de articulação para políticas públicas em mudanças climáticas, atuamos de maneira integrada às duas principais associações setoriais da indústria de óleo e gás: o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Óleo e Gás (ABPIP). Avaliamos que a transição gradativa para uma matriz energética global com maior participação de fontes renováveis e biocombustíveis será sustentada pela coexistência com fontes de energia de origem fóssil, como o óleo e o gás natural. Também analisamos os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas para o nosso

planejamento estratégico, agindo para responder adequadamente a essas questões de maneira integrada em todas as atividades.

No escopo de nossas operações, a abordagem estratégica corporativa tem como foco a melhoria contínua de processos e a aplicação de soluções com menor impacto socioambiental no curto prazo, que possam fazer frente aos desafios das mudanças climáticas. Nesse contexto, destacam-se iniciativas como o uso de drones para a realização de inspeções nas tubulações e outras infraestruturas e a aplicação de tecnologias de eficiência energética no FPSO Atlanta. Estamos em processo de revisão do nosso Plano de Gestão Climática, a fim de alinhar as diretrizes desse tema à nova configuração societária e ao reposicionamento estratégico da Companhia.

GRI 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas

Nossa gestão de riscos climáticos está integrada ao processo corporativo de gerenciamento de riscos. Orientada pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, nossa metodologia de gestão de riscos tem como referência os mais reconhecidos padrões nacionais e internacionais – principalmente a ISO 31000 e o *framework* COSO ERM 2017. A Matriz de Riscos Estratégicos é uma ferramenta que permite a categorização

e a mensuração dos riscos, conforme as dimensões de impacto e probabilidade de ocorrência, permitindo a definição de planos e ações para mitigação e controle. Ela integra fatores de risco operacionais, financeiros e socioambientais, incluindo a avaliação de impactos relacionados aos efeitos das mudanças climáticas sobre os nossos negócios.

Atualmente, dois riscos climáticos foram identificados na nossa Matriz: um deles relacionado a legislações emergentes ou novas demandas de mercado em requisitos ESG e outro a eventos climáticos extremos que possam afetar nossos ativos ou a cadeia de valor em que atuamos. Ainda não possuímos análises para quantificar as implicações financeiras associadas a esses riscos, mas pretendemos iniciar esse tipo de processo ainda em 2026.

A gestão de oportunidades é liderada pela Gerência de Sustentabilidade e envolve as diversas áreas corporativas e operacionais na implementação de projetos e iniciativas para redução do consumo de combustíveis, reaproveitamento de gás natural e diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Essa equipe participa continuamente de fóruns e eventos externos para acompanhar tendências e evoluções de mercado e identificar oportunidades de diferenciação da Companhia. Uma delas é a diferenciação de produtos com ganho ambiental ou em emissões de GEE, como é o caso do óleo produzido no Campo de Atlanta.

GRI 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas (continuação)

Riscos e oportunidades climáticos	Efeitos sobre o negócio	Medidas de gerenciamento adotadas
Legislações emergentes ou novas demandas de mercado em requisitos ESG	Novas legislações ou regulações: aumento de custos pela aplicação de penalidades ou multas ou pela necessidade de pagamento de taxas adicionais para a conformidade do negócio. Redução de interesse dos investidores: redução no valor acionário e limitação de acesso a capital. Diminuição da demanda por óleo e gás em razão do deslocamento de clientes para cadeia de energia renovável: redução das vendas e receitas. Como desdobramento desses cenários, esse risco pode limitar nossa capacidade de crescimento.	• Acompanhamento da legislação e regulamentações e de sua evolução • Monitoramento das demandas e expectativas de investidores e do mercado em geral em relação à gestão de aspectos climáticos pela Brava • Criação de grupo de trabalho para o tema de mudanças climáticas, reunindo lideranças da Companhia para alinhamento e definição da estratégia nesse tema • Diagnóstico e definição de plano de ação para adequação às regulações de transparência, com o relato de informações financeiras de sustentabilidade conforme as normas CBPS 01 e 02 (alinhadas às normas IFRS de Sustentabilidade)
Eventos climáticos extremos que possam afetar nossos ativos ou a cadeia de valor em que atuamos	A ocorrência de um evento climático extremo pode danificar de forma significativa os equipamentos e instalações da Brava, a rede de dutos para distribuição dos produtos ou ainda as vias para escoamento da produção por outros modais de transporte. Esses danos podem levar à interrupção das atividades diretas e na cadeia de valor <i>downstream</i> e demandar investimentos para reparação dos estragos causados à infraestrutura. Como desdobramento desses cenários, a materialização desse risco pode desencadear efeitos que reduzam receitas enquanto durar a interrupção ou que demandem a alocação de capital adicional para reparo dos estragos causados, afetando a rentabilidade e o desempenho financeiro do negócio.	• Avaliação do custo-benefício para a inclusão de eventos climáticos extremos nas apólices de seguro • Análise de vulnerabilidade dos ativos a eventos climáticos extremos e de possíveis alternativas que fortaleçam a capacidade de adaptação do portfólio de ativos • Verificação da necessidade de adequação dos planos de contingência e resposta a emergências diante do contexto de emergências climáticas • Diagnóstico e definição de plano de ação para adequação às regulações de transparência, com o relato de informações financeiras de sustentabilidade conforme as normas CBPS 01 e 02 (alinhadas às normas IFRS de Sustentabilidade)
Redução das emissões em campos maduros	A implementação de projetos de captura e utilização de gás associado, eletrificação de operações e adoção de tecnologias de monitoramento e eficiência energética tem potencial para reduzir custos operacionais e o volume de emissões de GEE. Essas iniciativas estão alinhadas às demandas de descarbonização do setor e fortalecem a atratividade econômica dos ativos em longo prazo.	Projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados para eficiência energética, como o projeto piloto para inspeção de tubulações e outras infraestruturas com o uso de drones
Diferenciação de produtos com ganho ambiental ou de emissões de GEE	O óleo produzido no Campo de Atlanta possui baixo teor de enxofre, sendo especialmente demandado pela cadeia logística para a produção de combustíveis com menor emissão de óxidos de enxofre (SO₂), em conformidade com regulamentações internacionais como a IMO 2020. Como consequência desse cenário, temos a oportunidade de aumento de receitas pelo pagamento de prêmio nesse produto, que fornece aos clientes melhor eficiência em relação às emissões de GEE.	Implementação do Sistema Definitivo (SD), que amplia a capacidade diária de produção do Campo de Atlanta de 50 mil barris para 140 mil barris. Além disso, o SD inclui a utilização do FPSO Atlanta, totalmente adaptado com tecnologias para reduzir emissões de carbono na operação, como <i>flare</i> fechado e inertização de tanques

GRI 302-1 | Consumo de energia dentro da organização

Em 2025, consumimos 13,3 milhões de GJ em nossas operações, dos quais 11,1 milhões estão associados ao consumo de combustíveis e 2,2 milhões à aquisição de energia elétrica. Esse resultado representa um aumento de 24,1% em relação ao período anterior, refletindo principalmente a elevação da produção de óleo e gás no FPSO Atlanta, que passou de 5,8 milhões de boe em 2024 para 11,8 milhões de boe em 2025. O incremento operacional demandou maior consumo de gás natural para geração de energia e resultou em aumento do volume de gás destinado ao processo de *flaring*.

Consumo de energia dentro da Companhia (GJ)¹

	2025	2024
Combustíveis não renováveis ²		
Diesel	489.151,5	1.046.788,5
Diesel marítimo A	906.442,1	379.437,4
Gás natural	9.478.660,5	7.040.210,9
Gás de refinaria	na	112.844,7
Gasolina	13.182,3	15.681,8
Óleo tratado	219.495,2	31.106,3
Outros	17,6	11,8
Subtotal autogerado a partir do consumo de combustíveis não renováveis	11.106.949,2	8.626.081,3
Energia adquirida ³		
Eletricidade	2.238.806,6	2.130.323,5
Total de energia consumida dentro da Companhia	13.345.755,8	10.756.404,8

1. A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de consumo de energia é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

2. O consumo de combustíveis é monitorado gerencialmente em volume e registrado no sistema Ecosystem, especializado para a gestão de dados de energia e emissões. A ferramenta calcula a energia gerada a partir desse consumo conforme parâmetros de poder calorífico e em linha com as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). Não consumimos combustíveis de origem renovável em nossas operações.

3. Adquirimos apenas eletricidade fornecida por terceiros para nossas atividades. Não se aplica a compra de outros tipos de energia, como aquecimento, resfriamento e vapor, tampouco a venda de energia a terceiros. Dessa forma, nosso consumo de energia equivale à soma do total autogerado a partir de combustíveis não renováveis com o total de eletricidade adquirida.

GRI 302-1 | Consumo de energia dentro da organização (continuação)

Consumo de energia dentro da Companhia em 2025 por unidade (GJ)¹

	Ubarana	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Combustíveis não renováveis ²									
Diesel	25.494,9	1.922,7	414.795,4	na	23.776,2	22.812,9	349,4	na	489.151,5
Diesel marítimo A	na	na	na	906.442,1	na	na	na	na	906.442,1
Gás natural	0,0	32.010,3	1.492.043,5	2.892.237,8	3.386.187,4	454.680,3	1.221.501,2	na	9.478.660,5
Gasolina	na	na	na	na	na	na	na	13.182,3	13.182,3
Óleo tratado	na	na	na	na	91.188,7	na	128.306,5	na	219.495,2
Outros	na	na	na	5,0	na	na	12,6	na	17,6
Subtotal combustíveis não renováveis	25.494,9	33.933,0	1.906.838,9	3.798.684,9	3.501.152,3	477.493,2	1.350.169,7	13.182,3	11.106.949,2
Energia adquirida ³									
Eletricidade	na	na	na	na	1.435.706,6	374.434,3	427.424,8	1.241,0	2.238.806,6
Total de energia consumida dentro da Companhia	25.494,9	33.933,0	1.906.838,9	3.798.684,9	4.936.858,9	851.927,5	1.777.594,5	14.423,3	13.345.755,8

1. A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de consumo de energia é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. GRI 2-4

2. O consumo de combustíveis é monitorado gerencialmente em volume e registrado no sistema Ecosystem, especializado para a gestão de dados de energia e emissões. A ferramenta calcula a energia gerada a partir desse consumo conforme parâmetros de poder calorífico e em linha com as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). Não consumimos combustíveis de origem renovável em nossas operações.

3. Adquirimos apenas eletricidade fornecida por terceiros para nossas atividades. Não se aplica a compra de outros tipos de energia, como aquecimento, resfriamento e vapor, tampouco a venda de energia a terceiros. Dessa forma, nosso consumo de energia equivale à soma do total autogerado a partir de combustíveis não renováveis com o total de eletricidade adquirida.

GRI 302-2 | Consumo de energia fora da organização

O consumo de energia fora da Companhia está relacionado principalmente às embarcações de apoio dos campos *offshore*. Em 2025, a energia consumida nas atividades fora do controle operacional da Brava foi de 1,1 milhão de GJ. O Campo de Atlanta, que representou 57% do total no último ano, foi o principal responsável pela redução de 21,9% em relação ao ano anterior. Em 2024, esse ativo havia implementado o Sistema Definitivo paralelamente à operação do Sistema de Produção Antecipada, elevando significativamente o consumo de energia nas operações nas embarcações de apoio naquele período.

Consumo de energia fora da Companhia (GJ)¹

	2025	2024
Combustíveis não renováveis	1.061.082,1	1.358.365,5
Resíduos sólidos	0,2	0,1
Total	1.061.082,3	1.358.365,7

1. O consumo de combustíveis é monitorado gerencialmente em volume e registrado no sistema Ecosystem, especializado para a gestão de dados de energia e emissões. A ferramenta calcula a energia gerada a partir desse consumo conforme parâmetros de poder calorífico e em linha com as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de consumo de energia é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 302-3 | Intensidade energética

Indicadores de intensidade energética (GJ/boe)¹

	2025	2024
Peroá	0,04	nd
Papa-Terra	0,30	nd
Atlanta	0,33	nd
E&P Offshore	0,31	0,27
Complexo Potiguar	0,57	nd
Complexo Recôncavo	0,24	nd
E&P Onshore	0,48	0,46
Mid&Downstream	0,15	0,15

1. A intensidade energética é medida pelo volume de energia consumida dentro da Companhia (escopo do conteúdo GRI GRI 302-1, incluindo o consumo de combustíveis e a aquisição de eletricidade) dividido pela produção de barris de óleo equivalentes (nos segmentos de exploração & produção) e pela carga processada (no segmento Mid&Downstream). A unidade de Ubarana não está coberta, pois não há produção nesse ativo e, portanto, é inviável o cálculo da intensidade energética por produção. A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de consumo de energia é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório e devido à adequação de unidade de medida para o segmento Mid&Downstream. **GRI 2-4**

GRI 305-1 | Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)

Em 2025, nossas emissões brutas de escopo 1 somaram 806,9 mil tCO₂e, um aumento de 14,5% em relação ao período anterior. Esse desempenho reflete principalmente a elevação do nível de atividade operacional, com destaque para o aumento da produção de óleo e gás, principalmente no segmento *offshore*, que demandou maior consumo de combustíveis para geração de energia e resultou em maior volume de gás destinado ao processo de *flaring*, impactando diretamente o perfil de emissões no período.

Emissões de GEE de escopo 1 por tipo (tCO₂e)¹

	2025	2024
Emissões brutas	806.931,6	704.496,3
Emissões biogênicas	5.052,1	10.028,0
Remoções biogênicas	1,5	0,1

1. O inventário da Brava Energia é realizado anualmente conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) na abordagem de consolidação de controle operacional. Em 12/02/2026, foi emitido o certificado de verificação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano base 2025. O documento atesta nível de confiança razoável, conforme as diretrizes do PBGHGP e a norma ABNT NBR ISO 14064-3. A unidade de Aratum não está coberta porque encontra-se em processo de descomissionamento. O monitoramento de dados ocorre por meio do sistema Ecosystem, especializado para a gestão de indicadores de energia e emissões. O inventário abrange os gases CO₂, CH₄, N₂O e HFCs, considerando fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global definidos no âmbito do PBGHGP e cujos cálculos são automatizados pelo sistema Ecosystem. O ano-base para comparação de evoluções do inventário de GEE é o de 2024, por ter sido o primeiro ano de atuação da Brava Energia. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

Emissões de GEE de escopo 1 em 2025 por unidade (tCO₂e)¹

	Ubarana	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Emissões brutas	1.681,2	1.931,4	118.604,8	230.506,9	274.876,5	88.071,3	90.510,0	749,5	806.931,6
Emissões biogênicas	255,1	19,0	4.120,4	0,0	233,6	228,9	3,5	191,6	5.052,1
Remoções biogênicas	na	na	na	na	1,0	0,5	na	na	1,5

1. O inventário da Brava Energia é realizado anualmente conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) na abordagem de consolidação de controle operacional. Em 12/02/2026, foi emitido o certificado de verificação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano base 2025. O documento atesta nível de confiança razoável, conforme as diretrizes do PBGHGP e a norma ABNT NBR ISO 14064-3. A unidade de Aratum não está coberta porque encontra-se em processo de descomissionamento. O monitoramento de dados ocorre por meio do sistema Ecosystem, especializado para a gestão de indicadores de energia e emissões. O inventário abrange os gases CO₂, CH₄, N₂O e HFCs, considerando fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global definidos no âmbito do PBGHGP e cujos cálculos são automatizados pelo sistema Ecosystem. O ano-base para comparação de evoluções do inventário de GEE é o de 2024, por ter sido o primeiro ano de atuação da Brava Energia. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 305-2 | Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia

Em 2025, nossas emissões de escopo 2 somaram 30,0 mil tCO₂e, uma redução de 7,8% em relação ao período anterior. Esse desempenho foi alcançado pela redução do fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) no último período, mesmo com o aumento de 5,1% do consumo de eletricidade nas nossas operações.

Emissões de GEE de escopo 2 (tCO₂e)¹

	2025	2024
Ubarana	na	na
Peroá	na	na
Papa-Terra	na	na
Atlanta	na	na
Complexo Potiguar	19.086,2	20.981,6
Complexo Recôncavo	5.045,0	5.112,9
ATI	5.815,6	6.383,4
Escritório Rio de Janeiro	17,5	18,0
Consolidado Brava Energia	29.964,2	32.495,9

1. O inventário da Brava Energia é realizado anualmente conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) na abordagem de consolidação de controle operacional. Para o escopo 2, contabilizamos as emissões de GEE na abordagem de localização, e não há mensuração na abordagem por escolha de compra. Em 12/02/2026, foi emitido o certificado de verificação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano base 2025. O documento atesta nível de confiança razoável, conforme as diretrizes do PBGHGP e a norma ABNT NBR ISO 14064-3. A unidade de Aratum não está coberta porque encontra-se em processo de descomissionamento. O monitoramento de dados ocorre por meio do sistema Ecosystem, especializado para a gestão de indicadores de energia e emissões. O inventário abrange os gases CO₂, CH₄, N₂O e HFCs, considerando fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global definidos no âmbito do PBGHGP e cujos cálculos são automatizados pelo sistema Ecosystem. O ano-base para comparação de evoluções do inventário de GEE é o de 2024, por ter sido o primeiro ano de atuação da Brava Energia. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 305-3 | Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)

Em 2025, nossas emissões brutas de escopo 3 somaram 85,3 mil tCO₂e, uma redução de 15,7% em relação ao período anterior. O resultado foi impulsionado principalmente por Atlanta, que apresentou queda de 25,0% após a estabilização do perfil operacional

e menor demanda logística *offshore* em comparação com 2024. Assim, a redução do escopo 3 está diretamente associada à normalização das operações e à diminuição das emissões vinculadas ao transporte e ao apoio marítimo.

Emissões de GEE por categoria de escopo 3 (tCO₂e)¹

	2025			2024		
	Emissões brutas	Emissões biogênicas	Remoções biogênicas	Emissões brutas	Emissões biogênicas	Remoções biogênicas
1. Bens e serviços adquiridos	2.038,5	2,8	0,0	14.642,8	6,9	0,0
4. Transporte e distribuição <i>upstream</i>	76.215,9	617,9	0,0	35.698,6	4.409,9	0,0
5. Resíduos gerados nas operações	5.143,9	73,0	0,0	2.056,6	64,8	0,0
6. Viagens de negócios	422,3	4,9	0,0	877,9	6,8	0,0
8. Ativos arrendados <i>upstream</i>	1.486,4	nd	0,0	47.784,2	0,0	0,0
Total	85.307,0	698,7	0,0	101.060,0	4.488,5	0,0

1. O inventário da Brava Energia é realizado anualmente conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) na abordagem de consolidação de controle operacional. As categorias de escopo 3 omitidas nesta tabela não fizeram parte do escopo do inventário. Em 12/02/2026, foi emitido o certificado de verificação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano base 2025. O documento atesta nível de confiança razoável, conforme as diretrizes do PBGHGP e a norma ABNT NBR ISO 14064-3. A unidade de Aratum não está coberta porque encontra-se em processo de descomissionamento. O monitoramento de dados ocorre por meio do sistema Ecosystem, especializado para a gestão de indicadores de energia e emissões. O inventário abrange os gases CO₂, CH₄, N₂O e HFCs, considerando fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global definidos no âmbito do PBGHGP e cujos cálculos são automatizados pelo sistema Ecosystem. O ano-base para comparação de evoluções do inventário de GEE é o de 2024, por ter sido o primeiro ano de atuação da Brava Energia. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 305-4 | Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Indicadores de emissões de GEE¹

	2025	2024
Peroá (kgCO ₂ e/boe)	2,20	nd
Papa-Terra (kgCO ₂ e/boe)	18,89	nd
Atlanta (kgCO ₂ e/boe)	19,75	nd
E&P Offshore (kgCO₂e/boe)	18,73	22,00
Complexo Potiguar (kgCO ₂ e/boe)	31,66	nd
Complexo Recôncavo (kgCO ₂ e/boe)	25,24	nd
E&P Onshore (kgCO₂e/boe)	29,82	35,21
Mid&Downstream (kgCO₂e/CWT)	33,53	39,04

1. A intensidade de emissões é medida pelo volume de emissões brutas de escopo 1 (escopo do conteúdo GRI 305-1) dividido pela produção de barris de óleo equivalentes (nos segmentos de exploração & produção) e pelo CWTc – Complex Weighted Tonne (no segmento Mid&Downstream). A unidade de Ubarana não está coberta, pois não há produção nesse ativo e, portanto, é inviável o cálculo da intensidade de emissões de GEE por produção. A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de consumo de energia é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 305-5 | Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Nossa prioridade na gestão de emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) no curto prazo é o amadurecimento das rotinas de mensuração e elaboração do inventário de GEE. Esse processo estruturante é fundamental para ampliarmos a robustez da governança e do monitoramento de indicadores nesse tema e tem como principais desafios o recente contexto de fusão da Companhia, a dispersão geográfica de nossas operações e a diversidade de perfis dos ativos em um modelo integrado de atuação. A partir da consolidação de processos e do avanço na rastreabilidade e confiabilidade

dos dados, há oportunidade para avaliarmos projetos de redução de emissões de GEE no futuro. Ao longo de 2025, conduzimos a verificação independente de nosso primeiro inventário de GEE enquanto Brava Energia, um processo que permitiu a implementação de planos de melhoria e consolidou nossa governança para a gestão do tema. Essa abordagem é fundamental para estarmos preparados para novas regulações, como a obrigatoriedade de reporte de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades climáticos (conforme Resolução

CVM nº 193) e o emergente Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (estabelecido pela Lei nº 15.042/2024). Para acompanhar e comparar o desempenho entre nossas unidades, que possuem perfis muito distintos entre si, adotamos indicadores de intensidade de emissões de GEE. As atividades de exploração e produção têm suas intensidades medidas por volume de produção (kgCO₂e/boe), e o indicador aplicado o Ativo Industrial de Guamaré (ATI) considera o volume de carga processada (kgCO₂e/CWT). Essas unidades de medidas são amplamente adotadas na indústria,

permitindo também a comparação com outras empresas. Esses indicadores são monitorados por ativo e consolidados na visão por segmento (E&P Offshore, E&P Onshore e Mid&Downstream) e corporativa. Em 2025, definimos patamares de referência para esses indicadores, estabelecendo limites de 34,2 kgCO₂e/boe (visão corporativa) e 47,03 kgCO₂e/CWT. O desempenho no período ficou dentro dos parâmetros definidos, com 18,73 kgCO₂e/boe para o segmento de exploração e produção *offshore*, 29,82 kgCO₂e/boe para a exploração e produção *onshore* e 33,5 kgCO₂e/CWT no ATI.

Ética e integridade

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Este tema possui materialidade para que os *stakeholders* possam compreender nossos processos para evitar e coibir práticas de corrupção e suborno a agentes públicos por parte de colaboradores e terceiros que representam a Brava Energia. Nesse escopo, está coberta a implementação de um programa de compliance, com políticas, procedimentos e supervisão das instâncias de governança, e o estabelecimento de canais para o recebimento e investigação de denúncias.

O tema também abrange o compromisso institucional com a transparência na prestação de contas e na relação com acionistas, reguladores, poder público e a sociedade civil como um todo e com a adoção de elevados padrões de conformidade legal. Dessa forma, também estão cobertos nesse tema os mecanismos para engajamento em políticas públicas, participação em leilões, gerenciamento de riscos e monitoramento do ambiente legal e regulatório.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

Nossa gestão desse tema é orientada, entre outros normativos, pelo Código de Ética e Conduta e pelo Manual de Ética e Conduta para Fornecedores, pela Política Anticorrupção, pela Política de Transações com Partes Relacionadas, pela Política de Negociação de Valores Mobiliários e pela Política de Gerenciamento de Riscos. Além disso, contamos com procedimentos que norteiam as atividades de prévia diligência de terceiros, concessão/recebimento de brindes, presentes e hospitalidades, relacionamento com agentes públicos e gestão de conflitos de interesses.

Nossa estrutura de gestão está em linha com as melhores práticas de mercado, incluindo a manutenção de um canal de denúncias para o recebimento de relatos de potenciais casos de corrupção, fraude, assédios e outras situações que violem a legislação, os princípios éticos ou as políticas corporativas. A gestão desses canais é operacionalizada pela área de Compliance e conta com o auxílio da Comissão de Ética e Integridade, instituída e em funcionamento conforme regimento

interno próprio e que presta contas ao Comitê de Auditoria – órgão de assessoria do Conselho de Administração. No âmbito operacional, o Programa de Integridade abrange ações de comunicação, treinamento, fiscalização e monitoramento dos aspectos de ética e conformidade. O Programa de Integridade é reconhecido com o selo Empresa Pró-Ética e inclui o monitoramento de indicadores para a adequada capacitação de colaboradores, monitoramento de fornecedores e conscientização de todos os públicos com os quais nos relacionamos.

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política Anticorrupção

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nosso Código de Ética e Conduta

▶▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 28 e 29).

GRI 11.20.5 | Descreva a abordagem para transparência de contratos

Os contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como os modelos contratuais, editais e normativos regulatórios, são divulgados publicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador responsável pelos leilões e pela gestão das concessões. Esses documentos estão disponíveis pela plataforma de Consulta de Dados Públicos da ANP ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 11.20.6 | Liste os beneficiários efetivos da organização e explique como a organização identifica os beneficiários efetivos dos parceiros de negócios, inclusive joint ventures e fornecedores

Não possuímos beneficiários finais conforme estabelecido pela legislação brasileira (Instrução Normativa 2019/2022 da Receita Federal, Manual de Acesso da B3, Circular Bacen nº 3.978/20). Conduzimos processos de *due diligence* de integridade de nossos parceiros, que abrangem a consulta a bancos de dados públicos, a obrigatoriedade de adesão às regras de conduta da Brava e a aplicação do Questionário de Compliance. No entanto, essa análise não inclui a identificação dos beneficiários finais das empresas com as quais estabelecemos contratos.

GRI 205-2 | Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

No âmbito do nosso Programa de Integridade, elaboramos um plano anual de comunicação e treinamentos, que prioriza temas e define as ações de divulgação voltadas ao público interno, considerando os riscos mais relevantes aos quais os colaboradores estão expostos, e nos canais institucionais da Brava. Para os públicos externos, disponibilizamos links em nosso site institucional e de Relações com Investidores para a página do Canal de Denúncias ([clique aqui](#) e acesse), que permite o envio de denúncias e preocupações. Além disso, o Código de Conduta Ética, a Política Anticorrupção e outros normativos corporativos estão publicamente disponíveis no site de Relações com Investidores ([clique aqui](#) e acesse). As divulgações internas incluem uma página dedicada ao Programa de Integridade na intranet e comunicados sobre temas específicos, como novos normativos do Programa, prevenção a fraudes e tratamento de brindes e presentes. Especificamente para os nossos fornecedores, disponibilizamos

o Manual de Ética e Conduta de Fornecedores e exigimos o aceite formal para atuação em conformidade com essas diretrizes. Em 2025, os 535 novos fornecedores homologados concluíram esse procedimento. Os colaboradores precisam acessar nosso ambiente digital interno do Programa de Integridade, o Portal de Compliance, para formalizar seu conhecimento e aceite do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, preencher declarações relacionadas a conflito de interesses e

integridade empresarial. Dessa forma, 100% de nossos colaboradores e parceiros de negócios são comunicados em relação às nossas políticas e práticas nesse tema e garantimos a ampla divulgação de nossas premissas de conduta para todos os nossos públicos. Em 2025, lançamos o Projeto de Treinamentos do Programa de Ética, Integridade e Governança, com três blocos temáticos: anticorrupção, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e conduta íntegra. Até o fim do período,

955 colaboradores (85,2% do quadro funcional no encerramento do ano) haviam concluído o curso. Os membros do Conselho de Administração supervisionam todo o Programa de Integridade, com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário. Dessa forma, todos os sete membros do órgão são devidamente comunicados sobre nossas políticas e práticas anticorrupção, ainda que não haja treinamento formal desses membros da nossa governança.

Colaboradores treinados nas políticas e práticas anticorrupção

	2025		2024	
	Número de pessoas treinadas	Percentual do quadro funcional ¹	Número de pessoas treinadas	Percentual do quadro funcional ¹
Por região				
Nordeste	587	87,6%	528	79,6%
Sudeste	368	81,6%	275	59,4%
Por nível funcional				
Diretoria	0	0,0%	1	20,0%
Liderança	233	81,2%	204	65,4%
Especialistas	269	87,1%	219	70,6%
Administrativo	170	82,9%	139	73,5%
Operacional	219	88,3%	196	77,2%
Suporte administrativo e operacional	64	94,1%	44	78,6%
Total	955	85,2%	803	71,3%

1. Calculado como o número de pessoas em cada categoria treinadas ao longo do ano dividido pelo headcount de cada categoria no encerramento do período.

GRI 205-1 | Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

A avaliação de riscos relacionados à corrupção é feita de maneira integrada ao processo de gerenciamento de riscos corporativos da Brava. Orientada pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, nossa metodologia de gestão de riscos tem como referência os mais reconhecidos padrões nacionais e internacionais – principalmente a ISO 31000 e o *framework* COSO ERM 2017. O processo abrange 100% das nossas operações, incluindo os 12 ativos produtores *onshore* e *offshore* e o escritório corporativo no Rio de Janeiro. Nenhum risco significativo relacionado ao tema de corrupção foi identificado.

GRI 205-3 | Casos confirmados de corrupção e ações tomadas

Em 2025, nenhum caso classificado como corrupção de agentes públicos foi recebido pelo Canal de Denúncias, e a Brava não é parte de nenhum processo ou investigação com este escopo. As manifestações recebidas possibilitaram, após investigação da área de Compliance, a confirmação de dois casos de fraudes internas, um relacionado a favorecimento de fornecedor em processo de contratação e outra envolvendo situação de conflito de interesses. Em ambos os casos, os colaboradores envolvidos foram demitidos por justa causa.

GRI 206-1 | Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio

Assim como no ano anterior, não houve nenhuma ação judicial relacionada a práticas de concorrência desleal envolvendo a Brava Energia.

GRI 415-1 | Contribuições políticas

A legislação vigente no Brasil (Lei nº 9.504/1997 e Lei nº 13.165/2015) e o nosso Código de Ética e Conduta proíbem doações políticas e eleitorais da Companhia. Adicionalmente, o Código veta a participação institucional em atividades político-partidárias.

Água e efluentes

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema abrange os impactos dos sistemas de produção sobre os recursos hídricos, que são particularmente significativos nos campos *onshore*. Nesses ativos, realizamos a captação de água para diferentes usos, como a produção de vapor, testes de sistemas e atividades de limpeza. Além disso, as operações geram volumes expressivos de água produzida e de efluentes. Por isso, o tema dedica-se aos processos para garantir a conformidade com as outorgas emitidas pelos órgãos ambientais e com os requisitos para descarte dos efluentes após tratamento e para a materialização de investimentos para a redução da demanda por água nos processos produtivos. O modelo de gestão também abrange as operações em campos *offshore*, com enfoque prioritário no controle de descargas de efluentes e de água produzida.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

A gestão dos recursos hídricos é liderada pelas diretorias e gerências operacionais no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI). A captação e o consumo de água utilizada nos processos de produção, o tratamento dos efluentes gerados e a reinjeção de água produzida em poços são processos gerenciados continuamente nos ativos *upstream onshore* e *offshore* e no Mid&Downstream, com o objetivo de garantir o atendimento a todos os padrões e requisitos regulatórios. O alto índice de água produzida após o tratamento de emulsão oleosa no Ativo Industrial de Guamaré (ATI) é considerado um ponto crítico no modelo de negócio, em função do elevado nível de efluentes tratados e descartados. De forma proativa, buscamos desenvolver soluções inovadoras para a reutilização dessa água – como o projeto experimental realizado em parceria com a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) para reutilização em sistemas de irrigação. O desenvolvimento dessas iniciativas visando à melhoria de performance hídrica está alinhado aos princípios da nossa Política de Sustentabilidade.

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política do Sistema de Gestão Integrado

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade

▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 48 e 49).

GRI 303-1 | Interações com a água como um recurso compartilhado

Identificamos e avaliamos nossos impactos hídricos a partir do mapeamento das fontes de captação e do monitoramento mensal de indicadores como quantidade total de água consumida e consumo relativo por produção. Norteado por procedimento específico do Sistema de Gestão Integrado (SGI), esse gerenciamento permite identificar tendências de consumo e oportunidades de melhoria de gestão para o uso racional e eficiente dos recursos hídricos. Também analisamos a qualidade da água no entorno das unidades por meio de análises físico-químicas, assegurando o enquadramento em requisitos legais relacionados à qualidade da água. Nas operações de exploração & produção (E&P) *onshore* e Mid&Downstream, a captação ocorre principalmente em poços

e rios e por meio do fornecimento de terceiros (caminhões-pipa, galões e redes locais de abastecimento de água). Entre outros usos, a água é consumida em atividades de limpeza, testes dos sistemas operacionais, geração de vapor e suporte às campanhas de perfuração. Os efluentes sanitários são armazenados temporariamente e destinados para tratamento e descarte por terceiros. Durante o processo de produção, os campos geram água produzida, que pode ser reinjetada (100% no Complexo Recôncavo). No Complexo Potiguar, parte da água produzida é direcionada ao Ativo Industrial de Guamaré (ATI), onde passa por processos de separação de hidrocarbonetos e tratamento antes de seguir para descarte controlado por emissário submarino. A outra parcela é tratada localmente nas unidades operacionais e reinjetada no próprio reservatório. Sistemas de reúso de água na refinaria otimizam o consumo, minimizando a necessidade de captação. Também promovemos iniciativas que contribuem para o acesso das populações do entorno à água limpa e de qualidade. Entre elas, destacam-se a disponibilização de poços previamente destinados às operações para uso das comunidades locais e campanhas de fornecimento de água por caminhões-pipa às comunidades sem infraestrutura adequada de abastecimento de água. As operações de E&P *offshore* são abastecidas por meio de embarcações de apoio, que transportam a água das bases

operacionais para as plataformas. Nos Campos Papa-Terra e Atlanta, contamos ainda com dessalinizadores a bordo, que permitem a captação direta de água do mar para tratamento e posterior direcionamento para consumo nas operações.

GRI 303-2 | Gestão de impactos relacionados ao descarte de água

Nossas operações geram três principais tipos de efluentes: água produzida (que pode ser reinjetada nos reservatórios ou direcionada para tratamento), efluente industrial e efluente sanitário. Nas atividades *onshore*, a água produzida e o efluente industrial são tratados pela Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Ativo Industrial de Guamaré (ATI) e posteriormente descartados no mar via emissário submarino. Já os efluentes sanitários são direcionados a empresas especializadas para tratamento. As unidades *offshore* contam com ETES próprias. Os controles de qualidade e gerenciamento de efluentes estão em conformidade com as legislações aplicáveis, como as Resoluções Conama nº 430/2011 e nº 393/2007 e a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2011 para descarte *offshore*. Em último caso, se os parâmetros não forem atendidos, os efluentes são transportados para tratamento e destinação em terra. Em todos os segmentos de atuação, monitoramos a qualidade dos efluentes conforme os requisitos legais aplicáveis por meio das condicionantes de licenciamento ambiental, não havendo parâmetros internos complementares.

GRI 303-3 | Captação de água

Em 2025, nossas operações demandaram a captação de 36,0 milhões de metros cúbicos de água (13,6% menor do que no ano anterior) e geraram 59,3 milhões de metros cúbicos de água produzida (2,3% maior na mesma base de comparação. A variação no volume captado ocorreu principalmente pela estabilização do Campo Papa-Terra, responsável por 71,5% do total captado em 2025 e 76,8% em 2024. Em relação à água produzida, os campos *onshore* foram responsáveis por 98,1% e 99,2%, respectivamente, nos anos de 2025 e 2024.

Captação de água consolidada da Companhia (mil m³)

	2025			2024		
	Água doce¹	Outra água²	Total	Água doce¹	Outra água²	Total
Total						
Superficial	1.904,7	0,0	1.904,7	1.574,6	0,0	1.574,6
Subterrânea	859,6	0,0	859,6	1.192,7	0,0	1.192,7
Captada do mar	0,0	33.041,0	33.041,0	0,0	38.705,3	38.705,3
Água produzida	0,0	59.255,6	59.255,6	0,0	57.901,6	57.901,6
Fornecida por terceiros	102,4	88,7	191,1	106,0	61,6	167,6
Captação total	2.866,7	92.385,3	95.252,0	2.873,3	96.668,5	99.541,8
Em áreas com estresse hídrico³						
Superficial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subterrânea	859,6	0,0	859,6	1.192,7	0,0	1.192,7
Captada do mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Água produzida	0,0	31.999,3	31.999,3	0,0	33.027,8	33.027,8
Fornecida por terceiros	40,0	88,7	128,7	72,5	61,6	134,1
Captação em áreas com estresse hídrico	899,6	32.088,1	32.987,7	1.265,2	33.089,5	34.354,6

1. Água com concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor que 1 grama por litro.
2. Água com concentração de STD maior que 1 grama por litro.
3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

GRI 303-3 | Captação de água (continuação)

Captação de água doce em 2025 por unidade (mil m³)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Total									
Superficial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.904,7	0,0	0,0	1.904,7
Subterrânea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	748,9	110,7	0,0	859,6
Fornecida por terceiros	1,5	1,0	0,9	27,6	10,4	11,6	26,1	23,4	102,4
Captação total	1,5	1,0	0,9	27,6	10,4	2.665,2	137,0	23,4	2.866,7
Em áreas com estresse hídrico ³									
Superficial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subterrânea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	748,9	110,7	0,0	859,6
Fornecida por terceiros	1,5	1,0	0,0	0,0	0,0	11,4	26,1	0,0	40,0
Captação em áreas com estresse hídrico	1,5	1,0	0,0	0,0	0,0	760,3	137,0	0,0	899,6

1. Água com concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor que 1 grama por litro. Não se aplicam as fontes de água captada do mar e água produzida.
2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos.
3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

Captação de outra água em 2025 por unidade (mil m³)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Total									
Captada do mar	0,0	0,0	0,0	25.705,2	7.335,8	0,0	0,0	0,0	33.041,0
Água produzida	0,0	0,0	0,0	962,5	422,4	53.508,1	4.362,6	0,0	59.255,6
Fornecida por terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	88,7
Captação total	0,0	0,0	0,0	26.667,7	7.758,2	53.508,1	4.451,4	0,0	92.385,3
Em áreas com estresse hídrico ³									
Captada do mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Água produzida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27.636,7	4.362,6	0,0	31.999,3
Fornecida por terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	88,7
Captação em áreas com estresse hídrico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27.636,7	4.451,4	0,0	32.088,1

1. Água com concentração de STD maior que 1 grama por litro. Não se aplicam as fontes de água superficial e subterrânea.
2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos.
3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

GRI 303-3 | Captação de água (continuação)

Captação de água doce em 2024 por unidade (mil m³)¹

	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Consolidado Brava Energia
Total						
Superficial	1.574,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1.574,6
Subterrânea	1.113,7	79,0	0,0	0,0	0,0	1.192,7
Fornecida por terceiros	16,8	55,8	0,8	23,8	8,8	106,0
Captação total	2.705,1	134,8	0,8	23,8	8,8	2.873,3
Em áreas com estresse hídrico ³						
Superficial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subterrânea	1.113,7	79,0	0,0	0,0	0,0	1.192,7
Fornecida por terceiros	16,6	55,8	0,0	0,0	0,0	72,5
Captação em áreas com estresse hídrico	1.130,3	134,8	0,0	0,0	0,0	1.265,2

1. Água com concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor que 1 grama por litro. Não se aplicam as fontes de água captada do mar e água produzida.
2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos. Em 2024, as unidades Aratum e Ubarana foram contabilizadas neste agrupamento, pela proximidade geográfica com o Complexo Potiguar.
3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

Captação de outra água em 2024 por unidade (mil m³)¹

	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Consolidado Brava Energia
Total						
Captada do mar	0,0	0,0	0,0	31.954,5	6.750,8	38.705,3
Água produzida	53.056,7	4.391,6	0,0	156,0	297,3	57.901,6
Fornecida por terceiros	0,0	61,6	0,0	0,0	0,0	61,6
Captação total	53.056,7	4.453,2	0,0	32.110,4	7.048,1	96.668,5
Em áreas com estresse hídrico ³						
Captada do mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Água produzida	28.636,2	4.391,6	0,0	0,0	0,0	33.027,8
Fornecida por terceiros	0,0	61,6	0,0	0,0	0,0	61,6
Captação em áreas com estresse hídrico	28.636,2	4.453,2	0,0	0,0	0,0	33.089,5

1. Água com concentração de STD maior que 1 grama por litro. Não se aplicam as fontes de água superficial e subterrânea.
2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos. Em 2024, as unidades Aratum e Ubarana foram contabilizadas neste agrupamento, pela proximidade geográfica com o Complexo Potiguar.
3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

GRI 303-4 | Descarte de água

Em 2025, nossas operações geraram 58,5 milhões de metros cúbicos de efluentes, sendo 99,8% desse total relacionado ao descarte de água produzida após o tratamento adequado. O Ativo Industrial Guamaré (ATI) foi responsável pelo tratamento e descarte via emissários submarinos de 52,5 milhões de metros cúbicos de água produzida no período. As demais unidades geraram volumes significativamente menores de efluentes sanitários a água oleosa, direcionados a terceiros para destinação e tratamento.

Descarte de efluentes consolidado da Companhia (mil m³)¹

	2025	2024
Total		
Descartada no mar	124,2	122,9
Água produzida	58.345,3	37.857,6
Descartada por terceiros	9,6	10,2
Descarte total	58.479,1	37.990,7
Em áreas com estresse hídrico ²		
Descartada no mar	0,0	0,0
Água produzida	55.923,6	37.283,0
Descartada por terceiros	8,7	8,8
Descarte em áreas com estresse hídrico	55.932,3	37.291,9

1. Todo o efluente descartado possui concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) maior que 1 grama por litro. Não se aplicam as fontes de água superficial e subterrânea.
2. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

Descarte de efluentes por tipo e unidade (mil m³)

	2025				2024			
	Água oleosa	Efluentes sanitários	Água produzida	Total	Água oleosa	Efluentes sanitários	Água produzida	Total
Ubarana	0,0	6,3	0,0	6,3	na	na	na	na
Aratum	0,0	0,0	0,0	0,0	na	na	na	na
Peroá	0,0	0,4	0,0	0,5	0,0	0,4	0,0	0,4
Papa-Terra	22,2	17,0	940,0	979,3	28,9	35,4	306,5	370,8
Atlanta	57,3	20,9	491,3	569,5	22,0	29,9	268,0	319,9
Complexo Potiguar + ATI ¹	0,8	6,5	52.462,6	52.470,0	2,1	11,8	37.283,0	37.296,9
Complexo Recôncavo	0,2	2,1	4.451,3	4.453,6	0,3	2,5	0,0	2,7
Escritório Rio de Janeiro ²	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Consolidado Brava	80,6	46,9	58.345,2	58.479,1	53,2	79,9	37.857,6	37.990,7

1. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos. Em 2024, as unidades Aratum e Ubarana foram contabilizadas neste agrupamento, pela proximidade geográfica com o Complexo Potiguar.
2. No escritório corporativo, não é possível medir o descarte em razão do fornecimento exclusivo da concessionária de saneamento local. Vamos avaliar alternativas para o cálculo dessa informação a partir de parâmetros de mercado e esperamos apresentar os dados em até três anos (ano-base 2028).

GRI 303-4 | Descarte de água (continuação)

Descarte de efluentes em 2025 por unidade (mil m³)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Escritório Rio de Janeiro ³	Consolidado Brava Energia
Total									
Descartada no mar	6,3	0,0	0,5	39,3	78,2	0,0	0,0	nd	124,2
Água produzida	0,0	0,0	0,0	940,0	491,3	52.462,6	4.451,3	nd	58.345,2
Descartada por terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3	2,3	nd	9,6
Descarte total	6,3	0,0	0,5	979,3	569,5	52.469,9	4.453,6	nd	58.479,1
Em áreas com estresse hídrico ⁴									
Descartada no mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	nd	0,0
Água produzida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.472,2	4.451,3	nd	55.923,5
Descartada por terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4	2,3	nd	8,7
Descarte em áreas com estresse hídrico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.478,6	4.453,6	nd	55.932,3

1. Todo o efluente descartado possui concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) maior que 1 grama por litro. Não se aplica as fontes de água superficial e subterrânea.

2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos.

3. No escritório corporativo, não é possível medir o descarte em razão do fornecimento exclusivo da concessionária de saneamento local. Vamos avaliar alternativas para o cálculo dessa informação a partir de parâmetros de mercado e esperamos apresentar os dados em até três anos (ano-base 2028).

4. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

Descarte de efluentes em 2024 por unidade (mil m³)¹

	Complexo Potiguar + ATI ²	Complexo Recôncavo	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Consolidado Brava Energia
Total						
Descartada no mar	6,4	0,0	0,4	64,2	51,9	122,9
Água produzida	37.283,0	0,0	0,0	306,5	268,0	37.857,6
Descartada por terceiros	7,5	2,7	0,0	0,0	0,0	10,2
Descarte total	37.296,9	2,7	0,4	370,8	319,9	37.990,7
Em áreas com estresse hídrico ³						
Descartada no mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Água produzida	37.283,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37.283,0
Descartada por terceiros	6,1	2,7	0,0	0,0	0,0	8,8
Descarte em áreas com estresse hídrico	37.289,1	2,7	0,0	0,0	0,0	37.291,9

1. Todo o efluente descartado possui concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) maior que 1 grama por litro. Não se aplica as fontes de água superficial e subterrânea.

2. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos. Em 2024, as unidades Aratum e Ubarana foram contabilizadas neste agrupamento, pela proximidade geográfica com o Complexo Potiguar.

3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

GRI 303-5 | Consumo de água

Consumo de água consolidado da Companhia (mil m³)

	2025	2024
Total		
Total de água captada	95.252,0	99.541,8
Total de água descartada	58.479,1	37.990,7
Total de água reinjetada¹	na	18.257,0
Consumo de água total	36.772,9	43.294,1
Em áreas com estresse hídrico²		
Total de água captada	32.987,7	34.354,6
Total de água descartada	55.932,3	37.291,9
Total de água reinjetada¹	na	17.121,4
Consumo de água em áreas com estresse hídrico³	-22.944,6	-20.058,6

1. Refere-se à reinjeção de água produzida nos campos de exploração & produção onshore. Em 2024, esse volume foi considerado como reutilização de água. Em 2025, passou a ser contabilizado como descarte em fonte subterrânea.
2. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.
3. O valor negativo do consumo de área com estresse hídrico é decorrente de diferentes locais de geração e descarte de água produzida. A água produzida gerada pelo Polo Alto do Rodrigues, localizado fora de estresse hídrico, é transferida e descartada pelo ATI, localizado em área com estresse hídrico.

Consumo de água em 2025 por unidade (mil m³)

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar + ATI¹	Complexo Recôncavo	Escritório do Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia
Total									
Total de água captada	1,5	1,0	0,9	26.695,3	7.768,5	56.173,2	4.588,2	23,4	95.252,0
Total de água descartada	6,3	0,0	0,4	979,3	569,5	52.470,0	4.453,6	nd	58.479,1
Consumo de água total	-4,8	1,0	0,9	25.716,0	7.199,0	3.703,2	134,6	23,4	36.772,9
Em áreas com estresse hídrico²									
Total de água captada	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	28.397,0	4.588,2	0,0	32.987,7
Total de água descartada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.478,7	4.453,6	0,0	55.932,3
Consumo de água em áreas com estresse hídrico³	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	-23.081,7	134,6	0,0	-22.944,6

1. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos.
2. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.
3. O valor negativo do consumo de área com estresse hídrico é decorrente de diferentes locais de geração e descarte de água produzida. A água produzida gerada pelo Polo Alto do Rodrigues, localizado fora de estresse hídrico, é transferida e descartada pelo ATI, localizado em área com estresse hídrico.

GRI 303-5 | Consumo de água (continuação)

Consumo de água em 2024 por unidade (mil m³)

	Complexo Potiguar + ATI ¹	Complexo Recôncavo	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Consolidado Brava Energia
Total						
Total de água captada	55.761,7	4.588,1	0,8	32.134,2	7.056,9	99.541,8
Total de água descartada	37.296,9	2,7	0,4	370,8	319,9	37.990,7
Total de água reinjetada ²	13.803,8	4.453,2	0,0	0,0	0,0	18.257,0
Consumo de água total	4.661,0	132,1	0,4	31.763,4	6.737,1	43.294,1
Em áreas com estresse hídrico ³						
Total de água captada	29.766,5	4.588,1	0,0	0,0	0,0	34.354,6
Total de água descartada	37.289,1	2,7	0,0	0,0	0,0	37.291,9
Total de água reinjetada ²	12.668,1	4.453,2	0,0	0,0	0,0	17.121,4
Consumo de água em áreas com estresse hídrico ⁴	-20.190,7	132,1	0,0	0,0	0,0	-20.058,6

1. Unidades consolidadas em razão do balanço hídrico. A água produzida nos polos é direcionada para tratamento no ATI e posterior descarte via emissários submarinos. Em 2024, as unidades Aratum e Ubarana foram contabilizadas neste agrupamento, pela proximidade geográfica com o Complexo Potiguar.

2. Refere-se à reinjeção de água produzida nos campos de exploração & produção onshore, classificada como reutilização de água.

3. Considera as unidades localizadas em áreas com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme Water Risk Atlas do World Resources Institute.

4. O valor negativo do consumo de área com estresse hídrico é decorrente de diferentes locais de geração e descarte de água produzida. A água produzida gerada pelo Polo Alto do Rodrigues, localizado fora de estresse hídrico, é transferida e descartada pelo ATI, localizado em área com estresse hídrico.

Gestão ambiental

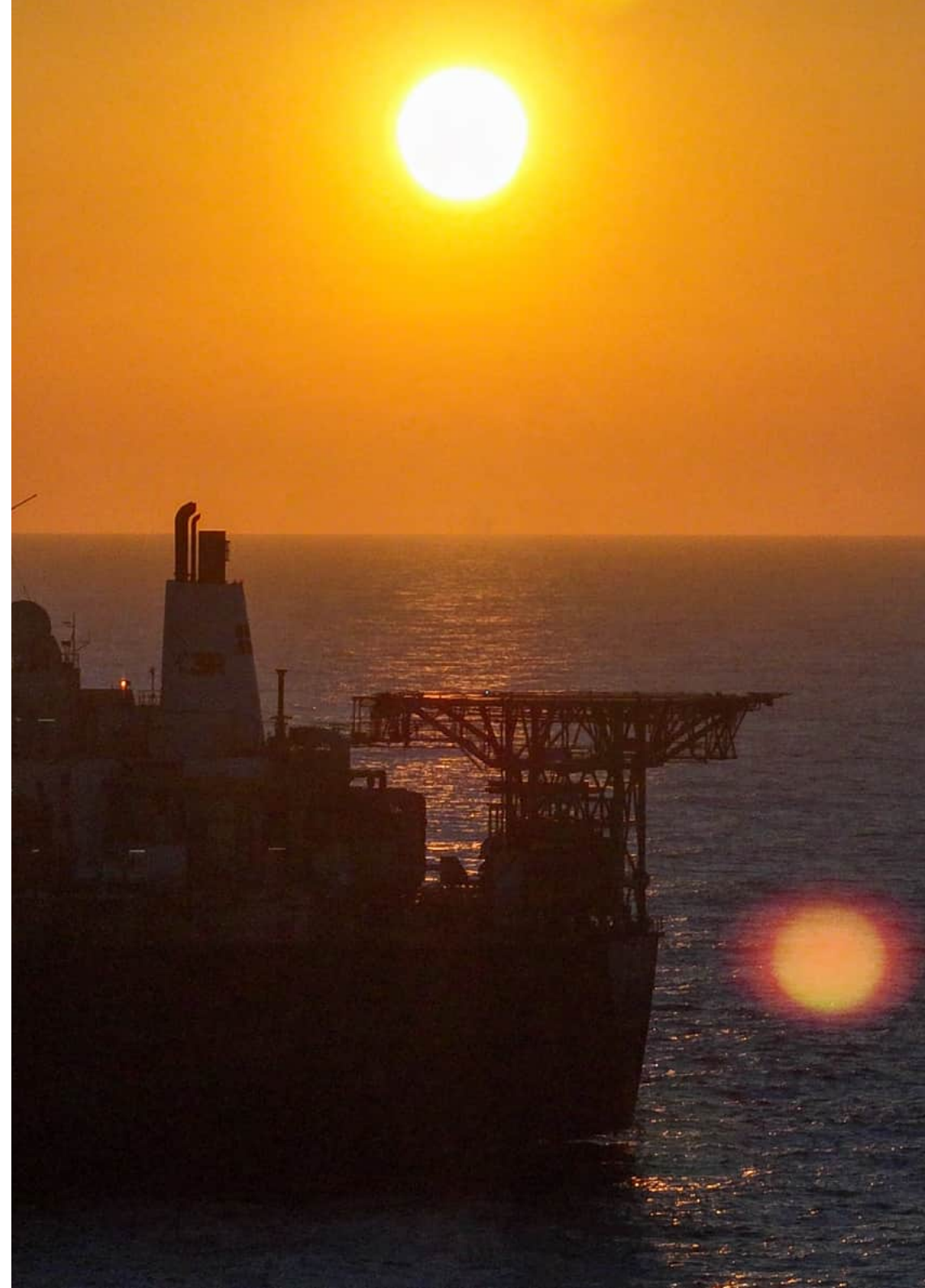
GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Em nosso modelo de negócio, é necessária a obtenção de licenças ambientais para a operação dos ativos *onshore*, *offshore* e Mid&Downstream. Tais licenças trazem em suas condicionantes medidas a serem adotadas para mitigação, e compensação dos impactos sobre o meio ambiente. O tema está relacionado aos mecanismos de governança e de gestão para atendimento às exigências dos órgãos ambientais nas diferentes esferas de autorização (federal, estadual e municipal). Isso inclui a adequada gestão para a conformidade com a legislação e as condicionantes relacionadas às suas

atividades, assim como eventuais sanções e penalizações advindas do descumprimento dessas obrigações. Um dos principais aspectos abrangidos pelo tema é a gestão de resíduos gerados nos processos produtivos, incluindo atividades relacionadas à classificação, separação e destinação conforme o grau de periculosidade, assim como programas para reutilização e reaproveitamento de materiais. O tema abrange, ainda, ações para a proteção e conservação da biodiversidade – um dos aspectos prioritários na agenda do desenvolvimento sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

A gestão dos impactos ambientais associados às nossas atividades nos segmentos *upstream*, *midstream* e *downstream* é realizada por meio das políticas, sistemas e ferramentas do Sistema de Gestão Integrado (SGI). O SGI foi elaborado com base na norma ISO 14001 e abrange o monitoramento de indicadores e sistemas de controle para prevenir impactos negativos sobre o meio ambiente e gerenciar projetos contínuos que atendem condicionantes estabelecidas pelos processos de licenciamento dos nossos ativos.

Nos ativos *onshore*, o licenciamento é de competência estadual, enquanto os ativos *offshore* têm seus processos de licenciamento conduzidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Conforme requisitos da legislação brasileira, o licenciamento ambiental contempla impactos ao longo de todo o ciclo de vida dos ativos, desde sua implantação (com as licenças prévia e de instalação) até a operação e descomissionamento (com a licença de operação).

Nas unidades, os programas realizados preveem medidas e controles para mitigar impactos ambientais negativos de cada ativo e são estabelecidos pelo órgão licenciador durante a obtenção das licenças ambientais. Os aspectos cobertos abrangem, de maneira geral, questões relacionadas à prevenção da poluição da água, do solo e do ar, ao monitoramento e à mitigação de impactos sobre a biodiversidade no entorno dos ativos e às ações de educação ambiental para trabalhadores e comunidades.

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política do Sistema de Gestão Integrado

▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade

▶▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 48 a 52).

GRI 101-1 | Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade

Nossos compromissos e políticas para o tema de biodiversidade estão amparados na conformidade com o licenciamento ambiental das unidades e na melhoria contínua de gestão em nossas operações a fim de mitigar impactos negativos ao meio ambiente. Nossa Política de Sustentabilidade e o Sistema de Gestão Integrado (SGI) direcionam nossa atuação de maneira alinhada a esses objetivos, abrangendo todas os nossos ativos e relações de negócios. Esses instrumentos estão alinhados ao Marco Global de Biodiversidade de Kumming-Montreal, em especial a meta 15 (que exige a avaliação e divulgação de riscos, dependências e impactos na biodiversidade por empresas de grande porte), mas não foram estruturados com base nesse acordo da Organização das Nações Unidas (ONU). Em que pese o nível de maturidade dessa gestão, ainda não dispomos de metas corporativas relacionadas ao tema, mas cada unidade define métricas e metas de acordo com os respectivos processos de licenciamento.

GRI 101-8 | Serviços ecossistêmicos

Nossos campos de exploração & produção *offshore* não geram impacto significativo sobre serviços ecossistêmicos. Nos ativos *onshore*, nossas atividades podem impactar serviços ecossistêmicos de forma direta e indireta, em razão da ocupação do solo e das operações. Os serviços de provisão podem ser afetados, por exemplo, pela redução da quantidade e piora da qualidade dos recursos naturais, com reflexos sobre atividades produtivas e uso do território. Os serviços culturais podem sofrer impactos em decorrência da alteração da paisagem e restrição de acesso a áreas de valor simbólico ou recreativo.

GRI 101-2 | Gestão de impactos na biodiversidade

Nossa hierarquia de controles para a gestão de impactos na biodiversidade está estruturada no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e orientada para o cumprimento das condicionantes de licenciamento ambiental definidas para cada unidade. Inicialmente, avaliamos os impactos socioambientais de cada empreendimento, identificando os potenciais impactos de cada operação. As medidas para evitar ou minimizar esses impactos são consolidadas nos programas ambientais do licenciamento. Algumas unidades ainda podem estar sujeitas ao cumprimento de ações de restauração dos ecossistemas diretamente afetados, por meio de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs), ou de compensação ambiental, com os Projetos de Reposição Florestal (PRFs). Todos os nossos ativos operacionais possuem impacto significativo sobre a biodiversidade e contam com planos estruturados para a gestão desses impactos no âmbito do licenciamento ambiental. Pela natureza de operação, os campos de exploração & produção

onshore possuem PRADs firmados com os respectivos órgãos reguladores. Em 2025, as áreas em restauração nesse escopo somavam 169,2 hectares, sendo 154,8 hectares no Complexo Potiguar e 14,4 hectares no Complexo Recôncavo. Essas duas unidades e o Ativo Industrial de Guamaré (ATI) também possuíam medidas de compensação ambiental vigentes ao longo do período. O Complexo Recôncavo realizou o plantio de mudas de Mata Atlântica em fazendas de propriedade da Brava na Bahia para compensar áreas perfuradas no Campo de Cexis. Já o Complexo Potiguar e o ATI restauraram área no município de Afonso Bezerra (RN) por meio do plantio e monitoramento ao longo de três anos de mudas nativas da Caatinga. Esses projetos são implementados de acordo com as melhores práticas internacionais no tema, buscando a promoção de valor compartilhado e a sinergia com outras temáticas de sustentabilidade. Além da utilização de plantas nativas dos respectivos biomas, os projetos incorporam, sempre que possível, critérios sociais como o envolvimento de membros das comunidades e a contratação de mão

de obra local para as atividades. A efetividade das medidas de compensação é verificada pelos respectivos órgãos licenciadores por meio da apresentação de relatórios e evidências.

Essa perspectiva de visão integrada também é incorporada pelo Programa Interagir, que abrange as ações do Programa de Comunicação Social (PCS) e do Programa de Educação Ambiental (PEA), ambos requisitos obrigatórios no âmbito do licenciamento ambiental das nossas atividades. Essa abordagem viabiliza uma atuação mais participativa e inclusiva, com o mapeamento de lideranças locais e o desenvolvimento de ações que respondem às demandas e percepções das comunidades.

GRI 102-4 | Identificação de impactos na biodiversidade

Identificamos e gerenciamos nossos impactos sobre a biodiversidade por meio do licenciamento ambiental de todos os ativos, conduzido conforme determinações dos órgãos ambientais. Esse processo abrange a avaliação prévia de impactos no planejamento

das atividades para a obtenção das licenças e autorizações aplicáveis, o cumprimento das condicionantes ambientais, a implantação de planos ambientais específicos e o monitoramento ambiental periódico das áreas impactadas. Os impactos negativos associados às operações incluem, principalmente, a supressão de vegetação nativa, a alteração temporária da cobertura vegetal, a compactação do solo, a fragmentação localizada de habitats e a alteração da paisagem, sendo parte desses impactos inerente às atividades. Em relação à nossa cadeia de fornecedores, os parceiros responsáveis pela disposição de resíduos são de particular relevância para o monitoramento no tema, diante do potencial de poluição associado a suas atividades. Essa gestão está consolidada em rotinas no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), envolvendo desde a seleção de empresas devidamente habilitadas para a atividade até o acompanhamento documental do transporte e da disposição dos resíduos (saiba mais na página 49).

GRI 101-5 | Locais com impactos na biodiversidade

Unidade ¹	Localização	Tamanho da unidade (hectares)	Áreas ecologicamente sensíveis impactadas diretamente ²	Áreas ecologicamente sensíveis impactadas indiretamente ³
Ubarana	Bacia Potiguar (RN)	Não se aplica	Não há	Não há
Aratum	Bacia Potiguar (RN)	Não se aplica	Não há	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (300 metros de distância)
Peroá	Bacia do Espírito Santo (ES)	Não se aplica	Não há	APA Costa das Algas (15 km de distância) e Reserva Biológica (Rebio) de Comboios (55 km)
Papa-Terra	Bacia de Campos (RJ)	Não se aplica	Não há	Não há
Atlanta	Bacia de Santos (RJ)	Não se aplica	Não há	Não há
Complexo Potiguar	Rio Grande do Norte e Ceará	165.169	Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Berçários da Vida Marinha, da Praia de Ponta Grossa, do Manguezal da Barra Grande e Dunas do Rosado; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão; e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Esperança e Fazenda Belém	Comunidade quilombola Córrego Ubaranas (3,8 km de distância) e Parque Nacional da Fuma Feia (6,8 km)
Complexo Recôncavo	Bahia	47.861	Comunidades quilombolas de Ilha de Maré e São Brás e APAs Baía de Todos os Santos e Joanes Ipitanga	APAs Bacia do Cobre/São Bartolomeu (3,6 km de distância) e Joanes Ipitanga (2,3 km); comunidades quilombolas Danda (3,8 km), Pitanga de Palmares (3,1 km) e Rio dos Macacos (1,2 km); e RPPNs Curió (6,8 km), Fazenda Panema (0,7 km), Mata do Guigo (5,1 km) e Olho-De-Fogo-Rendado (6,2 km)
ATI	Rio Grande do Norte	275	Não há	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (1,2 km de distância) e Bioma Zona da Costa Marítima (2,0 km)

1. As unidades atuam em exploração & produção de óleo e gás, exceto o ATI, cujas atividades estão relacionadas ao beneficiamento do óleo e gás na Refinaria Clara Camarão, ao escoamento pelo Terminal Aquaviário de Guamaré e à comercialização de produtos refinados. Os fornecedores com impacto significativo sobre a biodiversidade são aqueles responsáveis pela disposição de resíduos. Todos esses parceiros atuam apenas no Brasil.

2. Para os ativos offshore, as áreas diretamente impactadas são aquelas mapeadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) no momento do licenciamento. Para os ativos onshore, essas áreas são identificadas com base em sistema interno a partir de demandas dos órgãos licenciadores estaduais.

3. Para os ativos offshore, as áreas indiretamente impactadas referem-se à área de influência do ativo, cujo raio pode variar em razão da natureza de atividade e que é definida no processo de licenciamento com o Ibama. Para os ativos onshore, essas áreas abrangem unidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e comunidades quilombolas localizadas em um raio de até 10 km das operações.

GRI 101-6 | Fatores diretos de perda de biodiversidade

Fatores diretos de perda de biodiversidade por unidade ¹	Fatores considerados significativos				Indicadores de mensuração dos impactos nesses fatores
	Mudanças no uso da terra e do mar	Exploração de recursos naturais	Poluição	Espécies exóticas invasoras	
Ubarana	Sim	Sim	Sim	Não	Não dispomos de dados sobre as atividades de mudança no uso da terra e do mar. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI.
Aratum	Sim	Sim	Sim	Não	Não dispomos de dados sobre as atividades de mudança no uso da terra e do mar. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI.
Peroá	Sim	Sim	Sim	Sim	Não dispomos de dados sobre as atividades de mudança no uso da terra e do mar. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI. Em relação à introdução de espécies invasoras, o risco está associado à proliferação do coral-sol.
Papa-Terra	Sim	Sim	Sim	Sim	Não dispomos de dados sobre as atividades de mudança no uso da terra e do mar. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI. Em relação à introdução de espécies invasoras, o risco está associado à proliferação do coral-sol.
Atlanta	Sim	Sim	Sim	Sim	Não dispomos de dados sobre as atividades de mudança no uso da terra e do mar. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI. Em relação à introdução de espécies invasoras, o risco está associado à proliferação do coral-sol.
Complexo Potiguar	Sim	Sim	Sim	Não	Não realizamos conversões significativas de áreas naturais para outros usos desde que assumimos a gestão desse ativo, em 2023. A área do Complexo totaliza 165.069 hectares, dos quais 3.130 hectares são Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 27.853 hectares constituem-se como Reserva Legal. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI.
Complexo Recôncavo	Sim	Sim	Sim	Não	Não realizamos conversões significativas de áreas naturais para outros usos desde que assumimos a gestão desse ativo, em 2022. A área do Complexo totaliza 47.861 hectares, dos quais 778 hectares são Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 3.010 hectares constituem-se como Reserva Legal. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI.
ATI	Sim	Sim	Sim	Não	Não realizamos conversão de áreas naturais para outros usos desde que assumimos a gestão desse ativo, em 2023. A área do Complexo totaliza 275 hectares, dos quais 21 hectares são Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 53 hectares constituem-se como Reserva Legal. Para dados sobre os demais fatores significativos consulte os conteúdos GRI 303, 305 e 306 deste Caderno GRI.

1. Refere-se aos fatores diretos considerados significativos de acordo com as avaliações de impacto ambiental no escopo do licenciamento ambiental.

GRI 101-7 | Mudanças no estado da biodiversidade

Unidade operacional	Bioma	Data de referência¹	Condição do ecossistema²
Ubarana	Meio oceânico	2023	Não possuímos informações consolidadas para os ativos <i>offshore</i> . A avaliação da condição dos ecossistemas integra os respectivos estudos de avaliação de impacto ambiental de cada unidade e sua evolução é acompanhada pelos relatórios dos programas ambientais definidos no âmbito do licenciamento
Aratum	Meio oceânico/costeiro	2022	
Peroá	Meio oceânico	2022	
Papa-Terra	Meio oceânico	2022	
Atlanta	Meio oceânico	2024	
Complexo Potiguar	Caatinga	2023	Área antropizada com manchas de Caatinga, sem alteração significativa desde a data de referência
Complexo Recôncavo	Mata Atlântica	2022	Área antropizada com manchas de Mata Atlântica, sem alteração significativa desde a data de referência
ATI	Caatinga	2023	Área antropizada, sem alteração significativa desde a data de referência

1. Considera o ano em que assumimos a gestão do ativo, exceto para o Campo de Atlanta, cuja data de referência está atrelada ao início de operação do Sistema Definitivo.
2. Não dispomos de informações sobre o tamanho do ecossistema em que as unidades estão localizadas.

GRI 305-7 | Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas

Em 2025, registramos um aumento de 32,9% nas emissões de NOx em nossas operações em relação ao período anterior, principalmente em decorrência do maior consumo de diesel no FPSO Atlanta, ativo que representa aproximadamente 57% do total de NOx emitido pela Companhia. O volume de diesel consumido em Atlanta aumentou de 5,4 mil m³ em 2024 para 24,0 mil m³ em 2025, refletindo a intensificação

do regime operacional e a maior demanda por geração de energia a bordo. Por outro lado, os demais poluentes atmosféricos que não constituem gases de efeito estufa (GEE) apresentaram reduções entre 4% e 6% na mesma base de comparação, resultado associado à estabilização operacional em outros ativos, ao controle do consumo de combustíveis e ao acompanhamento sistemático das emissões atmosféricas nas operações.

Emissões atmosféricas não GEE (toneladas)¹

	2025									2024
	Ubarana	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Escritório Rio de Janeiro	Consolidado Brava Energia	Consolidado Brava Energia
CO	0,0	2,3	248,3	53,0	132,6	35,9	84,3	na	556,4	590,2
NOx	0,0	3,7	793,5	1.154,8	45,2	43,6	0,1	na	2.041,0	1.535,7
SOx	0,0	0,3	52,6	27,9	3,8	3,0	0,4	na	87,9	91,8
Compostos orgânicos voláteis (VOCs)	0,0	1,2	130,5	49,4	33,5	36,5	105,0	na	356,2	378,8
Material particulado (PM10)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	na	0,0	0,0

1. A unidade de Aratum não está coberta, pois o sistema para monitoramento de gases não GEE é o mesmo adotado para o inventário de gases de efeito estufa, que não inclui essa operação. Não há dados disponíveis sobre poluentes atmosféricos perigosos (HAP, na sigla em inglês) e sulfeto de hidrogênio (H2S).
2. Dados de 2024 reapresentados, pois a verificação independente do inventário de gases de efeito estufa foi finalizada após a publicação do relatório. **GRI 2-4**

GRI 306-1 | Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

As atividades de exploração e produção (E&P) *onshore* são a fontes mais representativa para a geração de resíduos em nosso negócio, associados principalmente às sobras de perfuração e às rotinas de manutenção dos equipamentos. Em 2025, o segmento de E&P Onshore foi responsável por 79% das 35 mil toneladas de resíduos geradas pela Brava Energia. Outra fonte relevante é o descomissionamento de unidades, que leva a um volume significativo de sucata após a desmobilização dos equipamentos. No último ano, a geração de resíduos do segmento de E&P Offshore foi impactada pelas atividades de descomissionamento do Campo de Aratum e do Sistema de Produção Antecipado (SPA) em Atlanta, totalizando 6 mil toneladas de resíduos gerados. O segmento Mid&Downstream, com menor representatividade sobre o total da Companhia (4% em 2025), tem entre as principais atividades geradoras de resíduos a manutenção de equipamentos de armazenamento e a carga e descarga de produtos. Considerando nossa cadeia de valor, entendemos que os fornecedores com prestação de serviços, como empresas de perfuração, possuem

impacto significativo no tema, que é gerenciado conforme as rotinas da Brava para gestão de resíduos. Não foram identificados impactos significativos relacionados a resíduos gerados em outros fornecedores ou nas etapas *downstream* da cadeia de valor, como transporte ou uso dos produtos pelos clientes. A distribuição de nossos produtos ocorre por meio de dutos e caminhões-tanque, condição que minimiza a geração de resíduos nessa etapa da cadeia de valor.

GRI 306-2 | Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos

Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) das unidades e nossos procedimentos internos

definem as diretrizes e as rotinas de gerenciamento de resíduos, em estrita conformidade com a legislação ambiental e as condicionantes de licenciamento aplicáveis em cada ativo. Equipes locais são responsáveis por separar e armazenar os resíduos gerados de forma adequada para posterior destinação por parceiros especializados e devidamente homologados. Os métodos de destinação são definidos em contrato com esses fornecedores, e o controle das atividades de transporte e disposição ocorre de maneira documental, por meio de Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs) e Certificados de Destinação Final (CDF) apresentados por esses fornecedores.

Diariamente, nossas equipes desenvolvem iniciativas com os objetivos de minimizar a geração de resíduos nas operações e de priorizar métodos de destinação nobres, que permitam a reciclagem ou o reaproveitamento desses materiais. Internamente, o Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores (PEAT) e campanhas para evitar o desperdício e estimular a coleta seletiva contribuem para o engajamento de colaboradores e terceiros nesse esforço. Essa abordagem de gestão contempla os fornecedores com prestação de serviços que atuam nas unidades operacionais. Não desenvolvemos iniciativas de circularidade envolvendo a cadeia de valor (*upstream* e *downstream*).

Geração de resíduos em nossas operações

As principais atividades geradoras são a perfuração de poços, o descomissionamento de ativos e as rotinas de manutenção dos equipamentos



Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Formalizam diretrizes e definem as práticas para gestão de resíduos, assegurando absoluta conformidade legal dos negócios



Segregação e destinação dos resíduos

Equipes locais separam e armazenam os resíduos temporariamente

Parceiros especializados são responsáveis pelo transporte e destinação

Corporativamente, definimos os métodos de destinação para cada tipo de resíduo e monitoramos a atuação dos parceiros por meio de documentos como os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) e os Certificados de Destinação Final (CDF)



GRI 306-3 | Resíduos gerados

Em 2025, nossas operações geraram 34,9 mil toneladas de resíduos, sendo 61,9% não perigosos e os demais 38,1% perigosos. Entre os tipos de resíduos mais significativos em nossas atividades estão aqueles associados à

perfuração (como cascalho e fluido), sucata metálica e resíduos oleosos e contaminados. As atividades de exploração & produção *onshore* são responsáveis pela maior parte do volume gerado (79,2% em 2025).

Composição dos resíduos gerados em 2025 (toneladas)¹

	Perigosos	Não perigosos	Total
Bombona/Tambor contaminado	34,2	0,0	34,2
Borracha não contaminada	0,0	5,9	5,9
Cascalho de perfuração	2.043,1	4.009,4	6.052,5
Esgoto sanitário	0,0	2.119,0	2.119,0
Fluido de perfuração	1.490,7	6.305,3	7.796,0
Isolante (isopor, refratários etc.)	0,0	12,0	12,0
Madeira	0,0	366,5	366,5
Óleo de cozinha	0,0	2,6	2,6
Papel/papelão não contaminado	0,0	31,8	31,8
Pilha e bateria	27,2	0,0	27,2
Plástico não contaminado	0,0	105,9	105,9
Produto químico	166,6	13,9	180,5
Resíduos contaminados sólidos	3.567,3	0,0	3.567,3
Resíduo alimentar	0,0	208,3	208,3
Resíduo comum não reciclável	0,0	496,0	496,0
Resíduo de cimento	0,0	158,4	158,4
Resíduo de construção civil	0,0	778,2	778,2
Resíduo de jardinagem	0,0	138,7	138,7
Resíduo oleoso líquido	4.102,5	0,0	4.102,5
Resíduos de serviços de saúde	5,2	0,0	5,2
Vidro não contaminado	0,0	10,3	10,3
Solo contaminado	1.808,6	0,0	1.808,6
Sucata metálica não contaminada	0,0	6.775,2	6.775,2
Resíduos eletroeletrônicos	76,3	66,5	142,7
Tetra Pak	0,0	1,5	1,5
Outros ²	1,8	1,3	3,1
Total	13.323,6	21.606,9	34.930,4

1. Este é o primeiro ano de reporte deste conteúdo GRI dissociado da disposição de resíduos do período, por isso não estão disponíveis dados históricos. Não considera o escritório corporativo do rio de janeiro, cuja geração de resíduos teve seu monitoramento iniciado em julho de 2025 e foi considerada imaterial.

2. Categorias com menos de 1 tonelada gerada no ano: aerossol, cartucho de impressão, lâmpada fluorescente, lata de alumínio, lodo residual de esgoto tratado e pirotécnicos.

GRI 306-3 | Resíduos gerados (continuação)

Composição dos resíduos perigosos gerados em 2025 por unidade (toneladas)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Consolidado Brava Energia
Aerossol	0,0	0,0	0,1	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,9
Bombona/Tambor contaminado	0,2	0,0	0,1	19,2	14,6	0,1	0,0	0,0	34,2
Cartucho de impressão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Cascalho de perfuração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.878,8	164,3	0,0	2.043,1
Fluido de perfuração	0,0	0,0	0,0	28,1	0,0	1.379,7	83,0	0,0	1.490,7
Lâmpada fluorescente	0,1	0,0	0,0	0,4	0,1	0,2	0,1	0,0	0,9
Pilha e bateria	10,4	0,0	0,1	15,7	0,1	0,7	0,4	0,0	27,2
Produto químico	2,3	0,0	0,0	90,1	14,9	56,7	0,0	2,6	166,6
Resíduos contaminados sólidos	25,5	7,7	2,1	110,2	55,3	1.983,5	140,7	1.242,3	3.567,3
Resíduo oleoso líquido	56,5	499,2	12,7	218,4	823,6	1.323,3	915,1	253,6	4.102,5
Resíduos de serviços de saúde	0,0	4,1	0,1	0,4	0,1	0,4	0,0	0,1	5,2
Solo contaminado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.104,6	704,1	0,0	1.808,6
Resíduos eletroeletrônicos	0,7	68,9	0,0	4,0	2,6	0,0	0,0	0,0	76,3
Outros ²	0,1	0,0	0,1	1,0	0,4	0,2	0,1	0,0	1,8
Total de resíduos perigosos	95,6	580,0	15,3	487,0	911,6	7.727,9	2.007,6	1.498,6	13.323,6

1. Este é o primeiro ano de reporte deste conteúdo GRI dissociado da disposição de resíduos do período, por isso não estão disponíveis dados históricos. Não considera o escritório corporativo do rio de janeiro, cuja geração de resíduos teve seu monitoramento iniciado em julho de 2025 e foi considerada imaterial.

2. Categorias com menos de 1 tonelada gerada no ano: aerossol, cartucho de impressão, lâmpada fluorescente, lata de alumínio, lodo residual de esgoto tratado e pirotécnicos.

GRI 306-3 | Resíduos gerados (continuação)

Composição dos resíduos não perigosos gerados em 2025 por unidade (toneladas)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Consolidado Brava Energia
Borracha não contaminada	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0	5,1	0,0	0,0	5,9
Cascalho de perfuração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.009,4	0,0	0,0	4.009,4
Esgoto sanitário	23,0	2.096,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.119,0
Fluido de perfuração	0,0	0,0	0,0	5,3	0,0	6.300,0	0,0	0,0	6.305,3
Isolante (isopor, refratários etc.)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,5	0,0	6,5	12,0
Lata de alumínio	0,0	0,0	0,0	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0	0,8
Lodo residual de esgoto tratado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5
Madeira	3,0	0,0	0,3	44,6	33,2	194,9	59,4	31,2	366,5
Óleo de cozinha	0,0	0,2	0,1	0,5	1,8	0,0	0,0	0,0	2,6
Papel/papelão não contaminado	0,1	0,0	0,4	7,7	7,7	13,0	1,9	1,0	31,8
Plástico não contaminado	0,2	0,0	0,4	14,3	10,3	76,4	0,4	4,0	105,9
Produto químico	0,0	13,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,9
Resíduo alimentar	72,6	8,6	0,0	0,0	0,0	3,9	0,7	122,5	208,3
Resíduo comum não reciclável	31,4	12,1	15,9	41,9	58,7	178,8	55,8	101,4	496,0
Resíduo de cimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51,1	107,3	0,0	158,4
Resíduo de construção civil	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0	315,0	95,4	358,7	778,2
Resíduo de jardinagem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	138,7	0,0	0,0	138,7
Vidro não contaminado	0,8	0,0	0,2	0,9	2,0	2,5	0,2	3,7	10,3
Sucata metálica não contaminada	38,5	333,3	3,5	119,1	43,3	4.383,2	1.847,9	6,4	6.775,2
Resíduos eletroeletrônicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,5	0,0	0,0	66,5
Tetra Pak	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,5
Outros ²	0,0	0,0	0,0	0,6	0,7	0,0	0,0	0,0	1,3
Total de resíduos não perigosos	178,8	2.464,8	20,8	235,9	158,0	15.744,1	2.169,2	635,3	21.606,9

1. Este é o primeiro ano de reporte deste conteúdo GRI dissociado da disposição de resíduos do período, por isso não estão disponíveis dados históricos. Não considera o escritório corporativo do rio de janeiro, cuja geração de resíduos teve seu monitoramento iniciado em julho de 2025 e foi considerada imaterial.

2. Categorias com menos de 1 tonelada gerada no ano: aerossol, cartucho de impressão, lâmpada fluorescente, lata de alumínio, lodo residual de esgoto tratado e pirotécnicos.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final

GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final

Em 2025, destinamos 35,0 mil toneladas de resíduos, volume 17,1% menor do que no ano anterior. A redução foi observada em todos os segmentos de negócios – 10,5% nos ativos de exploração *offshore*, 16,8% nos complexos *onshore* e 30,5% no Ativo Industrial de Guamaré – e está relacionada principalmente à diminuição da geração.

Ao longo do ano, tivemos redução das atividades de perfuração nos complexos *onshore* e menor nível de atividade de limpeza de tanques do ATI. Além disso, avançamos na priorização de tecnologias mais nobre para a destinação dos resíduos, com destaque para a reciclagem, que passou de 406 toneladas em 2024 para 7.098 toneladas em 2025. Também conseguimos reduzir o envio para aterros de 27.480 toneladas em 2024 para 17.933 toneladas em 2025.

Resíduos destinados em 2025 (toneladas)¹

	Perigosos	Não perigosos	Total
Métodos que evitam a disposição final			
Blendagem para coprocessamento	1.507,9	193,7	1.701,5
Compostagem	0,0	347,6	347,6
Coprocessamento	740,9	87,8	828,8
Descontaminação	28,7	0,0	28,7
Despressurização	0,8	0,0	0,8
Estação de tratamento	3.018,6	2.352,1	5.370,7
Reciclagem	57,8	7.040,5	7.098,3
Reprocessamento	22,5	0,0	22,5
Rerrefino	11,7	0,0	11,7
Subtotal destinado por métodos que evitam a disposição final	5.388,8	10.021,7	15.410,5
Métodos que destinam para disposição final			
Aterro industrial	6.608,9	11.049,5	17.658,3
Aterro sanitário	0,0	274,5	274,5
Autoclave	4,4	0,0	4,4
Incineração	1.361,5	0,0	1.361,5
Recuperação energética	0,1	277,8	277,9
Subtotal destinado por métodos de disposição final	7.975,0	11.601,8	19.576,8
Total de resíduos destinados	13.363,8	21.623,5	34.987,3

1. Os métodos de disposição foram reclassificados em 2025 para melhor refletir os controles gerenciais da Companhia. Dessa forma, a comparação por método com o ano anterior não é possível. Os dados históricos são apresentados separadamente em tabela específica do ano de 2024. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final

GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Resíduos perigosos destinados em 2025 por unidade (toneladas)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Consolidado Brava Energia
Métodos que evitam a disposição final									
Blendagem para coprocessamento	15,0	3,1	2,2	330,4	75,4	302,3	764,3	15,1	1.507,9
Coprocessamento	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	210,8	529,5	0,0	740,9
Descontaminação	0,1	0,0	0,2	18,3	9,9	0,2	0,1	0,0	28,7
Despressurização	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,8
Estação de tratamento	54,0	522,5	12,7	131,1	845,4	987,2	465,7	0,0	3.018,6
Reciclagem	11,2	45,6	0,2	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	57,8
Reprocessamento	0,0	0,0	0,0	19,7	2,7	0,0	0,0	0,0	22,5
Rerrefino	1,6	0,0	0,0	4,9	1,6	0,0	0,0	3,5	11,7
Subtotal destinado por métodos que evitam a disposição final	82,1	571,6	15,3	505,0	935,3	1.501,3	1.759,6	18,6	5.388,8
Métodos que destinam para disposição final									
Aterro industrial	9,0	4,3	0,0	0,0	0,0	4.870,1	248,0	1.477,4	6.608,9
Autoclave	0,0	4,1	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	4,4
Incineração	2,4	0,0	0,0	0,1	0,1	1.356,4	0,0	2,6	1.361,5
Recuperação energética	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Subtotal destinado por métodos de disposição final	11,4	8,4	0,0	0,4	0,1	6.226,5	248,1	1.480,0	7.975,0
Total de resíduos perigosos destinados	93,5	580,0	15,3	505,4	935,4	7.727,9	2.007,6	1.498,6	13.363,8

1. Os métodos de disposição foram reclassificados em 2025 para melhor refletir os controles gerenciais da Companhia. Dessa forma, a comparação por método com o ano anterior não é possível. Os dados históricos são apresentados separadamente em tabela específica do ano de 2024. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Resíduos não perigosos destinados em 2025 por unidade (toneladas)¹

	Ubarana	Aratum	Peroá	Papa-Terra	Atlanta	Complexo Potiguar	Complexo Recôncavo	ATI	Consolidado Brava Energia
Métodos que evitam a disposição final									
Blendagem para coprocessamento	0,0	1,3	16,0	106,9	32,1	36,9	0,5	0,0	193,7
Compostagem	72,6	9,2	0,0	0,0	0,0	142,6	0,7	122,5	347,6
Coprocessamento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	45,4	42,4	0,0	87,8
Estação de tratamento	23,0	2.080,0	0,0	0,0	0,0	165,6	83,5	0,0	2.352,1
Reciclagem	36,6	318,3	4,9	179,2	96,8	4.539,2	1.850,4	15,1	7.040,5
Subtotal destinado por métodos que evitam a disposição final	132,3	2.408,8	20,9	286,1	128,8	4.929,7	1.977,6	137,6	10.021,7
Métodos que destinam para disposição final									
Aterro industrial	9,3	13,9	0,0	0,0	0,0	10.580,7	76,3	369,3	11.049,5
Aterro sanitário	30,9	10,7	0,0	0,0	30,2	49,6	55,8	97,2	274,5
Recuperação energética	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	184,2	59,4	31,2	277,8
Subtotal destinado por métodos de disposição final	43,1	24,6	0,0	0,0	30,2	10.814,5	191,6	497,7	11.601,8
Total de resíduos não perigosos destinados	175,4	2.433,4	20,9	286,1	159,0	15.744,3	2.169,2	635,3	21.623,5

1. Os métodos de disposição foram reclassificados em 2025 para melhor refletir os controles gerenciais da Companhia. Dessa forma, a comparação por método com o ano anterior não é possível. Os dados históricos são apresentados separadamente em tabela específica do ano de 2024. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Total de resíduos destinados em 2024 (toneladas)¹

	E&P Onshore	Mid&Downstream	E&P Offshore	Consolidado Brava Energia
Desviados de disposição final				
Estação de tratamento	2.768,4	1.223,6	4.117,7	8.109,7
Beneficiamento	2.875,4	0,0	1.132,8	4.008,1
Coprocessamento	1.595,2	33,9	10,6	1.639,7
Reciclagem	86,4	7,6	312,3	406,3
Biodigestão	0,1	0,0	57,4	57,5
Limpeza/Descontaminação	1,3	0,0	38,1	39,4
Triagem e transbordo	0,5	0,0	10,5	11,0
Rerrefino	1,3	0,0	2,1	3,4
Reprocessamento/Preparação para reutilização	0,0	0,0	8,0	8,0
Despressurização/Descaracterização	0,0	0,0	0,6	0,6
Outros	52,3	72,6	0,0	124,9
Subtotal desviado de disposição final	7.380,7	1.337,7	5.690,1	14.408,5
Destinados para disposição final				
Aterro	25.670,0	1.685,0	124,9	27.479,8
Recuperação energética	154,5	38,5	2,2	195,2
Incineração	29,8	7,0	0,1	37,0
Detonação	0,0	0,0	0,1	0,1
Autoclave	0,0	0,0	0,1	0,1
Subtotal destinado para disposição final	25.854,3	1.730,5	127,4	27.712,2
Total de resíduos destinados	33.235,0	3.068,2	5.817,5	42.120,7

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Resíduos perigosos destinados em 2024 (toneladas)¹

	E&P Onshore	Mid&Downstream	E&P Offshore	Consolidado Brava Energia
Desviados de disposição final				
Estação de tratamento	2.484,8	1.223,6	2.972,3	6.680,7
Beneficiamento	2.804,4	0,0	436,0	3.240,4
Coprocessamento	1.436,9	33,9	10,6	1.481,4
Reciclagem	25,5	0,0	0,0	25,5
Limpeza/Descontaminação	1,3	0,0	38,1	39,4
Triagem e transbordo	0,5	0,0	6,8	7,2
Rerrefino	1,3	0,0	2,1	3,4
Reprocessamento/ Preparação para reutilização	0,0	0,0	8,0	8,0
Despressurização/Descaracterização	0,0	0,0	0,6	0,6
Subtotal desviado de disposição final	6.754,5	1.257,5	3.474,5	11.486,5
Destinados para disposição final				
Aterro	9.132,6	1.061,8	0,3	10.194,7
Incineração	29,8	7,0	0,1	37,0
Detonação	0,0	0,0	0,1	0,1
Autoclave	0,0	0,0	0,1	0,1
Subtotal destinado para disposição final	9.162,4	1.068,9	0,6	10.231,9
Total de resíduos perigosos destinados	15.916,9	2.326,4	3.475,1	21.718,4

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Resíduos não perigosos destinados em 2024 (toneladas)¹

	E&P Onshore	Mid&Downstream	E&P Offshore	Consolidado Brava Energia
Desviados de disposição final				
Estação de tratamento	283,7	0,0	1.145,3	1.429,0
Beneficiamento	71,0	0,0	696,8	767,7
Coprocessamento	158,3	0,0	0,0	158,3
Reciclagem	60,9	7,6	312,3	380,8
Biodigestão	0,1	0,0	57,4	57,5
Triagem e transbordo	0,0	0,0	3,8	3,8
Outros	52,3	72,6	0,0	124,9
Subtotal desviado de disposição final	626,2	80,2	2.215,6	2.922,0
Destinados para disposição final				
Aterro	16.537,4	623,1	124,6	17.285,1
Recuperação energética	154,5	38,5	2,2	195,2
Subtotal destinado para disposição final	16.691,9	661,7	126,8	17.480,3
Total de resíduos não perigosos destinados	17.318,1	741,9	2.342,4	20.402,3

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas.

Gestão de talentos

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Os aspectos de gestão sobre o capital humano têm materialidade relevante para a compreensão do modelo de negócio e da estratégia corporativa, sobretudo no contexto recente de integração das equipes e de definição da cultura organizacional, valores e propósito após a criação da Brava em 2024. Um dos principais tópicos abrangidos pelo tema está relacionado à retenção de profissionais técnicos com elevada experiência no setor de óleo e gás. Nesse sentido, o tema abrange a formação e a capacitação dos colaboradores atuais, com ferramentas para o compartilhamento do capital intelectual e de preparação de novas lideranças. Também se enquadra nesse escopo a abordagem para atrair novos talentos. Outro aspecto material está associado aos programas de remuneração e oferta de benefícios aos colaboradores, assegurando condições dignas e remuneração adequada, sob a ótica de impacto, e contribuindo para a competitividade e atratividade da marca enquanto empregadora. O tema abrange, ainda, os mecanismos da Brava para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar e da saúde mental dos colaboradores.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

A elevada qualificação técnica, o *know-how* no setor de óleo e gás e as competências para desenvolver soluções inovadoras frente os desafios operacionais em campos maduros *onshore* e *offshore* das nossas lideranças e equipes impulsionam a capacidade da nossa Companhia de maximizar a geração de valor em nosso portfólio de ativos. Nosso modelo de gestão do capital humano tem o objetivo de fortalecer esses pontos positivos e agregar uma visão ainda mais ágil e moderna à forma como nossos times desempenham suas atividades.

Normativos e procedimentos específicos direcionam as diversas rotinas associadas à gestão de pessoas, sempre em linha com o nosso Código de Conduta e com os compromissos expressos em nossa Política de Sustentabilidade. Práticas sistemáticas de qualificação e avaliação de desempenho apoiam o desenvolvimento profissional de nossos colaboradores, e os programas de entrada para jovens profissionais são importantes plataformas para atrair talentos alinhados à nossa cultura e valores. Pesquisas de mercado amparam a definição da remuneração e do pacote de benefícios oferecidos aos colaboradores, sob contínua supervisão do Comitê de Pessoas, instância de assessoramento do Conselho de Administração.

- ▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade
- ▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nosso Código de Ética e Conduta
- ▶▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 35 a 39).

GRI 401-2 | Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial

Nosso pacote de benefícios oferecido a todos os colaboradores inclui assistência médica e odontológica, vale-refeição/alimentação, licença parental estendida, auxílio-creche/babá/escola, aplicativo de telemedicina e canal de apoio emocional, convênios com estabelecimentos de esporte e bem-estar, bolsas de estudo e seguro de vida. Também disponibilizamos um plano de previdência privada para todo o quadro funcional, exceto para os aprendizes, pois esse grupo é contratado por prazo determinado e sem possibilidade de renovação. Para fins de consolidação deste conteúdo GRI, a Brava foi considerada de maneira consolidada (ou seja, a Companhia como um todo é a unidade operacional importante), uma vez que

os colaboradores possuem os mesmos benefícios, independentemente da unidade na qual estão alocados.

GRI 402-1 | Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais

Mudanças organizacionais significativas, como alterações societárias, aquisições e reestruturações, são divulgadas antecipadamente pelos nossos canais internos e aos *stakeholders* externos por meio das divulgações públicas em nosso site de Relações com Investidores. O prazo de antecedência pode variar em razão da natureza da mudança e da disponibilidade de informações, não havendo um prazo mínimo estabelecido para esse tipo de comunicação. Ainda assim, prezamos sempre pela transparência e tempestividade nessas divulgações. Nossos acordos coletivos de trabalho não preveem um prazo para esse tipo e aviso.

GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados

Contratações e desligamentos	2025		2024	
	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos
Por gênero				
Homens	123	138	289	127
Mulheres	63	53	83	60
Por faixa etária				
Até 20 anos de idade	6	0	3	3
De 21 a 30 anos	49	25	84	30
De 31 a 40 anos	62	50	147	53
De 41 a 50 anos	50	67	94	53
De 51 a 60 anos	17	21	25	26
A partir de 61 anos de idade	2	28	19	22
Por região				
Nordeste	89	81	249	50
Sudeste	97	110	123	137
Total	186	191	372	187

Taxas de contratação e rotatividade	2025		2024	
	Taxa de contratação ¹	Taxa de rotatividade ²	Taxa de contratação ¹	Taxa de rotatividade ²
Por gênero				
Homens	15,5%	16,5%	35,8%	25,8%
Mulheres	19,1%	17,6%	26,0%	22,4%
Por faixa etária				
Até 20 anos de idade	85,7%	42,9%	0,8%	0,8%
De 21 a 30 anos	33,1%	25,0%	71,8%	48,7%
De 31 a 40 anos	15,4%	13,9%	226,2%	153,8%
De 41 a 50 anos	13,1%	15,3%	144,6%	113,1%
De 51 a 60 anos	14,5%	16,2%	38,5%	39,2%
A partir de 61 anos de idade	3,1%	23,1%	29,2%	31,5%
Por região				
Nordeste	13,3%	12,7%	37,6%	22,5%
Sudeste	21,5%	22,9%	26,6%	28,1%
Total	16,6%	16,8%	33,0%	24,8%

1. Calculada como o número de contratações ao longo do ano em cada categoria dividido pelo headcount em 31/12 de cada categoria.

2. Calculada como a média entre contratações e desligamentos ao longo do ano em cada categoria dividida pelo headcount em 31/12 de cada categoria.

GRI 401-3 | Licença maternidade/paternidade

Indicadores relacionados à licença parental¹

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Saída e retorno da licença				
Número de colaboradores elegíveis à licença e que saíram de licença	28	13	24	8
Número de colaboradores que retornaram da licença	28	8	24	8
Número de colaboradores ainda em licença	0	5	0	0
Taxa de retorno	100,0%	61,5%	100,0%	100,0%
Taxa de retorno potencial	na	100,0%	na	na
Retenção				
Número de colaboradores que permaneceram no emprego por pelo menos 12 meses após o retorno da licença	na	na	21	4
Número de colaboradores que ainda não completaram 12 meses após o retorno da licença	26	7	1	4
Número de colaboradores desligados antes de completar 12 meses após o retorno da licença	2	1	2	0
Taxa de retenção	na	na	87,5%	50,0%
Taxa de retenção potencial	92,9%	92,3%	91,7%	100,0%

1. Em cada coluna, considera sempre os colaboradores que saíram de licença no ano para acompanhamento dos dados de retorno e retenção. As informações do triênio são reapresentadas a cada ciclo de relato para refletir o status de retorno e retenção dos colaboradores que usufruíram do benefício de licença parental até a data de corte de 31/12 do ano de relato. **GRI 2-4**

GRI 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador

Promovemos o acesso de nossos colaboradores a serviços de saúde por meio da cobertura em plano de saúde e odontológico e da prontidão de equipe de atendimento a emergência no escritório do Rio de Janeiro. Além disso, o acompanhamento de exames médicos ocupacionais periódicos inclui a orientação aos profissionais para buscar acompanhamento médico especialista em caso de alterações que sugiram alguma condição de risco. Nas unidades

operacionais, contamos também com serviços de resgate médico para colaboradores e terceiros, e recomendamos às empresas contratadas a oferta de plano de saúde aos trabalhadores alocados em operações da Brava. Campanhas de conscientização em saúde e a disponibilidade de equipes médicas para orientação dos trabalhadores também contribuem para a promoção da saúde e o bem-estar dos profissionais (saiba mais sobre essas iniciativas na página 17).

GRI 404-1 | Média de horas de capacitação por ano, por empregado

Em 2025, nossos colaboradores realizaram, em média, 55 horas de capacitação. Essa carga horária é mais do que o dobro do ano anterior, principalmente devido à maior disponibilidade de treinamentos em nossa Universidade Corporativa.

Indicadores de treinamento dos colaboradores¹

	2025		2024	
	Total de horas de treinamento	Média por colaborador²	Total de horas de treinamento	Média por colaborador²
Por gênero				
Homens	47.140	59,52	20.698	25,65
Mulheres	14.478	44,01	6.111	19,16
Por nível funcional				
Diretoria	28	7,00	3	0,60
Liderança	14.234	49,60	5.856	18,77
Especialistas	13.999	45,30	5.965	19,24
Administrativo	5.764	28,12	2.322	12,29
Operacional	23.669	95,44	11.813	46,51
Suporte administrativo e operacional	3.924	57,71	850	15,18
Total	61.618	54,97	26.809	23,81

1. Foram considerados todos os tipos de formação profissional e treinamento promovidos internamente ou realizados externamente com pagamento (total ou parcial) pela Companhia. Não inclui programas de coaching.
2. Calculada como o total de horas de treinamento em cada categoria ao longo do ano dividido pelo headcount em 31/12 de cada categoria.

GRI 404-2 | Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira

A contínua qualificação e o desenvolvimento profissional de nossos colaboradores é um pilar estratégico para o crescimento sustentável da Companhia. Além de ofertar treinamentos por meio da Universidade Corporativa, contamos com programas de incentivo à formação em entidades externas, via subsídio para cursos de ensino superior e de idiomas, e uma parceria estratégica com a Fundação Getulio Vargas (FGV), que abrange descontos exclusivos para os colaboradores da Brava e a possibilidade de treinamentos *in company* para demandas específicas das áreas. No âmbito específico de gestão de final de carreira, os colaboradores podem aderir ao plano de previdência privada que integra nosso pacote de benefícios. Os participantes podem direcionar de 1% a 12% do salário para sua previdência privada, e a Brava iguala essa contribuição até o limite de 3% do salário.

GRI 404-3 | Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Ao longo de 2025, desenhamos o processo de avaliação de desempenho da Brava, com foco nas seis competências organizacionais definidas corporativamente. Para cada uma dessas competências, definimos comportamentos esperados para os diferentes cargos em nossa estrutura, refletindo os níveis de responsabilidade e maturidade das posições. Todos os colaboradores que trabalharam por mais de 15 dias durante o ano de 2025 foram avaliados no início do ano de 2026. Os gestores avaliam os profissionais em suas equipes, e os colaboradores também se autoavaliam. As análises são discutidas em comitês de calibragem, validadas com a Diretoria e contribuem para a definição da remuneração variável em conjunto com a apuração de metas corporativas e de cada área.

Colaboradores cobertos por avaliação de desempenho em 2025¹

	Número de colaboradores avaliados	Percentual de colaboradores avaliados ²
Por gênero		
Homens	930	100,0%
Mulheres	380	100,0%
Por nível funcional		
Diretoria	7	100,0%
Liderança	355	100,0%
Especialistas	373	100,0%
Administrativo	231	100,0%
Operacional	266	100,0%
Suporte administrativo e operacional	78	100,0%
Total	1.310	100,0%

1. Considera o ciclo de avaliação de desempenho conduzido no início do ano de 2026 referente ao desempenho dos colaboradores ao longo do ano de 2025. Por isso, o total de avaliados supera o número de colaboradores no encerramento do período (1.121 pessoas) informado no conteúdo GRI 2-7.

2. O percentual é calculado sobre o total de colaboradores elegíveis, ou seja, aqueles que trabalharam por mais de 15 dias no ano de 2025.

Gestão dos ativos

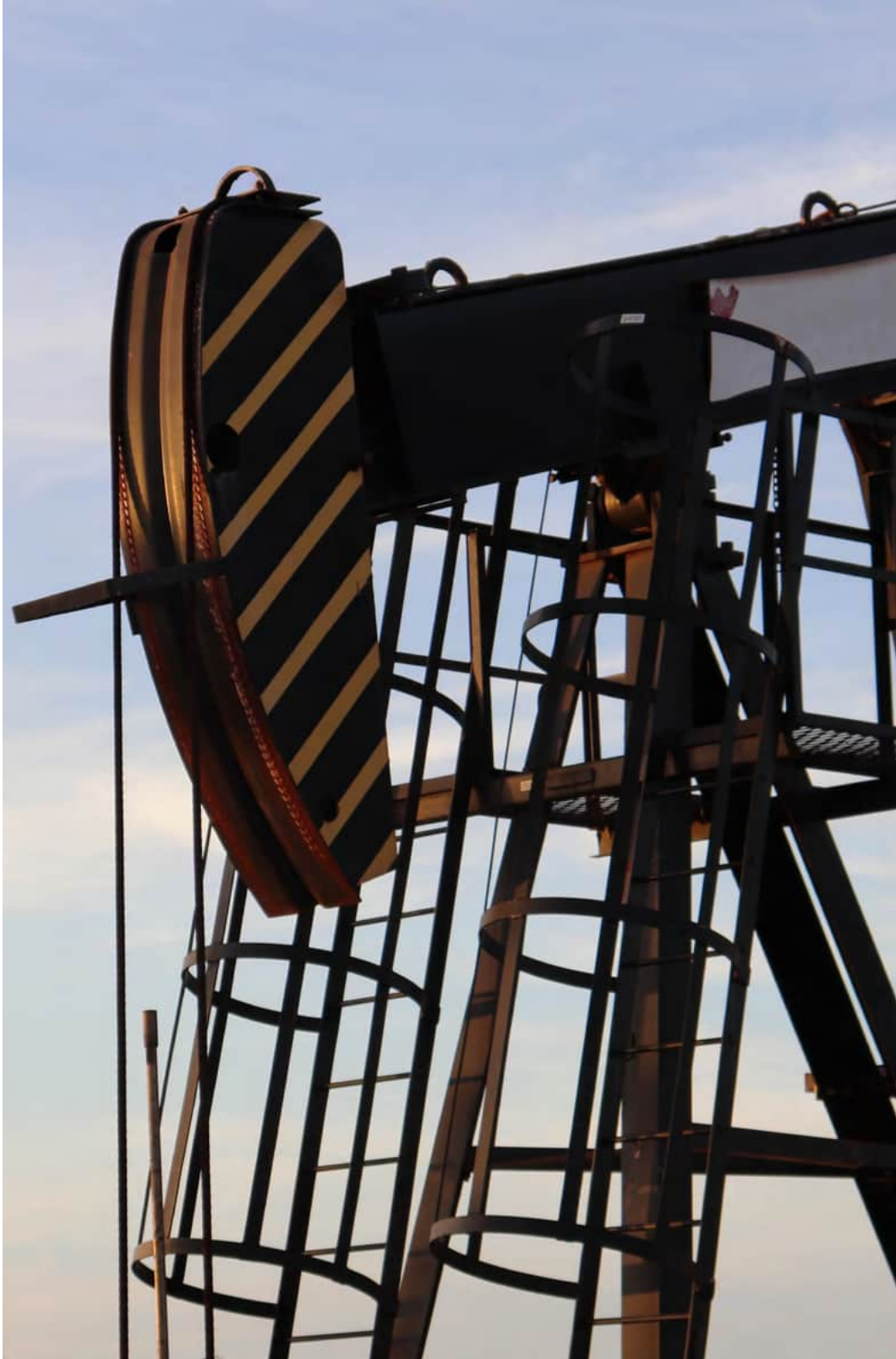
GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Este tema está relacionado à manutenção da produtividade nos campos *onshore* e *offshore* e nas operações Mid&Downstream, com geração de valor financeiro para os acionistas no longo prazo, resiliência para superar volatilidades na cotação do Brent e qualidade para minimizar riscos de paradas de produção. Um dos aspectos centrais abrangidos pelo tema é o plano de manutenções e modernizações dos ativos, fundamental para fortalecer a capacidade de recuperação de petróleo em campos maduros com os menores custos possíveis. O tema também abrange a diversificação do portfólio, com equilíbrio entre campos *onshore* e *offshore*. Essa configuração

tende a possibilitar a capacidade de superar desafios operacionais e eventuais interrupções das atividades, mantendo patamares satisfatórios de produção e de geração de valor. O descomissionamento dos campos é outro aspecto relevante no âmbito do tema, assegurando o cumprimento de prazos e custos dessas atividades e a devida prestação de contas ao órgão regulador. Especialmente, a gestão de resíduos gerados no processo de descomissionamento é um tópico de alta relevância, assim como a manutenção de estruturadas descomissionadas nos *sites*.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

Nossa Companhia nasceu com o propósito de maximizar o valor da produção de óleo e gás natural no Brasil e de contribuir para a segurança energética. Atuamos na terra (*onshore*) e no mar (*offshore*), com um modelo de negócio integrado que abrange todos os elos da cadeia de produção – *upstream*, *midstream* e *downstream*. Em todos os segmentos de atuação (*upstream* e *Mid&Downstream*), gerenciamos nossos ativos com base em indicadores financeiros e de produção. De forma sistemática, as Diretorias Executivas acompanham a produção mensal dos ativos *onshore* e *offshore*, os custos operacionais (*lifting cost*), materialização de CAPEX e OPEX e evolução dos projetos. Nossa estrutura organizacional conta com executivos e líderes responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de engenharia e desenvolvimento dos ativos. Essas áreas atuam de forma coordenada, com foco na identificação e materialização de oportunidades para aumentar a

produtividade, reduzir custos e ampliar a capacidade de geração de valor. Também estamos estruturados para mapear e capturar oportunidades de reestruturação ativa do portfólio. Nesse contexto de negócio, atuamos de forma cautelosa no desenvolvimento dos ativos em fase de exploração. Os custos elevados associados às atividades de descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural, em conjunto com a visão de otimização e modernização dos ativos produtores, tendem a inibir nosso investimento nessa frente.

Por causa da configuração do modelo de negócio, com um portfólio formado a partir da aquisição de campos maduros, assumimos a obrigação de conduzir atividades de descomissionamento dos ativos. Nossas práticas e processos asseguram a condução dessas atividades em conformidade com os regulamentos aplicáveis estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

- ▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política do Sistema de Gestão Integrado
- ▶▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade
- ▶▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 12 a 22).

GRI 11.7.4 | Liste as unidades operacionais que: possuem planos de encerramento e reabilitação em vigor; foram fechadas; estão em processo de encerramento

Em 2025, concluímos as atividades de descomissionamento do antigo Campo de Aratum, atualmente área integrante do Campo de Macau, (com o abandono de dois poços e das plataformas de operação) e do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo de Atlanta (com a saída do FPSO Petrojarl I e a destruição do sistema de ancoragem da embarcação). O Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI) dois projetos foram devidamente protocolados à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), abrangendo as atividades de abandono, limpeza e retirada de equipamentos e instalações e os programas socioambientais para prevenir impactos ao meio ambiente e promover a conscientização e o engajamento das comunidades locais. Outros cinco campos sob nossa operação tiveram atividades de descomissionamento pontuais, considerando o melhor planejamento de aproveitamento operacional dos poços. Foram eles: Estreito e Guamaré (Complexo Potiguar); e Cexis, Água Grande e Tapiranga

Norte (Complexo Recôncavo). Além disso, protocolamos PDIs de sei campos *onshore* para posterior descomissionamento e devolução: Fazenda Belém e Pedra Sentada (Complexo Potiguar); e Cambacica, Pariri, Água Grande e Fazenda Alto das Pedras (Complexo Recôncavo).

GRI 11.7.5 | Liste as estruturas descomissionadas deixadas no local e descreva a justificativa para deixá-las no local

Todos os materiais retirados nas atividades de descomissionamento são direcionados para empresas especializadas, conforme legislação ambiental aplicável. No Campo de Aratum, submetemos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) um estudo para abandono permanente dos dutos submarinos desse ativo no leito marinho. Realizado em parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), o estudo caracteriza as condições do ambiente local e técnicas dos dutos, evidenciando a geração de impacto ambiental negativo significativo para a remoção desses materiais. Aguardamos a análise do órgão ambiental em relação a essa solicitação.

GRI 11.7.6 | Relate o valor monetário total do provisionamento para encerramento e reabilitação realizado pela organização, incluindo monitoramento e controle pós-encerramento de unidades operacionais

O provisionamento de valores para o abandono de poços é atualizado anualmente ou quando identificamos alguma necessidade de correção. Os valores são inicialmente mensurados pelo prazo de vida útil econômica de cada projeto e trazidos a valor presente, sendo as revisões reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (reversão do desconto) alocados diretamente no resultado financeiro líquido. Os saldos do passivo de abandono já contemplam o *decommissioning* cost share agreement incluído nos contratos de aquisição dos ativos. Os custos anuais para atividades de abandono são incluídos no orçamento da Companhia e monitorados mensalmente. Em 2025, os desembolsos estiveram relacionados ao abandono do antigo Campo de Aratum e do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo de Atlanta.

Recursos financeiros relacionados a encerramento e reabilitação (R\$ mil)

	2025	2024
Montante gasto no período para encerramento e reabilitação de operações	379.062	275.071
Montante provisionado (acumulado no fim do período) para encerramento e reabilitação de operações	3.721.333	3.324.911

Impacto socioeconômico

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema abrange os potenciais impactos positivos e negativos da Companhia sobre as comunidades localizadas nos municípios e regiões próximos aos ativos produtores e as respectivas práticas para sua identificação, mensuração e mitigação. Ainda que as operações de exploração & produção *onshore* tenham maior relevância para a compreensão da forma de gestão, os ativos *offshore* também podem gerar impactos às comunidades, em especial pesqueiras, quilombolas ou indígenas, em razão das atividades operacionais e logísticas.

Também se enquadram nesse tema os impactos positivos gerados nos territórios, como a criação de empregos direta e indireta, o incremento na renda e a arrecadação de impostos e royalties. Os investimentos em projetos sociais, com recursos financeiros próprios (doações/patrocínios) ou obtidos por meio de leis de incentivo fiscal, também são materiais nesse tema.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

Nossas práticas para avaliação de potenciais impactos sobre as comunidades locais e para o engajamento com essas populações são conduzidas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental. Conduzidos pelos órgãos estaduais, no caso das operações *onshore*, e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nas operações *offshore*, esses processos abrangem a realização de audiências públicas e o estabelecimento e manutenção de Programas de Comunicação Social (PCS) e de Educação Ambiental (PEA). Nas nossas operações *onshore*, o PCS e o PEA estão consolidados no Programa Interagir, que abrange o mapeamento de lideranças locais e o desenvolvimento de ações que respondem às demandas e percepções das comunidades. Dessa forma, nosso engajamento e os esforços para promover o desenvolvimento local se baseiam em processos participativos e inclusivos, pautados na ética, na transparência e na proteção dos direitos humanos.

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Sustentabilidade

▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Direitos Humanos

▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 43 a 47).

GRI 11.21.8 | Para petróleo e gás comprados do Estado ou de terceiros indicados pelo Estado para vender em seu nome, relate: volumes e tipos de petróleo e gás comprados; nomes completos da entidade compradora e de quem recebeu o pagamento; pagamentos efetuados para a compra

Assim como no ano anterior, não adquirimos em 2025 petróleo ou gás do Estado ou de terceiros em seu nome.

GRI 11.15.4 | Relate o número e o tipo de queixas de comunidades locais identificadas

Queixas e reclamações da comunidade

	2025	2024
Número total de queixas recebidas ¹	29	58
Percentual de queixas tratadas e resolvidas	100,0%	100,0%
Número de queixas cuja tratativa envolveu reparação ao manifestante ²	22	38
Percentual de queixas cuja tratativa envolveu reparação ao manifestante	75,9%	65,5%

1. Abrange todas as queixas e reclamações recebidas pelo canal Fale com a Gente. As principais reclamações estão relacionadas a poeira, dificuldade de acesso a vias em razão da operação de sondas e danos aos imóveis. Todas as queixas recebidas são tratadas.
2. Refere-se às queixas cujo tratamento levou à tomada de medidas para reverter ou compensar o dano causado ao reclamante, como retratação, indenização financeira ou não-financeira, prevenção de danos por meio de ações cautelares ou garantias de não repetição, sanções penais ou administrativas, multas, restituição, restauração e reabilitação.

GRI 201-1 | Valor econômico direto gerado e distribuído

Em 2025, o valor adicionado e distribuído em nossas operações totalizou R\$ 5,4 bilhões, um aumento de 86,8% em relação ao ano anterior. Essa variação é decorrente do crescimento nos montantes registrados como receitas e como valor adicionado recebido em transferência. Na distribuição do valor adicionado, as parcelas mais significativas em 2025 foram as de remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios, responsáveis por 58% e 31%, respectivamente, do valor adicionado total distribuído.

Demonstração do Valor Adicionado - principais linhas (R\$ mil)

	2025	2024
Receitas	11.622.991	8.726.361
Insumos adquiridos de terceiros	-7.493.285	-5.718.327
Valor adicionado bruto	4.129.706	3.008.034
Depreciação, amortização e exaustão	-2.435.759	-1.246.205
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.693.947	1.761.829
Valor adicionado recebido em transferência	3.500.720	1.110.024
Valor adicionado total a distribuir	5.194.667	2.871.853
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	360.109	347.895
Impostos, taxas e contribuições	131.593	-321.888
Remuneração de capitais de terceiros	3.291.740	3.755.537
Remuneração de capitais próprios	1.411.225	-909.691
Valor adicionado total distribuído	5.194.667	2.871.853

GRI 201-4 | Apoio financeiro recebido do governo

Apoio financeiro recebido do governo por tipo (R\$ mil)¹

	2025	2024
Benefícios e créditos fiscais ²	8.060	111.252
Subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões ³	0	35.469
Total	8.060	146.721

1. Não são aplicáveis subsídios, prêmios, royalty holidays, apoio financeiro de exportação ou outros benefícios financeiros recebíveis de governos além dos dois grupos listados na tabela. A Brava Energia não possui nenhum governo entre seus acionistas.
2. Abrange os valores referentes à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
3. Abrange o crédito presumido de ICMS e os recursos oriundos da Lei do Bem. Em 2025, alteração na norma de crédito presumido do ICSM tornou sua adesão desvantajosa.

GRI 202-2 | Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local

Todos os membros da Diretoria Estatutária foram contratados localmente, ou seja, nascidos ou com residência permanente no Brasil no momento de sua contratação. O critério de local de residência não é prioritário nos processos de contratação, tendo em vista a necessidade de conhecimento técnico e especializado sobre o negócio e suas externalidades. O conceito de “unidade operacional importante” para este conteúdo GRI refere-se à Companhia de maneira consolidada.

GRI 203-1 | Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

Em 2025, mantivemos nosso apoio ao Hospital Pequeno Príncipe, que fornece atendimento integral no tratamento de crianças e adolescentes. A instituição realiza mais de 259 mil atendimentos ambulatoriais e 20 mil procedimentos cirúrgicos anualmente, sendo a maioria deles a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse projeto é um dos que apoiamos via recursos de leis de incentivo (saiba mais sobre esses investimentos sociais na página 73) e está diretamente relacionado à qualidade de acesso da população ao serviço público de saúde. No ano, destinamos R\$ 1,08 milhão para o Hospital, via Fundo para Infância e Adolescência (FIA).

GRI 203-2 | Impactos econômicos indiretos significativos

Os principais impactos econômicos indiretos associados às nossas operações estão relacionados à geração de emprego por meio da nossa cadeia de valor e da atividade econômica no entorno de nossas unidades e à arrecadação de tributos pelo governo. A operação de nossos campos *onshore* e *offshore* está sujeita ao pagamento de *royalties*, fonte relevante de recursos para a União, os estados e os municípios. Campos com grande volume ou rentabilidade também são sujeitos ao pagamento trimestral de participação especial, calculada sobre a receita líquida e que possui alíquotas progressivas de acordo com a localização da lavra, o número de anos e o volume de produção. Quando o local das atividades de

produção localiza-se em propriedade privada, a Companhia paga, ainda, uma participação sobre o valor da produção ao proprietário da terra, apurado mensalmente e equivalente a 0,5% a 1,0% da receita bruta de produção. No estado do Rio Grande do Norte, as atividades do setor de óleo e gás são responsáveis por mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, injetando anualmente cerca R\$ 4 bilhões na economia local, segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2025, nossa Companhia destinou R\$ 1,7 bilhão na forma de impostos municipais, estaduais, federais. Também foram pagos R\$ 761 milhões em *royalties*, que incidem diretamente sobre a receita bruta total da produção do campo, com alíquotas que podem variar de 5% a 15%.

GRI 204-1 | Proporção de gastos com fornecedores locais

Gastos com fornecedores locais¹

	2025	2024 ²
Gastos com todos os fornecedores (R\$ mil)	11.636.898	20.395.442
Gastos com fornecedores locais (R\$ mil)	10.754.448	12.489.546
Percentual de gastos com fornecedores locais	92,4%	61,2%

1. São considerados locais os fornecedores no Brasil (mesmo país). A apuração dos dados refere-se à Companhia de maneira consolidada, não havendo segmentação por unidade operacional.
2. Não abrange os dados de janeiro a julho da Enauta (pré-fusão), pois não foi possível obter esse histórico.

GRI 207-1 | Abordagem tributária

Nossas práticas de gestão tributária asseguram o estrito cumprimento da legislação aplicável e a adequada gestão de riscos fiscais em todas as jurisdições nas quais atuamos, ainda que não estejam consolidadas em uma estratégia fiscal formal. Merecem destaque nesse contexto o monitoramento contínuo da legislação e da jurisprudência, a revisão técnica de posições fiscais relevantes, o cumprimento tempestivo das obrigações principais e acessórias e a avaliação prévia de riscos em operações ou estruturas específicas. Em situações de zonas cinzentas ou temas sujeitos a questionamento administrativo ou judicial, nossos posicionamentos são baseados em fundamentos legais, precedentes e análises técnicas, com suporte de assessores externos quando necessário. Uma equipe tributária especializada dedica-se a essas atividades rotineiramente, sob a liderança da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. Trimestralmente, as informações sobre tributos são submetidas a auditoria externa como parte das demonstrações financeiras da Companhia. A supervisão sobre todo esse processo no âmbito da governança envolve o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O regime tributário em que atuamos é o de lucro real anual, sendo que os

principais tributos pagos se enquadram em: PIS-Cofins, ICMS e CIDE (sobre mercadorias adquiridas e saúde de produtos), ISS (sobre a contratação de serviços) e IOF (sobre operações financeiras). Nossa abordagem de gestão contribui para o impacto positivo da Brava no desenvolvimento sustentável regional, por meio do aproveitamento de recursos incentivados, direcionados para o apoio a projetos sociais (como os de cultura e esporte), e do monitoramento contínuo do impacto econômico gerado pela arrecadação de tributos, sobretudo no âmbito municipal e estadual.

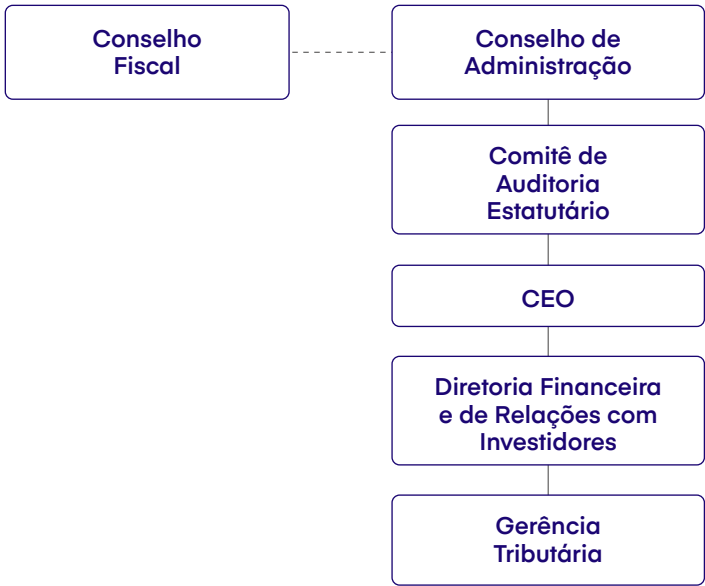
GRI 207-2 | Governança, controle e gestão de risco fiscal

Nossa estrutura de governança e controle fiscal abrange instâncias executivas e de supervisão. A Gerência Tributária é responsável pela gestão fiscal, incluindo a estratégia fiscal da Companhia e a garantia de conformidade com as obrigações principais e acessórias. Essa gerência conta com coordenações dedicadas a tributos diretos, tributos indiretos e planejamento, contencioso e consultivo, e com equipe de analistas especializados. A atuação executiva é supervisionada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que monitora os processos fiscais e questões críticas que possam impactar as demonstrações financeiras,

pelo Conselho Fiscal, que avalia a conformidade fiscal e tributária como parte de suas atribuições, e pelo Conselho de Administração, que delibera sobre questões relevantes e é assessorado pelo Comitê de Auditoria. Como principais mecanismos de controle, temos auditorias internas e externas realizadas trimestralmente para avaliar a consistência e aderência dos processos tributários à legislação aplicável. Não há registro de não conformidades decorrentes dessas

avaliações. Adicionalmente, as práticas contábeis e tributárias são revisadas anualmente. Os relatórios de auditoria externa de nossas demonstrações financeiras, que incluem aspectos fiscais, estão disponíveis publicamente no site de Relações com Investidores ([clique aqui](#) e acesse). Eventuais preocupações de nossos *stakeholders* sobre desvios de conduta no âmbito fiscal e tributário devem ser relatadas por meio do Canal de Denúncias (saiba mais sobre esse mecanismo na página 10).

Governança fiscal e tributária



GRI 207-3 | Engajamento de *stakeholders* e gestão de suas preocupações quanto a tributos

Nosso relacionamento com as autoridades fiscais é baseado em uma postura técnica, transparente e colaborativa, observando a legislação aplicável e os princípios de integridade e conformidade. Não há diretrizes específicas formalizadas em política própria, sendo a interação orientada pelas disposições do nosso Código de Ética e Conduta. Em casos de declarações voluntárias, fiscalizações, autuações ou diligências, atuamos de forma organizada e tempestiva, prestando informações aos órgãos competentes, apresentando esclarecimentos técnicos e adotando as medidas cabíveis para regularização ou defesa, conforme aplicável.

No âmbito do *advocacy* tributário, nossos posicionamentos são integrados à atuação de entidades de classe e associações setoriais, em especial o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Óleo e Gás (ABPIP). Para o engajamento abrangente de

nossos *stakeholders*, utilizamos canais corporativos e que não são exclusivos para a temática fiscal e tributária. Entre eles, destacam-se o Canal de Denúncias, para o recebimento de denúncias e preocupações de desvio de conduta, e o Fale Conosco, para sugestões, dúvidas e comentários.

GRI 413-1 | Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local

Todos os nossos ativos conduzem avaliações de impacto social e ambiental no âmbito dos respectivos processos de licenciamento. O amplo engajamento com as comunidades locais ocorre por meio das consultas públicas conforme aplicáveis aos respectivos licenciamentos, da manutenção do canal Fale com a Gente (saiba mais sobre o canal na página 10) e dos programas de comunicação social e educação ambiental, com destaque para o Programa Interagir e o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Caminhos do Mar.

O Programa Interagir, implementado nos nossos ativos *onshore* da Bahia,

Ceará e Rio Grande do Norte, consolida o Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Educação Ambiental (PEA) com uma abordagem participativa e inclusiva. A iniciativa abrange o mapeamento de lideranças locais e o desenvolvimento de ações que respondem às demandas e percepções das comunidades em cinco eixos temáticos: educação; apoio técnico rural; resgate histórico e cultural; empreendedorismo comunitário; e fortalecimento institucional para as organizações da sociedade civil (OSCs). Em 2025, realizamos mais de 500 ações de conscientização e engajamento no Programa Interagir, alcançando mais de 13 mil pessoas. Na Bahia, mereceu destaque também a continuidade dos investimentos nos projetos Super ENEM, que prepara jovens dos municípios no entorno do Complexo Recôncavo para o Exame Nacional do Ensino Médio por meio de aulas. Nos últimos dois anos, 200 jovens foram beneficiados pelo projeto. O PEA Caminhos do Mar, implementado no âmbito do licenciamento de nossos ativos *offshore* com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), teve como

objetivo produzir uma série audiovisual sobre a interação entre o tráfego de embarcação de apoio à indústria de petróleo e gás e as demais atividades desenvolvidas na zona marítima no entorno do Porto de Vitória (ES) e do Porto do Açu (RJ). Com duração de julho de 2023 até novembro de 2025, o projeto foi estruturado em quatro etapas: estudo inicial e planejamento; pesquisa de campo nos territórios de atuação; gravação e edição dos filmes; e devolutiva ao público engajado, com a apresentação e o debate da série audiovisual em eventos e sua divulgação nas redes sociais. Os vídeos produzidos pela iniciativa estão disponíveis no canal do YouTube do PEA Caminhos do Mar ([clique aqui](#) e acesse).

Além disso, contribuimos para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de forma mais abrangente por meio das iniciativas de investimento social privado. Coordenadas corporativamente, essas ações utilizam recursos oriundos de leis de incentivo e doações diretas da Brava para apoiar projetos culturais, esportivos ou na área da saúde conectado aos nossos valores e à nossa matriz de materialidade.

GRI 413-1 | Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local (continuação)

Projetos sociais apoiados em 2025 por eixo	Iniciativa	Resultados obtidos
Cultura	Brava Arena Jockey: evento cultural no Rio de Janeiro com música e gastronomia	146 mil pessoas participaram da edição de 2025, que contou com mais de 20 shows, sendo 8 Bailes da Música Brasileira (com entrada gratuita)
	Academia Jovem Concertante: percorre cidades brasileiras com músicos bolsistas para levar a orquestra a novos públicos	3 apresentações da orquestra de 25 jovens músicos em Mossoró (RN), Natal (RN) e no Rio de Janeiro, com público total de mais de 2,7 mil pessoas
	Ateliê da Moda: oferece capacitação gratuita para pessoas que desejam empreender ou trabalhar na área	450 inscritos nas duas edições apoiadas (Mossoró e Rio de Janeiro)
	Reciclarte: conscientiza estudantes, adolescentes, jovens e adultos por meio de exposições de arte feita a partir de materiais recicláveis	1 mil pessoas impactadas com as turnês da exposição em Mossoró e no Rio de Janeiro, com duração de uma semana cada
Esporte	Circuito das Estações: iniciativa de corridas de rua em diferentes cidades brasileiras	98 mil participantes e 2,1 mil empregos gerados nas oito corridas apoiadas, sendo quatro em Salvador (BA) e quatro no Rio de Janeiro
	EcoRun Mossoró: corrida de rua que integra o esporte à conscientização ambiental	1.500 participantes e 150 empregos gerados na edição de 2025
	Brava Travessia de Copa: prova de natação na praia de Copacabana, com percursos de 1,5 km e 3,8 km	2.730 participantes e 90 empregos gerados na edição de 2025
	KiteFest BR: festival de kitesurf que celebra o esporte, a cultura e a comunidade da Praia de Upanema, em Areia Branca (RN)	5 mil espectadores e mais de 100 atletas na edição de 2025, impactando mais de 20 mil pessoas direta e indiretamente
	Projeto Bora Navegar: focado na inclusão social por meio da prática de esportes náuticos no Rio Grande do Norte	120 participantes nas quatro vivências náuticas apoiadas e 16 vagas para bolsa integral na escolinha náutica, sendo metade delas obrigatoriamente para meninas
	Projeto Poty II: promove eventos e ações de conscientização para fomentar a prática do voleibol na rede pública de ensino de Natal	Mais de 600 participantes nas ações e 300 mil interações nas redes sociais, além da arrecadação de 500 kg de alimentos em doações
Saúde	Hospital Pequeno Príncipe: oferece atendimento pediátrico integral a crianças, adolescentes e seus familiares, sendo a maioria dos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS)	Atendimentos nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará
Doações	Oficina de Artesanato em Flores de Escama de Peixe: idealizada pela Associação das Marisqueiras do Porto da Pescaria Macau, no Rio Grande do Norte	12 participantes da turma viabilizada, com três dias de duração
	Campanhas para Dia das Crianças e Natal	Entrega de brinquedos educativos e cestas de Natal a famílias das comunidades no entorno de nossas operações

GRI 413-2 | Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais

Nossos impactos socioambientais negativos são identificados em cada unidade por meio da avaliação de impactos e estão principalmente relacionados à geração de expectativas nas comunidades que não correspondem ao planejamento de negócios (necessidade de amplo diálogo para alinhamento de expectativas), ao tráfego de embarcações e perturbação da atividade de pesca (em ambientes costeiros) e ao levantamento de poeira, à geração de ruídos, ao aumento do tráfego em estradas e ao risco de acidentes envolvendo a população (nas operações *onshore*). Especificamente na região do Complexo Potiguar, potenciais impactos relacionados à disponibilidade e à qualidade da água são considerados críticos em razão do cenário de estresse hídrico local.

Todos os impactos são mitigados no âmbito do processo de licenciamento ambiental, que estabelece condicionantes para a instalação e operação dos ativos. Entre os programas desenvolvidos nesse contexto, merecem destaque os de Comunicação Social, Educação Ambiental e Prevenção à Poluição.

Direitos humanos

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Este tema tem como foco a capacidade da Brava Energia de monitorar e de garantir o respeito aos direitos humanos em toda a sua cadeia de valor, supervisionando as atividades dos fornecedores contratados para a prestação de serviços em seus ativos e unidades. Nesse contexto, destacam-se aspectos relacionados ao monitoramento das condições de trabalho e da conformidade trabalhista, como a regularidade de pagamentos e do recolhimento de obrigações trabalhistas e impostos pelas contratadas. Também se enquadra nesse tema a

prevenção, identificação e reparação de situações que configurem práticas abusivas de trabalho, como o uso de mão de obra infantil ou condições de trabalho consideradas análogas a trabalho escravo na cadeia de valor, ou de violação de direitos das comunidades locais, inclusive povos indígenas e comunidades tradicionais. O tema abrange, ainda, a agenda de diversidade, equidade e inclusão nas operações, sistematizando processos e controles, e a existência de mecanismos para coibir atos de discriminação e assédio em suas atividades e na cadeia de valor.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados



Nossa abordagem de gestão

O respeito aos direitos humanos está na base de das relações que estabelecemos com fornecedores, comunidades locais e todos outros públicos que interagem com a nossa Companhia. Esse compromisso faz parte dos princípios éticos que praticamos em nossas atividades, reafirmados em nosso Código de Ética e Conduta, e é materializado por meio das diretrizes da Política de Direitos Humanos, que expressa nosso endosso à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em nossa gestão, possuímos protocolos, sistemas e ferramentas para prevenir e monitorar riscos de desrespeito aos direitos humanos em nossas operações e na cadeia de valor. Nossos controles foram definidos com base nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU), e abrangem mecanismos para coibir práticas abusivas ou degradantes de trabalho, promover a ética e o respeito nas relações profissionais e incentivar a diversidade e a inclusão em nossas equipes administrativas e operacionais.

- ▶ [Clique aqui](#) e acesse nossa Política de Direitos Humanos
- ▶ [Clique aqui](#) e acesse nosso Código de Ética e Conduta
- ▶ Para saber mais sobre os destaques desse tema em 2025, [clique aqui](#) e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 40 a 42).

GRI 405-2 | Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens por nível funcional¹

	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria ²	na	na	na	na
Liderança	105,6%	96,4%	99,7%	92,2%
Especialistas	81,5%	80,2%	77,7%	77,7%
Administrativo	106,9%	100,6%	99,5%	95,1%
Operacional	102,1%	91,9%	99,1%	97,8%
Suporte administrativo e operacional	97,5%	90,4%	88,8%	85,3%

1. O conceito de “unidade operacional importante” para este conteúdo GRI refere-se à Companhia de maneira consolidada.

2. Não aplicável para o nível funcional “Diretoria”, pois todos os colaboradores são homens.

GRI 406-1 | Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

Em 2025, recebemos uma denúncia de assédio moral e conduta discriminatória por meio do Canal de Denúncias. Após investigações, a denúncia foi considerada improcedente, não sendo aplicável a adoção de medidas disciplinares.

GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados

Composição dos níveis funcionais por faixa etária em 2025¹

	Até 20 anos de idade	De 21 a 30 anos de idade	De 31 a 40 anos de idade	De 41 a 50 anos de idade	De 51 a 60 anos de idade	A partir de 61 anos de idade
Diretoria	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	50,0%	25,0%
Liderança	0,0%	3,1%	34,8%	34,8%	13,6%	13,6%
Especialistas	0,0%	15,5%	40,1%	31,7%	8,7%	3,9%
Administrativo	0,0%	22,0%	35,6%	32,2%	8,8%	1,5%
Operacional	0,0%	7,7%	37,5%	39,9%	10,9%	4,0%
Suporte administrativo e operacional	10,3%	39,7%	17,6%	26,5%	5,9%	0,0%
Total	0,6%	13,2%	35,9%	34,1%	10,4%	5,8%

1. Além dos dados sobre gênero e faixa etária, não possuímos outros indicadores de diversidade relevantes para consolidação neste conteúdo GRI.

Composição dos níveis funcionais por faixa etária em 2024¹

	Até 20 anos de idade	De 21 a 30 anos de idade	De 31 a 40 anos de idade	De 41 a 50 anos de idade	De 51 a 60 anos de idade	A partir de 61 anos de idade
Diretoria	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	20,0%	40,0%
Liderança	0,0%	3,5%	32,7%	33,3%	14,4%	16,0%
Especialistas	0,0%	15,8%	39,0%	31,0%	9,4%	4,8%
Administrativo	0,0%	20,6%	39,2%	32,3%	6,3%	1,6%
Operacional	0,8%	13,0%	39,4%	35,0%	7,5%	4,3%
Suporte administrativo e operacional	5,4%	26,8%	30,4%	28,6%	8,9%	0,0%
Total	0,4%	13,1%	36,9%	32,6%	9,9%	7,2%

1. Além dos dados sobre gênero e faixa etária, não possuímos outros indicadores de diversidade relevantes para consolidação neste conteúdo GRI.

GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados (continuação)

Composição dos níveis funcionais por gênero¹

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Liderança	82,2%	17,8%	82,4%	17,6%
Especialistas	66,3%	33,7%	68,4%	31,6%
Administrativo	45,9%	54,1%	42,9%	57,1%
Operacional	93,1%	6,9%	89,8%	10,2%
Suporte administrativo e operacional	32,4%	67,6%	42,9%	57,1%
Total	70,7%	29,3%	71,7%	28,3%

1. Além dos dados sobre gênero e faixa etária, não possuímos outros indicadores de diversidade relevantes para consolidação neste conteúdo GRI.

Composição do Conselho de Administração

	2025	2024
Por gênero		
Homens	100,0%	100,0%
Mulheres	0,0%	0,0%
Por faixa etária		
Até 20 anos de idade	0,0%	0,0%
De 21 a 30 anos	0,0%	0,0%
De 31 a 40 anos	16,7%	0,0%
De 41 a 50 anos	16,7%	28,6%
De 51 a 60 anos	0,0%	0,0%
A partir de 61 anos de idade	66,7%	71,4%

GRI 407-1 | Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil

GRI 409-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Atuamos em estrita conformidade com a legislação trabalhista, nosso Código de Ética e Conduta e nossa Política de Direitos Humanos, assegurando os direitos fundamentais do trabalho e condições dignas aos trabalhadores em nossas operações. Esse compromisso é estendido aos nossos fornecedores por meio do Manual de Ética e Conduta do Fornecedor, de requisitos contratuais e de nossas práticas de homologação e monitoramento de fornecedores. De maneira complementar, promovemos continuamente campanhas de conscientização e treinamento de nossos colaboradores em temas relacionados a direitos humanos e trabalho digno e disponibilizamos o Canal de Denúncias para investigar eventuais casos de preocupação ou suspeita de desvio de conduta. Dessa forma, não há risco significativo de qualquer forma de violação dos

direitos fundamentais do trabalho em nossas atividades ou fornecedores, incluindo restrição à liberdade sindical ou à negociação coletiva, trabalho infantil, jovens em trabalho perigoso e trabalho forçado ou análogo ao escravo.

GRI 410-1 | Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Nossa Política de Direitos Humanos formaliza o compromisso com a adoção de práticas adequadas e respeitosas de segurança patrimonial. Todos os colaboradores e terceiros passam por treinamento específico sobre essa política no momento de sua admissão. Além disso, as empresas contratadas responsáveis pelas atividades de segurança patrimonial em nossos ativos apresentam periodicamente atestados que comprovam a formação de seus profissionais no Curso de Formação de Vigilante, conforme os requisitos da Lei nº 14.967/2024 e da Portaria CGCSP/DPA/ PF nº 16/2024. No encerramento de 2025, contávamos com 423 trabalhadores nessa função (ante 426 no fim de 2024), todos eles terceiros em contratos de prestação de serviços, sendo que 100% deles haviam sido devidamente treinados em temas de direitos humanos.

GRI 414-1 | Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Todos os nossos fornecedores passam por avaliações de homologação antes de iniciar qualquer contrato com a Brava Energia. Esse processo abrange diferentes ferramentas e análises de acordo com o nível de criticidade identificado em nossa matriz de risco de fornecedores. Essa matriz classifica as 123 categorias de fornecedores em nossa cadeia de acordo com o potencial risco em aspectos financeiros, de segurança e meio ambiente. A complexidade e profundidade das análises de homologação são proporcionais ao nível de risco identificado em cada categoria. Todos os fornecedores passam pela pré-qualificação e pela análise financeira preliminar, etapa em que são obrigados a apresentar, entre outros documentos,

certidões que comprovam a ausência de débitos fiscais e trabalhistas. Nesse momento, os parceiros também formalizam seu compromisso de atuar conforme as políticas e diretrizes da Brava. Todos os parceiros de alta criticidade e boa parte daqueles identificados com criticidade média ou baixa (78 das 123 categorias de fornecedores) são submetidos também à *due diligence* de integridade. Nessa etapa, consultamos bancos de dados públicos, listas de pessoas politicamente expostas, imprensa e documentações judiciais para avaliar riscos associados a *compliance* e corrupção. Além disso, realizamos auditorias documentais ou físicas para os fornecedores críticos, que são aqueles diretamente ligados à operação dos ativos. Essas auditorias incluem critérios de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde (QSMS).

Homologação de fornecedores

	2025	2024
Quantidade de novos fornecedores homologados no período	535	2.245
Novos fornecedores que apresentaram certidões negativas de débitos trabalhistas e fiscais	535	2.245
Percentual de novos fornecedores que apresentaram certidões negativas de débitos trabalhistas e fiscais	100,0%	100,0%
Novos fornecedores submetidos à <i>due diligence</i> de integridade	253	222
Percentual de novos fornecedores submetidos à <i>due diligence</i> de integridade	47,3%	9,9%
Novos fornecedores submetidos a auditoria documental ou física	37	nd
Percentual de novos fornecedores submetidos a auditoria documental ou física	6,9%	nd

Depois de aplicadas as análises cabíveis para cada caso, o fornecedor recebe uma pontuação agregada e é classificado como aprovado, aprovado com restrição (contratação atrelada à definição de plano de ação específico e mediante aprovação executiva) ou reprovado (contratação não é permitida).

GRI 414-2 | Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Monitoramos de forma sistemática aspectos trabalhistas e de saúde e segurança dos fornecedores com alocação de mão de obra em nossas unidades. Esse processo é feito por meio de um sistema dedicado, em que o parceiro submete mensalmente as documentações definidas em contrato, que podem incluir folha de pagamento, guia de plano de saúde e odontológico, relação de empregados, guias de recolhimento de FGTS, documentos de arrecadação fiscal, atestados médicos, programas de saúde e segurança ocupacional (como PGR e PCMSO) e plano de atendimento a emergências. O sistema conta com recursos de inteligência artificial (IA) para realizar uma triagem e analisar todos os arquivos inseridos na plataforma. Quando a IA identifica algum problema, o fornecedor é notificado para corrigir o arquivo ou sanar a pendência. Mensalmente,

nossa equipe de acompanhamento de contratos verifica o nível de aderência do fornecedor ao conjunto de documentações solicitadas via sistema. Se esse índice for inferior a 90%, o parceiro pode ter até 30% de seu pagamento naquele mês retido até que solucione as não conformidades identificadas. Essa gestão é bastante dinâmica e amparada em *dashboards* do sistema para acompanhamento diário pelas equipes. Ao longo de 2025, 481 fornecedores foram monitorados por meio dessa plataforma. Desse total, registramos oito casos (1,7% do número de empresas monitoradas) em que o parceiro não apresentou documentação adequada no final de contrato. Esse tipo de situação é considerado de alto risco e, por isso, temos como procedimento reter integralmente o pagamento do fornecedor. Em todos os casos, foi possível sanar as pendências identificadas, concluindo os respectivos contratos em conformidade com nossos requisitos e as cláusulas estabelecidas entre as partes. Não houve situação de rescisão contratual em razão de não conformidade de algum fornecedor em aspectos sociais.

Sumário de conteúdo da GRI

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Conteúdos gerais								
GRI 2 Conteúdos gerais 2021	2-1 Detalhes da organização	3	-	-	-	-	-	
	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	4	-	-	-	-	-	
	2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	4	-	-	-	-	-	
	2-4 Reformulações de informações	4	-	-	-	-	-	
	2-5 Verificação externa	4	-	-	-	-	-	
	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	4	-	-	-	-	-	
	2-7 Empregados	5	-	-	-	6	8 e 10	
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	5	-	-	-	6	8 e 10	
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	6	-	-	-	-	-	
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	6	-	-	-	-	5 e 16	
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	6	-	-	-	-	16	
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	6	-	-	-	-	16	
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	6	-	-	-	-	-	
	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	7	-	-	-	-	-	
	2-15 Conflitos de interesse	7	-	-	-	-	16	
	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	7	-	-	-	-	-	
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	7	-	-	-	-	-	
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	7	-	-	-	-	-	
	2-19 Políticas de remuneração	8	-	-	-	-	-	
	2-20 Processo para determinação da remuneração	8	-	-	-	-	-	
	2-21 Proporção da remuneração total anual	8	-	-	-	-	-	
	2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	7	-	-	-	-	-	
	2-23 Compromissos de política	9	-	-	-	-	-	
	2-24 Incorporação de compromissos de política	10	-	-	-	-	-	
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	11	-	-	-	-	-	
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	10	-	-	-	10	16	
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	11	-	-	-	-	16	
	2-28 Participação em associações	11	-	-	-	-	16	
	2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders	11	-	-	-	-	-	
	2-30 Acordos de negociação coletiva	11	-	-	-	3	8	

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Temas materiais								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais	12	-	-	-	-	-	
	3-2 Lista de temas materiais	12	-	-	-	-	-	
Tema material Segurança								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	13	-	-	-	-	-	11.8.1 11.9.1
GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021	11.8.3 Relate o número total de eventos de segurança de processo Nível 1 e Nível 2, e discrimine esse total por atividade de negócio	14	-	-	-	-	-	11.8.3
	11.8.4 Os conteúdos adicionais ao setor listados abaixo são destinados a organizações com operações de mineração de areias betuminosas: liste as instalações de rejeitos da organização; para cada instalação de rejeitos, descreva a instalação de rejeitos, relate se a instalação é ativa, inativa ou foi fechada e relate a data e os principais achados da avaliação de riscos mais recente; descreva as medidas tomadas para gerenciar impactos de instalações de rejeitos, inclusive durante o encerramento e pós-encerramento, e prevenir falhas catastróficas de instalações de rejeitos	-	Conteúdo omitido	Não aplicável	A Brava não possui operações de mineração de areias betuminosas.	-	-	11.8.4
GRI 306 Efluentes e Resíduos 2016	306-3 Derramamentos significativos	15	-	-	-	7 e 8	12, 14 e 15	11.8.2
GRI 403 Saúde e segurança do trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	15	-	-	-	-	8	11.9.2
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	16	-	-	-	-	8	11.9.3
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	17	-	-	-	-	8	11.9.4
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	17	-	-	-	-	8 e 16	11.9.5
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	17	-	-	-	-	8	11.9.6
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	18	-	-	-	-	8	11.9.8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	15	-	-	-	-	8	11.9.9
	403-9 Acidentes de trabalho	18, 19 e 20	-	-	-	-	3, 8 e 16	11.9.10
	403-10 Doenças profissionais	20	-	-	-	-	3, 8 e 16	11.9.11
GRI 416 Saúde e segurança do consumidor 2016	416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	18				-	-	11.3.3

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Tema material I Mudanças climáticas								
GRI 3 I Temas materiais 2021	3-3 I Gestão dos temas materiais	21	-	-	-	-	-	11.1.1 11.2.1
GRI 11 I Setor de Petróleo e Gás 2021	11.2.4 I Descreva a abordagem da organização para o desenvolvimento de políticas públicas e lobby sobre mudanças climáticas	22	-	-	-	-	-	11.2.4
GRI 201 I Desempenho econômico 2016	201-2 I Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	22 e 23	Alíneas a.iii e a.v omitidas	Informação indisponível/incompleta	Não informamos implicações financeiras dos riscos e oportunidades climáticos e os custos das suas respectivas medidas de gerenciamento porque ainda não possuímos análises dessa natureza. Pretendemos iniciar esse tipo de processo ainda em 2026 a fim de incluir essas informações em até dois ciclos de relato.	7	13	11.2.2
GRI 302 I Energia 2016	302-1 I Consumo de energia dentro da organização	24 e 25	-	-	-	7 e 8	7, 8, 12 e 13	11.1.2
	302-2 I Consumo de energia fora da organização	26	-	-	-	8	7, 8, 12 e 13	11.1.3
	302-3 I Intensidade energética	26	-	-	-	8	7, 8, 12 e 13	11.1.4
GRI 305 I Emissões 2016	305-1 I Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	27	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15	11.1.5
	305-2 I Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	28	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15	11.1.6
	305-3 I Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	28	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15	11.1.7
	305-4 I Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	29	-	-	-	8	13, 14 e 15	11.1.8
	305-5 I Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	29	-	-	-	8 e 9	13, 14 e 15	11.2.3
Tema material I Ética e integridade								
GRI 3 I Temas materiais 2021	3-3 I Gestão dos temas materiais	30	-	-	-	-	-	11.19.1 11.20.1 11.22.1
GRI 11 I Setor de Petróleo e Gás 2021	11.20.5 I Descreva a abordagem para transparência de contratos	31	-	-	-	-	-	11.20.5
	11.20.6 I Liste os beneficiários efetivos da organização e explique como a organização identifica os beneficiários efetivos dos parceiros de negócios, inclusive joint ventures e fornecedores	31	-	-	-	-	-	11.20.6
GRI 205 I Combate à corrupção 2016	205-1 I Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	33	-	-	-	10	16	11.20.2
	205-2 I Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	32	-	-	-	10	16	11.20.3
	205-3 I Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	33	-	-	-	10	16	11.20.4
GRI 206 I Concorrência desleal 2016	206-1 I Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	33	-	-	-	-	16	11.19.2
GRI 415 I Políticas públicas 2016	415-1 I Contribuições políticas	33	-	-	-	10	16	11.22.2

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Tema material I Gestão ambiental								
GRI 3 I Temas materiais 2021	3-3 I Gestão dos temas materiais	43	-	-	-	-	-	11.3.1 11.4.1 11.5.1
GRI 101 I Biodiversidade 2024	101-1 I Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	44	-	-	-	8	6, 14 e 15	11.4.2
	101-2 I Gestão de impactos na biodiversidade	45	-	-	-	8	6, 14 e 15	11.4.3
	102-4 I Identificação de impactos na biodiversidade	45	-	-	-	8	6, 14 e 15	11.4.4
	101-5 I Locais com impactos na biodiversidade	46	-	-	-	8	6, 14 e 15	11.4.5
	101-6 I Fatores diretos de perda de biodiversidade	47	Alíneas a.i, a.ii e b.i omitidas	Não aplicável	Não apresentamos dados sobre os ecossistemas convertidos e sobre colheita de espécies selvagens porque não são aplicáveis à Brava. Não houve conversão significativa de ecossistemas em nossas operações e não realizamos atividades de colheita de espécies selvagens.	8	6, 14 e 15	11.4.6
	101-7 I Mudanças no estado da biodiversidade	48	Alínea a.ii omitida	Informação indisponível/ incompleta	Não informamos o tamanho dos ecossistemas em hectares porque não dispomos de estimativas consolidadas para medir essas áreas. Estamos analisando possíveis metodologias para esse cálculo a fim de incluir essas informações em até três ciclos de relato.	8	6, 14 e 15	11.4.7
	101-8 I Serviços ecossistêmicos	44	-	-	-	8	6, 14 e 15	11.4.8
	GRI 305 I Emissões 2016	305-7 I Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	48	-	-	-	7 e 8	3, 12, 14 e 15
GRI 306 I Resíduos 2020	306-1 I Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	49	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12	11.5.2
	306-2 I Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	49	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12	11.5.3
	306-3 I Resíduos gerados	50, 51 e 52	-	-	-	8	3, 11 e 12	11.5.4
	306-4 I Resíduos não destinados para disposição final	53, 54, 55, 56, 57 e 58	-	-	-	8	3, 11 e 12	11.5.5
	306-5 I Resíduos destinados para disposição final	53, 54, 55, 56, 57 e 58	-	-	-	8	3, 11 e 12	11.5.6

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Tema material I Água e efluentes								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	34	-	-	-	-	-	11.6.1
GRI 303 Água e efluentes 2018	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	35	-	-	-	8	6 e 12	11.6.2
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	35	-	-	-	8	6	11.6.3
	303-3 Captação de água	36, 37 e 38	-	-	-	7 e 8	6	11.6.4
	303-4 Descarte de água	39 e 40	-	-	-	7 e 8	6	11.6.5
	303-5 Consumo de água	41 e 42	-	-	-	8	6	11.6.6
Tema material I Gestão de talentos								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	59	-	-	-	-	-	11.7.1 11.9.1 11.10.1 11.11.1
GRI 401 Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	61	-	-	-	6	5, 8 e 10	11.10.2
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	60	-	-	-	-	3, 5 e 8	11.10.3
	401-3 Licença maternidade/paternidade	62	-	-	-	6	5 e 8	11.10.4 11.11.3
GRI 402 Relações de trabalho 2016	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	60	-	-	-	3	8	11.10.5 11.7.2
GRI 403 Saúde e segurança do trabalho 2018	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	62	-	-	-	-	3	11.9.7
GRI 404 Capacitação e educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	63	-	-	-	6	4, 5, 8 e 10	11.10.6 11.11.4
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	63	-	-	-	-	8	11.10.7 11.7.3
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	64	-	-	-	6	5, 8 e 10	-
Tema material I Gestão dos ativos								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	65	-	-	-	-	-	11.7.1
GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021	11.7.4 Liste as unidades operacionais que: possuem planos de encerramento e reabilitação em vigor; foram fechadas;estão em processo de encerramento	67	-	-	-	-	-	11.7.4
	11.7.5 Liste as estruturas descomissionadas deixadas no local e descreva a justificativa para deixá-las no local	67	-	-	-	-	-	11.7.5
	11.7.6 Relate o valor monetário total do provisionamento para encerramento e reabilitação realizado pela organização, incluindo monitoramento e controle pós-encerramento de unidades operacionais	67	-	-	-	-	-	11.7.6

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Tema material Impacto socioeconômico								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	68	-	-	-	-	-	11.14.1 11.15.1 11.21.1
GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021	11.15.4 Relate o número e o tipo de queixas de comunidades locais identificadas	69	-	-	-	-	-	11.15.4
	11.21.8 Para petróleo e gás comprados do Estado ou de terceiros indicados pelo Estado para vender em seu nome, relate: volumes e tipos de petróleo e gás comprados; nomes completos da entidade compradora e de quem recebeu o pagamento; pagamentos efetuados para a compra	69	-	-	-	-	-	11.21.8
GRI 201 Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	70	-	-	-	-	8 e 9	11.14.2 11.21.2
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	70	-	-	-	-	-	11.21.3
GRI 202 Presença no mercado 2016	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	71	-	-	-	6	8	11.11.2 1.14.3
GRI 203 Impactos econômicos indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	71	-	-	-	-	5, 9 e 11	11.14.4
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	71	-	-	-	-	1, 3 e 8	11.14.5
GRI 204 Práticas de compra 2016	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	71	-	-	-	-	8	11.14.6
GRI 207 Tributos 2019	207-1 Abordagem tributária	72	-	-	-	-	1, 10 e 17	11.21.4
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	72	-	-	-	-	1, 10 e 17	11.21.5
	207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos	73	-	-	-	-	1, 10 e 17	11.21.6
	207-4 Relato país-a-país	-	Conteúdo omitido	Não aplicável	Não apresentamos os dados de tributos país a país porque o Relatório não abrange as entidades fora do Brasil (3R Lux e Enauta Netherlands B.V.), consideradas imateriais por operar apenas transações administrativas.	-	1, 10 e 17	11.21.7
GRI 413 Comunidades locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	73 e 74	-	-	-	1	-	11.15.2
	413-2 Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais	74	-	-	-	1	1 e 2	11.15.3

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS	Nº de referência da Norma Setorial GRI
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação			
Tema material I Direitos humanos								
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	75	-	-	-	-	-	11.10.1 11.11.1 11.12.1 11.13.1 11.18.1
GRI 405 Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	77 e 78	-	-	-	6	5 e 8	11.11.5
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	76	-	-	-	6	5, 8 e 10	11.11.6
GRI 406 Não discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	76	-	-	-	6	5 e 8	11.11.7
GRI 407 Liberdade sindical e negociação coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	78	-	-	-	3	8	11.13.2
GRI 408 Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	78	-	-	-	5	8 e 16	
GRI 409 Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	78	-	-	-	4	8	11.2.2
GRI 410 Práticas de segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	78	-	-	-	1	16	11.18.2
GRI 414 Avaliação social de fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	79	-	-	-	2	5, 8 e 16	11.10.8 11.12.3
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	79	-	-	-	2	5, 8 e 16	11.10.9

Temas da Norma Setorial da GRI aplicável definidos como não materiais	
Tema	Explicação
GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021	
11.16 Direitos à terra e aos recursos naturais	Temática considerada não material pelo fato de os ativos já serem maduros. Os impactos permanentes sobre as comunidades e o acesso delas à terra e aos recursos estão cobertos pelo tópico 11.15
11.17 Direitos de povos indígenas	Temática considerada não material pelo fato de as operações da Brava Energia não estarem próximas a terras indígenas

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações não financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e
Administradores da Brava Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pela Brava Energia S.A. (“Companhia”) para apresentar relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras referentes aos indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossa asseguração limitada não se estende a informações de períodos anteriores ou a qualquer outra informação divulgada em conjunto com o Relato Integrado, incluindo quaisquer outras estruturas de relato, imagens, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Responsabilidades da Diretoria da Brava Energia S.A. (“Companhia”)

A administração da Companhia é responsável por:

- selecionar e estabelecer critérios adequados para a elaboração das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade;
- preparar as informações de acordo com os critérios e diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI – Standards) e da Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, correlatas com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC);

- desenhar, implementar e manter controle interno sobre as informações relevantes para a preparação das informações constantes no Relato Integrado, que estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações não financeiras referentes aos indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro de 2025, com base nos trabalhos de asseguração limitada conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTO Nº 07/2022, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com base na NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). Essas normas requerem o cumprimento pelo auditor de exigências éticas, independência e demais responsabilidades referentes a ela, inclusive quanto à aplicação da Norma Brasileira de Controle de Qualidade (NBC PA 01) e, portanto, a manutenção de sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas documentadas e procedimentos sobre o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e requerimentos legais e regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, as referidas normas requerem que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações não financeiras constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Brava Energia S.A. e outros profissionais da Brava Energia S.A. que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de



**Shape the future
with confidence**

asseguração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relato Integrado, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações contidas no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais divulgadas no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam, entre outros:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações não financeiras referentes aos indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025; e

(d) para os casos em que os dados não financeiros se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e aos critérios da estrutura de elaboração GRI - Standards aplicável na elaboração das informações não financeiras referentes aos indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão com ressalva na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos executados em trabalho de asseguração limitada variam em termos de natureza e época e são menores em extensão do que em trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, o nível de segurança obtido em trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que aquele que seria obtido, se tivesse sido executado um trabalho de asseguração razoável. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações não financeiras referentes aos indicadores do padrão da Global Reporting Initiative (“GRI Standards”) constantes no Relato Integrado de 31 de dezembro 2025. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

A preparação e apresentação de indicadores de sustentabilidade seguiu os critérios da GRI-Standards e, portanto, não possuem o objetivo de assegurar o



**Shape the future
with confidence**

cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os referidos padrões preveem, entretanto, a apresentação e divulgação de eventuais descumprimentos a tais regulamentações quando da ocorrência de sanções ou multas significativas. Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido nesse contexto, inerente aos critérios selecionados (GRI - Standards).

Conclusão

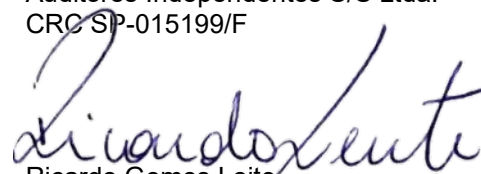
Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório e nas evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações não financeiras constantes no Relato Integrado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Brava Energia S.A., não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes da Global Reporting Initiative - GRI (GRI - Standards) e da Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado.

Outros Assuntos

O Relato Integrado da Companhia inclui informações elaboradas com base em outras estruturas de relato, como o Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e o Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Essas informações, bem como demais conteúdos narrativos, gráficos, metas futuras e compromissos não relacionados aos indicadores GRI, não foram objeto dos nossos procedimentos de asseguração limitada e, portanto, não estão abrangidas pela nossa conclusão.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Créditos

Coordenação geral
**Gerência de Relações com Investidores
e Sustentabilidade**

Consultoria, conteúdo e design
usina82

Fotos
Acervo Brava Energia

Verificação externa
**Ernst & Young Auditores
Independentes S/S Ltda.**

Data de publicação: 11/03/2026

Informações corporativas

Sede
Praia de Botafogo, 186, 16º andar
Botafogo – Rio de Janeiro (RJ)
Telefone: + 55 21 3475-5555

www.bravaenergia.com
sustentabilidade@bravaenergia.com

BRAVA energia